



EDITAL DE LICITAÇÃO DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 062/2026 – SEINFRA-PI
PROCESSO Nº 00114.000222/2026-92/SEINFRA-PI
UASG 450127 - SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA

O Estado do Piauí, através da SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação/CPL, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na Forma Eletrônica, do tipo **MENOR PREÇO**, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, Decreto Estadual n. 21.872/2023 e as exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

SISTEMA ELETRÔNICO DE COMPRAS:

Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, desde que satisfaçam integralmente as condições deste Edital e que estejam cadastrados no **Portal de Compras do Governo Federal**.

CADASTRO ELETRÔNICO DE FORNECEDORES:

Os interessados em participar do certame deverão possuir cadastro no **Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF**.

PARTE GERAL

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, conforme as informações constantes na **Parte Específica** deste Edital, que indicará o sistema eletrônico e cadastro eletrônico de fornecedores utilizados no certame, além de data, horário e local.
- 1.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço eletrônico anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do Agente de contratação em contrário.

2. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE O OBJETO

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: @seinfra.pi



- 2.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a execução do objeto descrito na **Parte Específica** deste Edital, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital, na Minuta de Contrato, Planilha de Quantitativos e Custos Unitários, e Especificações Técnicas e Projeto, que integram o dossiê de informações sobre a licitação. Além das normas referidas, estará o adjudicatário do objeto da licitação obrigado a atender a todas as imposições da legislação relativas aos serviços a serem contratados.
- 2.2. A **Parte Específica** deste Edital definirá a forma de adjudicação do objeto, que poderá ser global ou dividida por itens ou lotes/grupos de itens.
- 2.3. Na **Parte Específica** deste Edital e no Projeto Básico em anexo constam o preço total da contratação, os preços unitários e globais estimados em relação a cada item ou os respectivos preços máximos aceitáveis, ressalvada a opção pelo caráter sigiloso dos valores.
- 2.3.1. O BDI utilizado como referencial para o cálculo dos preços unitários, pela Contratante, encontra-se definido na **Parte Específica** deste Edital.
- 2.4. A **Parte Específica** deste Edital definirá o regime de execução aplicável ao futuro contrato decorrente deste certame.
- 2.5. Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no site do sistema eletrônico utilizado no certame e as especificações técnicas constantes neste Edital e anexos, estas sempre prevalecerão.
- 2.6. A **Parte Específica** deste Edital irá definir se o presente certame irá adotar o Sistema de Registro de Preços e, caso positivo, a formação do cadastro de reserva ocorrerá na forma a seguir detalhada:
- 2.6.1. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do adjudicatário na sequência da classificação da licitação e inclusão daqueles que mantiverem sua proposta original.
- 2.6.2. O registro a que se refere o subitem 2.6.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo licitante vencedor, caso este não assine a ata ou tenha seu registro cancelado.
- 2.6.3. Se houver mais de um licitante na situação de que trata o item 2.6.1, serão ordenados conforme o critério combinado de valor de que trata o dispositivo e a classificação apresentada durante a fase competitiva.
- 2.6.4. A ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.
- 2.7. Caso seja adotado o Sistema de Registro de Preços, a Ata de Registro de Preços que vier anexa ao Edital irá dispor sobre:
- 2.7.1. Órgãos gerenciador e participantes;
- 2.7.2. Adesões;
- 2.7.3. Preços registrados e respectivos reajustes;
- 2.7.4. Vigência.



3. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar desta Concorrência os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que apresentem os documentos exigidos para habilitação.

3.1.1. Os interessados devem providenciar cadastro e senha no sistema de compras indicado no item 1.1 da **Parte Específica** deste Edital.

3.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

3.2.1. A **Parte Específica** deste Edital irá definir se a participação no certame será ampla, restrita ou com cotas reservadas a microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas.

3.2.2. A obtenção do benefício a que se refere o subitem anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.2.3. Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites acima estabelecidos ([art. 4º, §3º, da Lei nº 14.133/2021](#)).

3.2.4. As referidas entidades deverão declarar-se como tal no início da sessão pública da Concorrência Eletrônica, sendo que a ausência de manifestação sobre o enquadramento, quando solicitado pelo sistema, implicará no decaimento do direito de reclamar, posteriormente, essa condição, no intuito de usufruir dos benefícios estabelecidos na legislação supracitada.

3.2.5. As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e equiparadas deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

3.3. Caso a **Parte Específica** deste Edital permita a participação de empresas em consórcio, deverão ser observadas as seguintes normas:

3.3.1. Deverá ser comprovada a existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, após declaração do vencedor, com indicação da empresa-líder que será representante das consorciadas perante a Administração.

3.3.2. A habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.



3.3.3. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o edital exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, poderá haver um acréscimo de 10% a 30% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais, conforme definido no item 8.17.3.1 da **Parte Específica** deste Edital.

3.3.4. As empresas consorciadas não poderão participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou isoladamente;

3.3.5. As empresas consorciadas serão solidariamente responsáveis pelas obrigações do consórcio nas fases de licitação e durante a vigência do contrato;

3.3.6. Antes da celebração do contrato, deverá ser promovida a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no subitem 3.3.1.

3.4. Não poderão participar desta licitação:

3.4.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;

3.4.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.4.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.4.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.4.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.4.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.4.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.4.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.4.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.4.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de



interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.4.11. Empresas e empresários cujas falências tenham sido declaradas, bem como as que se encontrem sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

3.4.12. Os interessados que estejam incluídos no Cadastro de Inadimplentes com Débitos na Dívida Ativa do Estado do Piauí – **CADIPI** – nos termos do artigo 6º da Lei nº 5.533, de 30 de dezembro de 2005;

3.5. O impedimento de que trata o item 3.4.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.6. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.4.2 e 3.4.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.7. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.8. O disposto nos itens 3.4.2 e 3.4.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.9. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.10. A vedação de que trata o item 3.4.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.11. A **Parte Específica** definirá a permissão de participação de cooperativas no certame.

4. DO ENVIO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. A **Parte Específica** deste Edital estabelecerá se a fase habilitação sucederá ou antecederá as fases de apresentação de propostas e lances de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.



4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, conforme o item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.2 e 8.9.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, mediante apresentação da Certidão de Regularidade na Contratação de Pessoas com Deficiência e Reabilitados da Previdência Social.

4.4.5. Cumpre as exigências de reserva de cargos para menor aprendiz, mediante apresentação da Certidão de Regularidade na Contratação de Aprendiz.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.



4.8. Caso o sistema de compras utilizado no certame não possua as funcionalidades respectivas, as declarações indicadas nos itens 4.4 a 4.6 deverão ser encaminhadas juntamente com os documentos de habilitação, conforme definido na **Parte Específica**.

4.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.12.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.12.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.13.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.13.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.16. A **Parte Específica** deste Edital irá definir eventual exigência de garantia de proposta como requisito de pré-habilitação.

4.17. É vedada ao licitante a identificação da empresa na proposta comercial INICIAL, como por exemplo, a colocação do nome ou timbre da empresa, sob pena de desclassificação. Tal vedação se estende aos



documentos eventualmente anexados durante a inserção da proposta de preços (folders, prospectos, declarações, etc.), que não poderão estar identificados, não sendo admitida a veiculação do nome da empresa ou de seus representantes, utilização de material timbrado ou qualquer outro meio que viabilize a identificação do licitante.

5. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos campos indicados na **Parte Específica** deste Edital, devendo conter as informações similares à especificação do Projeto Básico.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de julgamento, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta será estabelecido na **Parte Específica** deste Edital.

5.9. Com a apresentação da proposta o licitante declara estar ciente de que, nos termos do artigo 1º da Lei estadual nº 6.344, de 12 de março de 2013 deverá reservar parte dos empregos diretos criados por força do contrato de obra/serviço que vier a firmar com o Estado do Piauí e seus órgãos, **para egressos do Sistema Prisional e cumpridores de medidas de segurança e penas alternativas.**

5.10. Com a apresentação da proposta o licitante declara estar ciente de que, nos termos do artigo 1º da Lei Estadual nº 6.480, de 03 de fevereiro de 2014, deverá reservar preferencialmente, no mínimo de 5% (cinco por cento) das vagas de emprego diretos na área de construção civil, criadas por força do contrato de obra pública



que vier a firmar com o Estado do Piauí e seus órgãos, **para pessoas do sexo feminino**, desde que compatível com o exercício das atividades inerentes ao objeto do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital, conforme o critério de julgamento indicado na **Parte Específica**.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.2.2. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços globais ou unitários superiores aos fixados pela Contratante.

6.2.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.4. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de contratação e os licitantes.

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.6. O lance deverá ser ofertado na forma definida na **Parte Específica** deste Edital.

6.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, será definido na **Parte Específica** deste Edital.

6.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, conforme indicado na **Parte Específica** deste Edital.



6.12. Caso seja adotado para o envio de lances na concorrência eletrônica o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.12.5. Após a adoção das providências acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances na concorrência eletrônica o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.13.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.13.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.13.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.13.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.14. Caso seja adotado para o envio de lances na concorrência eletrônica o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/menor percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela,



em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.14.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.14, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.14.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.14.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.14.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.14.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.14.6. Após a adoção das providências acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14.7. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva da Concorrência, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de



maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

- a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstas na Lei n. 14.133/2021;
- c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) empresas estabelecidas no território do Estado do Piauí;
- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.



6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

6.22.4. O Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo definido na **Parte Específica**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.5. A proposta a ser encaminhada deverá conter:

- a) Prazo de validade da proposta não inferior ao estabelecido no item 5.8 deste Edital;
- b) Especificações do objeto de forma clara, observadas as especificações constantes dos projetos elaborados pela Administração;
- c) PLANILHA ORÇAMENTÁRIA que contenha os preços unitários e valor global da proposta, em algarismo e por extenso, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando o modelo de Planilha Orçamentária anexo ao Edital;
 - c.1) Na composição dos preços unitários o licitante deverá apresentar discriminadamente as parcelas relativas à mão de obra, materiais, equipamentos e serviços;
 - c.2) Nos preços cotados deverão estar incluídos todos os insumos que os compõem, tais como despesas com impostos, taxas, fretes, seguros, mobilizações, desmobilização, ferramentas, transporte, deslocamento de empregados, estadia, alimentação, assistência médica prevista em Lei, equipamentos de proteção individual e coletiva, adicionais de periculosidade, quando aplicáveis, necessários ao perfeito cumprimento e execução do objeto desta licitação, e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto
 - c.3) Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida;
 - c.4) Não se admitirá, na proposta de preços, custos identificados mediante o uso da expressão “verba” ou de unidades genéricas;
 - c.5) Na planilha orçamentária, o somatório do produto dos preços unitários propostos pelos quantitativos apresentados deverá constituir o preço proposto;



- c.6) Não serão levadas em consideração quaisquer ofertas ou vantagens que não se enquadrem nas especificações exigidas.
- d) CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, em conformidade com as etapas, prazos e demais aspectos fixados pela Administração no Projeto Básico, ajustado à proposta apresentada, conforme ANEXO IX;
- d.1) O cronograma físico-financeiro proposto pelo licitante deverá observar o cronograma de desembolso máximo por período constante do Projeto Básico, bem como indicar os serviços pertencentes ao caminho crítico da obra ou serviço especial de engenharia.
- e) COMPOSIÇÃO DOS PREÇOS UNITÁRIOS, BEM COMO PLANILHA DE COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DAS TAXAS DE BDI (BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS) E DE ENCARGOS SOCIAIS APLICADOS, CONFORME LEI Nº 12.844/13;
- e.1) As composições de preços unitários deverão ser apresentadas para todos os itens de serviços constantes das Planilhas Orçamentárias, sem exceção, inclusive as composições de preços unitários auxiliares, que se fizerem necessárias para sua complementação, e, não poderão conter divergência entre os valores constantes em ambos os documentos. Qualquer incoerência nessas composições, como utilização de valores diferentes de salários-hora para uma mesma categoria profissional e/ou de preços unitários para um mesmo material e/ou de custos horários de utilização de um mesmo equipamento, poderá implicar na desclassificação da proposta, à exceção de erros meramente formais;
- e.2) Nos preços propostos pelo Licitante deverão estar incluídos todos os componentes das despesas incidentes sobre os serviços, tais como: salário de mão de obra, encargos sociais (legislação previdenciária e trabalhista e seguros em geral), transporte de materiais, todo e qualquer imposto ou taxa incidente, encargos complementares (uniformes, vale-transporte, vale-refeição e quaisquer outros encargos decorrentes do objeto licitado), que são de exclusiva responsabilidade do Licitante, como também o Bonificação de Despesas Indiretas - BDI, não cabendo à Contratante qualquer outro pagamento além dos preços propostos para a prestação dos serviços;
- e.3) Será desclassificada a Empresa que apresentar composição de preços unitários, cujos valores de mão de obra, estejam inferiores aos pisos salariais normativos da categoria correspondente, fixados por Dissídio Coletivo, Acordos ou Convenções Coletivas de Trabalho do Município onde ocorrerá a obra ou serviço especial de engenharia, ou, quando esta abranger mais de um Município, o daquele que contemplar a maior extensão do trecho a ser contratado;
- e.4) A licitante deverá apresentar discriminação detalhada do BDI adotado, para cada um dos grupos (administração central, tributos, etc.), os seus subcomponentes e seus respectivos percentuais, de modo a permitir que se verifique a adequabilidade dos percentuais utilizados e a não ocorrência de custos computados em duplicidade na Planilha Orçamentária e no BDI;



- e.5) Os custos relativos a administração local, mobilização e desmobilização e instalação de canteiro e acampamento, bem como quaisquer outros itens que possam ser apropriados como custo direto da obra ou serviço especial de engenharia, não poderão ser incluídos na composição do BDI, devendo ser cotados na planilha orçamentária;
- e.6) As alíquotas de tributos cotadas pelo licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária;
- e.7) Os tributos considerados de natureza direta e personalística, como o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Sobre o Lucro Líquido - CSLL, não deverão ser incluídos no BDI;
- e.8) As licitantes sujeitas ao regime de tributação de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS devem apresentar demonstrativo de apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária.
- e.9) As empresas optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS, discriminados na composição do BDI, compatíveis com as alíquotas a que estão obrigadas a recolher, conforme previsão contida na Lei Complementar 123/2006.
- e.10) A composição de encargos sociais das empresas optantes pelo Simples Nacional não poderá incluir os gastos relativos às contribuições que estão dispensadas de recolhimento, conforme dispõe o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar;
- e.11) Quando se tratar de cooperativa de serviço, a licitante incluirá na proposta o valor correspondente ao percentual de que trata o art. 22, inciso IV, da Lei nº 8.212, de 24.07.91, com a redação da Lei nº 9.876, de 26.11.99, também referido no art. 72 da Instrução Normativa/RFB Nº 971, de 13 de novembro de 2009 (DOU 17.11.2009).
- e.12) A **Parte Específica** deste Edital irá definir a possibilidade de apresentação de percentual reduzido de BDI.
- 6.22.6. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.23. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

- 7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14](#)



[da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.4 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- 7.1.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;
- 7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS);
- 7.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA) do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

7.1.4. Lista de Inidôneos do Tribunal de Contas da União (TCU).

7.1.5. *Cadastro de Impedidos de Contratar com o Serviço Público - TCE-PI.*

7.1.6. *Cadastro eletrônico de fornecedores indicado no item 1.1 da **Parte Específica** deste Edital.*

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.4. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.2.1 e 4.6 deste edital.

7.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos artigos 108 a 114 [Decreto estadual n. 21.872/2023](#).

7.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 7.8.1. Contiver vícios insanáveis;
- 7.8.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Projeto Básico;
- 7.8.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.8.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.8.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.9. Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

7.9.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item 7.9, só será considerada após diligência do Agente de Contratação, que comprove:

- a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e



b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

7.10.1 Questionamentos junto ao proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexecuibilidade;

7.10.2 Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

7.10.3 Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração Pública ou com a iniciativa privada;

7.10.4 Verificação de notas fiscais dos objetos adquiridos pelo proponente;

7.10.5 Pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;

7.10.6 Estudos setoriais;

7.10.7 Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;

7.10.8. Consulta à Controladoria-Geral do Estado;

7.10.9. Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

7.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

7.12.1. O ajuste de que trata este item se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.13. Serão ainda desclassificadas as propostas que apresentarem, na composição de seus preços:

a) Taxa de Encargos Sociais ou taxa de B.D.I. inverossímil;

b) Custo de insumos em desacordo com os preços de mercado;

c) Quantitativos de mão de obra, materiais ou equipamentos insuficientes para compor a unidade dos serviços.

7.14. Caso o Regime de Execução seja o de empreitada por preço global ou empreitada integral, será desclassificada a proposta ou lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração, salvo se o preço de cada uma



das etapas previstas no cronograma físico-financeiro não superar os valores de referência discriminados nos projetos anexos a este edital.

7.14.1. Ainda nessa hipótese, de o regime de execução ser o de empreitada por preço global ou empreitada integral, a participação na presente licitação implica a concordância do licitante com a adequação de todos os projetos anexos a este edital, de modo que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II do Decreto n. 7.983/2013.

7.15. Caso o Regime de Execução seja o de empreitada por preço unitário, será desclassificada a proposta ou o lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração, em conformidade com os projetos anexos a este edital.

7.16. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com o previsto na Lei 14.133/2021.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Caso o item 4.16 da **Parte Específica** deste Edital tenha estabelecido garantia de proposta como requisito de pré-habilitação, será verificado o recolhimento da garantia.

8.2. A habilitação da licitante poderá ser verificada por meio do *Cadastro eletrônico de fornecedores indicado no item 1.1 da **Parte Específica** deste Edital (habilitação jurídica, regularidade fiscal, social e trabalhista, qualificação econômico-financeira)*.

8.2.1. A apresentação de regularidade cadastral junto ao cadastro eletrônico somente dispensa os documentos já apresentados para a sua obtenção.

8.2.2. Caso a empresa não esteja inscrita no cadastro eletrônico ou não apresente alguma das informações comprováveis através da declaração apresentada, deverá apresentar toda a documentação exigida a seguir discriminada para fins de habilitação.

8.2.3. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

8.3. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto Federal nº](#)



[8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia autenticada.

8.4.1. Os documentos apresentados, que forem retirados via internet, não precisarão ser autenticados, devendo sua autenticidade ser verificada posteriormente pelo Agente de Contratação.

8.4.2. Os documentos a serem apresentados em arquivo PDF deverão ser obtidos a partir de digitalização do arquivo original ou da respectiva cópia autenticada.

8.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no cadastro eletrônico de fornecedores e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.8.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.9. A verificação pelo Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no cadastro eletrônico de fornecedores serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo definido na **Parte Específica** deste Edital.

8.9.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

8.10. A verificação no cadastro eletrônico de fornecedores ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.



8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.10.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

8.11.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.9.1 da **Parte Específica**.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.16. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8.17. Para a habilitação na presente Concorrência serão exigidos do licitante os seguintes documentos:

8.17.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

c) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social



no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

d) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

e) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

f) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

g) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

h) Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

i) Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

j) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva; indicar o responsável pela administração com poderes para assumir obrigações e assinar documentos em nome do licitante; apontar a sua sede; além de explicitar o objeto social, que deverá ser compatível com o objeto desta licitação, conforme a tabela da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE, do IBGE.

k) No caso de exercício de atividade sujeita a registro ou autorização para funcionamento: ato expedido pelo órgão competente, conforme disposto na **Parte Específica** deste Edital.

l) Outros documentos a serem exigidos na **Parte Específica** deste Edital, de acordo com a natureza do objeto.

8.17.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.17.2.1. Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) e/ou CRT (Conselho Regional dos Técnicos Industriais) em plena validade, conforme definido na **Parte Específica** deste Edital e as áreas de atuação previstas no Projeto Básico, em plena validade;



8.17.2.2. Quanto à capacitação técnico-operacional: apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação. Os itens de serviços e parcelas de maior relevância com quantidades mínimas a serem comprovadas são os definidos na **Parte Específica** deste Edital.

8.17.2.2.1. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante.

8.17.2.3. Quanto à capacitação técnico-profissional: comprovação da empresa licitante de possuir em seu quadro, na data prevista no subitem 1.1 deste Edital, profissional (is) de nível superior ou outro(s) reconhecido(s) pelo CREA, CAU, ou CRT, detentor (es) de **atestado(s) de responsabilidade técnica, devidamente registrado(s) na entidade profissional competente (CREA, CAU, ou CRT) da região onde os serviços foram executados**, acompanhados(s) da(s) correspondente(s) Certidão (es) de Acervo Técnico – CAT, que comprove(m) ter o(s) profissional (is), executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, obras/serviços de características técnicas similares às do objeto licitado. Os itens de serviços e parcelas de maior relevância com quantidades mínimas a serem comprovadas são os definidos na **Parte Específica** deste Edital.

8.17.2.3.1. Para fins de comprovação de capacitação técnico-profissional, a empresa licitante poderá apresentar tantos atestados quanto julgar necessário, desde que, de profissionais pertencentes ao seu quadro e que comprovem o seu vínculo com a empresa.

8.17.2.3.2. Os atestados deverão possuir informações suficientes para qualificar e quantificar os serviços executados, bem como possibilitar aferir sua veracidade junto aos emitentes dos documentos.

8.17.2.3.3. A comprovação do vínculo dos profissionais detentores do acervo técnico, do quadro da licitante, será atendida mediante a apresentação da declaração formal de sua disponibilidade, acompanhada de comprovação da anuência do profissional, ou através da apresentação dos documentos a seguir:

a) **Empregado:** Cópia do livro de registro de empregado registrado na Delegacia Regional do Trabalho - DRT ou cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS anotada ou ainda, contrato de prestação de serviços, na forma da legislação trabalhista;

b) **Sócio:** Contrato Social devidamente registrado no órgão competente;

c) **Diretor:** Cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;

d) **Profissional Autônomo:** Cópia do contrato de prestação de serviços, devidamente assinado pelas partes e com firmas reconhecidas;



e) Responsável Técnico: Além da cópia da Certidão expedida pelo CREA, CAU ou CRT da sede ou filial da licitante onde consta o registro do profissional como responsável técnico, deverá comprovar o vínculo em uma das formas contidas do subitem 8.17.2.3.3 ou nas alíneas "a" "b" "c" ou "d" retro.

8.17.2.3.4. Caso a licitante seja sociedade cooperativa, os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica de que trata o subitem 8.6.2.3.3 devem ser cooperados, demonstrando-se tal condição através da apresentação das respectivas atas de inscrição, da comprovação da integralização das respectivas quotas-partes e de três registros de presença desses cooperados em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais, bem como da comprovação de que estão domiciliados em localidade abrangida na definição do artigo 4º, inciso XI, da Lei nº 5.764, de 1971.

8.17.2.3.5. Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional deverão participar da obra ou serviço objeto desta licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovado pela Contratante.

8.17.2.4. Será exigida ainda declaração formal da licitante de que disporá, por ocasião da futura contratação, das instalações, aparelhamento e pessoal técnico considerados essenciais para a execução contratual, indicados na **Parte Específica** deste Edital.

8.17.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, ou de sociedade simples;

b) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II);

c) O licitante deverá apresentar os seguintes índices contábeis, extraídos do balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, atestando a boa situação financeira, conforme art. 7.2 da IN/MARE 05/95, Portaria GAB. SEAD. Nº 88/15:

LG= Liquidez Geral – superior a 1

SG= Solvência Geral – superior a 1

LC= Liquidez Corrente – superior a 1

Sendo,

$LG = (AC + RLP) / (PC + PNC)$

$SG = AT / (PC + PNC)$

$LC = AC / PC$

Onde:

AC= Ativo Circulante



RLP= Realizável a Longo Prazo

PC= Passivo Circulante

PNC= Passivo Não Circulante

AT= Ativo Total

c) As demonstrações contábeis apresentadas poderão ser submetidas à apreciação do Conselho Regional de Contabilidade.

d) A **Parte Específica** deste Edital definirá se o atendimento dos índices econômicos previstos no item 8.17.3 deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

e) A licitante que apresentar índice econômico igual ou inferior a 01 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente, deverá comprovar que possui capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo não inferior ao percentual definido na **Parte Específica** deste Edital, calculado sobre o preço estimado da contratação ou item pertinente, por meio de Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

f) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

g) O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

8.17.3.1. Para os consórcios não formados integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo de 10% a 30% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais, conforme definido na **Parte Específica**, salvo justificativa anos autoss.

8.17.4. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste certame.

c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal). Será aceito certificado da matriz em substituição ao da filial ou vice-versa quando, comprovadamente, houver arrecadação centralizada;



d) Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho emitida pelo TST (Certidão Negativa de débitos Trabalhistas, ou positiva com efeitos de negativa);

e) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

f) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.17.4.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.17.4.2. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.18. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.18.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§ 2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.18.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.18.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.18.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.18.5. A comprovação de integralização das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

8.18.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e



8.18.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8.19. Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar:

- a) Em nome da licitante, com número do CNPJ e com o respectivo endereço da mesma;
- b) Se a licitante for a matriz de uma empresa, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- c) Se a licitante for a filial de uma empresa, todos os documentos deverão estar em nome desta filial;
- d) Se a licitante for a matriz da empresa e a fornecedora do objeto for uma de suas filiais, este fato deve ser expressamente registrado em declaração apresentada na qual a licitante indicará qual filial executará o objeto da licitação. Neste caso, os documentos relativos à regularidade fiscal, exigidos para a habilitação, deverão ser apresentados em nome da matriz e da filial, simultaneamente;
- e) Serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela sua própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;
- f) Serão aceitos registros de CNPJ de licitantes matriz e filiais com diferenças de números nos documentos pertinentes ao CND e ao FGTS quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições pela licitante.

8.20. A **Parte Específica** poderá exigir apresentação de atestado de vistoria como documento de habilitação, conforme art. 62, § 2º, da Lei n. 14.133/2021.

8.20.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado através de e-mail ou telefone definidos na **Parte Específica** deste Edital, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

8.20.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à sessão pública.

8.20.3. Para a vistoria, o licitante ou o seu representante legal deverão estar devidamente identificados, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para o ato.

8.20.4. Eventuais dúvidas de natureza técnica decorrentes da realização da vistoria deverão ser encaminhadas à Comissão de Licitação, através dos contatos indicados no item 8.20.1 da **Parte Específica** deste Edital, antes da data fixada para a sessão pública.

8.20.5. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

8.20.6. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.



9. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS

- 9.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 9.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 9.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos meios definidos na **Parte Específica** deste Edital.
- 9.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 9.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 9.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

10. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 10.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 10.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 10.3.3. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.



10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico indicado na **Parte Específica** deste Edital.

11. DO CONTRATO E DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Para a execução dos serviços pelo licitante vencedor do certame será celebrado contrato entre este e a Contratante.

11.2. O fornecedor, após a assinatura do contrato, fica obrigado ao cumprimento dos prazos e todas as condições estabelecidas nas suas cláusulas e no edital.

11.3. A recusa da execução do serviço ou o não cumprimento de qualquer obrigação prevista ensejará a aplicação das penalidades previstas no edital e no instrumento contratual.

11.4. O fornecedor será convocado para assinar o contrato ou instrumento equivalente, ocasião em que terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável uma vez por igual período, para a realização do ato, mediante a apresentação de motivo justo e aceito pela Contratante, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

11.5. Quando o licitante convocado não comparecer para a assinatura do instrumento contratual no prazo e nas condições estabelecidas, poderá ser convocado outro licitante, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

11.5.1. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 11.5, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

11.6.1. A regra do item 11.6 não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do subitem 11.5.1, "a".

11.7. As obrigações da contratante e da contratada, os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização, as sanções ao contratado, as condições de pagamento, a vigência do contrato e eventual



possibilidade de subcontratação encontram-se previstos no Termo de Contrato ou Projeto Básico anexos a este Edital.

11.8. As disposições relativas ao preço e respectivo reajuste encontram-se previstas na minuta de **Contrato** anexa a este Edital.

11.9. A minuta de **Contrato** anexa a este Edital definirá eventual prestação de garantia de execução pelo licitante vencedor.

11.10. Caso seja adotado o Sistema de Registro de Preços ao presente certame, deverão ainda ser observadas as seguintes disposições:

11.10.1. Após a homologação da licitação, o fornecedor será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços no prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável uma vez por igual período, mediante a apresentação de motivo justo e aceito pela Contratante, sob pena de decair o direito, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

11.10.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

11.10.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição dos itens, as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.10.5. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos no subitem 11.10.1, e observado o disposto no item 2.7.2, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, sem prejuízo das sanções ao vencedor que se recusar a assinar a ata.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS AOS LICITANTES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a agente de contratação/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

- a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- d) deixar de apresentar amostra;



- e) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 12.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 12.1.4. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 12.1.5. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 12.1.6. Fraudar a licitação;
- 12.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - c) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 12.1.8. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 12.1.9. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).
- 12.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 12.2.1. Advertência;
 - 12.2.2. Multa;
 - 12.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e
 - 12.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 12.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 12.3.2. As peculiaridades do caso concreto;
 - 12.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 12.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - 12.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
- 12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2, 12.1.3 e 12.1.4 a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
 - 12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7, 12.1.8 e 12.1.9 a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.



12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2, 12.1.3 e 12.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7, 12.1.8 e 12.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2, 12.1.3 e 12.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita nos itens 12.1.3 e 12.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.10.1. Em órgão ou entidade da Administração Pública cujo quadro funcional não seja formado de servidores estatutários, a comissão a que se refere o item 12.10 será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 03 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.



12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de contratação.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. Os documentos exigidos deverão ser apresentados em original ou cópia autenticada.

13.11. Os documentos apresentados, que forem retirados via internet, não precisarão ser autenticados, devendo sua autenticidade ser verificada posteriormente pelo agente de contratação.

13.12. A cópia do texto integral deste Edital se encontra disponível em endereços eletrônicos e na sede da Contratante, ambos mencionados na **Parte Específica** deste Edital.



13.13. Para as demais condições de contratação observar-se-ão as disposições constantes dos Anexos deste Edital.

13.14. Integram este Edital, e dele fazem parte integrante, os seguintes Anexos, além de outros porventura mencionados na **Parte Específica** deste Edital:

- A) ANEXO I – Projeto Básico, Planilhas Orçamentárias e Especificações Técnicas;
- B) ANEXO II – Modelo de Declaração de Anuência ao Edital;
- C) ANEXO III – Modelo de Declaração de Garantia de Execução Contratual;
- D) ANEXO IV – Declaração de Instalação do Canteiro de Obras e de Disponibilidade das Máquinas e Equipamentos;
- E) ANEXO V – Modelo de Proposta de Preços;
- F) ANEXO VI – Minuta do Contrato.



PARTE ESPECÍFICA

As seguintes informações específicas sobre a Licitação deverão complementar, suplementar ou modificar as disposições presentes na Parte Geral. Sempre que ocorra conflito, as disposições aqui contidas prevalecem sobre aquelas.

Parte Geral	Definições da Parte Específica
1.1	<p>Sistema Eletrônico utilizado no certame: Portal de Compras do Governo Federal.</p> <p>Cadastro eletrônico de fornecedores: Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.</p> <p>Data de Abertura: 24/06/2026 (quarta-feira).</p> <p>Horário de Abertura: 09:00 (nove horas), horário de Brasília/DF.</p> <p>Local: https://www.gov.br/compras/pt-br</p> <p>Qualquer informação poderá ser obtida no endereço: Av. Pedro Freitas, s/n, Centro Administrativo, Bloco G, 1º Andar, ou através do telefone: (0**86) 3222-0038, ou ainda pelo e-mail: licitacao@seinfra.pi.gov.br</p>
2.1	<p>O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa de engenharia especializada para a Execução dos Serviços de Conclusão da Ponte Rodoviária com Execução dos Serviços Remanescentes e Complementares, com extensão de 30,00m e largura total de 4,40m, na Localidade Buriti do Meio, zona rural de Beneditinos – PI, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Projeto Básico em anexo.</p>
2.2	<p>(x) A licitação compõe-se de item único, sagrando-se vencedor o licitante que ofertar o menor preço.</p> <p>() A licitação será dividida em itens, conforme tabela abaixo, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.</p> <p>() A licitação será dividida em lotes, formados por um ou mais itens, conforme tabela abaixo, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que o compõem.</p>



	<p>() O objeto da presente licitação será adjudicado por preço global, haja vista a natureza indivisível do objeto.</p> <p>() O objeto da presente licitação será adjudicado por preço global, com vistas a evitar o prejuízo para o conjunto ou a perda de economia de escala.</p>
2.3	<p>() Foi estimado o Preço Total de (...), conforme planilha orçamentária que integra o projeto básico em anexo, ou anteprojeto no caso de contratação integrada ou semi-integrada (orçamento sintético), sendo que os preços unitários e globais estimados representam os preços máximos que a Administração se dispõe a pagar em relação a cada item.</p> <p>(X) Foi estimado o Preço Total de R\$ 933.792,83 (novecentos e trinta e três mil, setecentos e noventa e dois reais e oitenta e três centavos), sendo que os preços máximos que a Administração se dispõe a pagar em relação a cada item correspondem aos preços unitários e globais estimados acrescidos do percentual definido na planilha orçamentária que integra o projeto básico em anexo, ou anteprojeto no caso de contratação integrada ou semi-integrada (orçamento sintético).</p> <p>() Os documentos referentes aos orçamentos, bem como o preço estimado da contratação, possuem caráter sigiloso e serão disponibilizados exclusivamente aos órgãos de controle interno e externo, conforme o disposto no art. 24 da Lei nº 14.133/2021.</p> <p>2.3.1. O preço estimado ou o preço máximo aceitável para a contratação será tornado público apenas e imediatamente após definido o resultado do julgamento das propostas, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas.</p>
2.3.1	<p>O BDI utilizado como referencial para o cálculo dos preços unitários, pela Contratante, é de 24,23 % (vinte e quatro inteiros e vinte e três centésimos), cujo patamar será considerado por ocasião do julgamento das propostas.</p>
2.4	<p>(X) A execução do serviço ocorrerá sob o regime empreitada por preço unitário.</p> <p>() A execução do serviço ocorrerá sob o regime empreitada por preço global.</p>



	<p>() A execução do serviço ocorrerá sob o regime empreitada integral.</p> <p>() A execução do serviço ocorrerá sob o regime tarefa.</p> <p>() A execução do serviço ocorrerá sob o regime de contratação integrada.</p> <p>() A execução do serviço ocorrerá sob o regime de contratação semi-integrada.</p>
2.6	<p>(X) A presente licitação não adotará o Sistema de Registro de Preços.</p> <p>() A presente licitação adotará o Sistema de Registro de Preços.</p>
3.2.1	<p>(X) O presente certame não é restrito a microempresas e empresas de pequeno porte, sendo destinado à ampla concorrência.</p> <p>() Para os itens (...), (...), a participação é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, e às sociedades cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei 11.488/2008, nos termos do art. 48, I, da Lei Complementar nº 123/2006.</p> <p>() Para os itens (...), (...), a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48, I, da Lei Complementar nº 123/2006; e para os itens (...), (...), haverá reserva de (máximo de 25%) para as referidas entidades, na forma do art. 48, III, da Lei Complementar nº 123/2006.</p> <p>3.2.1.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, na forma do art. 48, incisos I e III, da Lei Complementar nº 123, de 2006, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.</p> <p>3.2.1.2. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a Adjudicação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.</p>
3.3	<p>() Poderão participar empresas em consórcio, observadas as normas constantes no subitem 3.3 da Parte Geral deste Edital.</p> <p>(X) Não poderão participar desta licitação consórcio de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição. A vedação a participação de consórcio neste certame justifica-se diante da natureza do objeto licitado, o qual apresenta natureza comum, podendo ser ofertado por um número amplo de potenciais participantes, inclusive empresas de pequeno e médio porte que em</p>



	sua maioria apresentam o mínimo exigido no tocante a qualificação técnica e econômico-financeira, não implicando em qualquer limitação quanto a competitividade.
3.11	<p>() Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.</p> <p>(X) Não será permitida a participação de cooperativas no certame.</p>
4.1	<p>1.1. (X) A fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.</p> <p>1.2.</p> <p>1.3. () A fase habilitação antecederá as fases de apresentação de propostas e lances de julgamento.</p>
4.8	<p>(X) Considerando que o sistema de compras utilizado no certame não possui as funcionalidades respectivas, as declarações indicadas nos itens 4.4 a 4.6 deverão ser encaminhadas juntamente com os documentos de habilitação.</p> <p>() As declarações indicadas nos itens 4.4 a 4.6 deverão ser assinaladas no campo próprio do sistema.</p>
4.16	<p>(X) Será exigido o recolhimento de R\$ 9.337,92 (nove mil e trezentos e trinta e sete reais e noventa e dois centavos) a título de garantia de proposta, equivalente a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação.</p> <p>4.16.1. A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.</p> <p>4.16.2. A garantia de proposta poderá ser prestada nas seguintes modalidades:</p> <p>a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;</p>



	<p>b) seguro-garantia, anexando comprovante de pagamento da apólice;</p> <p>c) fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.</p> <p>1.4.</p> <p>() Não será exigida garantia de proposta como requisito de pré-habilitação.</p> <p>1.5.</p>
5.1	Conclusão da Ponte Rodoviária com Execução dos Serviços Remanescentes e Complementares, com extensão de 30,00m e largura total de 4,40m, na Localidade Buriti do Meio, Zona Rural de Beneditinos – PI.
5.8	A proposta comercial terá validade mínima de 60 (sessenta) dias, a contar da data da abertura da sessão pública.
6.6	O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.
6.9	O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de R\$ 100,00 (cem reais).
6.11	<p>() Será adotado para o envio de lances o modo de disputa “aberto”, em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.</p> <p>(X) Será adotado para o envio de lances o modo de disputa “aberto e fechado”, em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.</p> <p>() Será adotado para o envio de lances o modo de disputa “fechado e aberto”, em que somente poderão participar da etapa aberta os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço até 10% (dez por cento) inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.</p>
6.22.4	O prazo para o licitante detentor da melhor proposta encaminhar proposta readequada ao último lance ofertado, em formato digital, via sistema, é de 02 (duas) horas contadas a partir da solicitação do agente de contratação.



6.22.5, "e.12"	<p>() Quanto aos custos indiretos incidentes sobre as parcelas relativas ao fornecimento de materiais e equipamentos, o licitante deverá apresentar um percentual reduzido de BDI, compatível com a natureza do objeto, conforme modelo anexo ao Edital, que indicará quais materiais e equipamentos terão BDI reduzido.</p> <p>(X) Não será permitido ao licitante a apresentação de percentual reduzido de BDI.</p>
8.9.1	Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no cadastro eletrônico de fornecedores serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo, 02 (duas) horas prorrogável por igual período, contado da solicitação do agente de contratação.
8.17.1, "k"	k) No caso de exercício de atividade de (...): ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo (órgão competente), nos termos do artigo (...) da (o) (...Lei/Decreto...) nº (...)/(...).
8.17.1, "l"	<p>() Serão exigidos os seguintes documentos adicionais:</p> <p>I (...);</p> <p>II (...);</p> <p>(X) Não serão exigidos documentos adicionais.</p>
8.17.2. 1	(X) Será exigido registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia); e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo); e/ou CRT (Conselho Regional dos Técnicos Industriais), conforme as áreas de atuação previstas no Projeto Básico, em plena validade;
8.17.2. 2	Quanto à capacitação técnico-operacional : apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução do serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:



Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação de pelo menos 50% (cinquenta por cento) do valor licitado.

Para a demonstração da capacidade técnico-operacional da licitante será admitida a comprovação da execução mínima dos quantitativos das parcelas consideradas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, assim considerados:

Ord.	Item	Referência	Descrição do Serviço	Und	Quantidade	Quantidade solicitada (20%)
1	3.2	COMP. 14	Armação em aço CA-50 - fornecimento, preparo e colocação	kg	8.397,74	1.679,55
2	5.4	COMP. 22	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria - DMT de 50 a 200 m - caminho de serviço em revestimento primário - com escavadeira e caminhão basculante de 14 m³	m³	18.028,15	3.605,63
3	5.9	COMP. 28	Enrocamento de pedra arrumada manualmente - pedra de mão comercial - fornecimento e assentamento	m³	307,10	61,42
4	3.3	COMP. 13	Concreto fck=25 MPa - confecção em betoneira e lançamento manual - areia e brita comerciais (Tabuleiros/Vigas/Longarinas/Transversinas/Pilares/Encontros)	m³	160,76	32,15

8.17.2.
3

Quanto à **capacitação técnico-profissional**, os itens de serviços e parcelas de maior relevância com quantidades mínimas a serem comprovadas são os seguintes:

Ord.	Item	Referência	Descrição do Serviço	Und	Quantidade	Quantidade solicitada (20%)
1	3.2	COMP. 14	Armação em aço CA-50 - fornecimento, preparo e colocação	kg	8.397,74	1.679,55
2	5.4	COMP. 22	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria - DMT de 50 a 200 m - caminho de serviço em revestimento primário - com escavadeira e caminhão basculante de 14 m³	m³	18.028,15	3.605,63
3	5.9	COMP. 28	Enrocamento de pedra arrumada manualmente - pedra de mão comercial - fornecimento e assentamento	m³	307,10	61,42
4	3.3	COMP. 13	Concreto fck=25 MPa - confecção em betoneira e lançamento manual - areia e brita comerciais (Tabuleiros/Vigas/Longarinas/Transversinas/Pilares/Encontros)	m³	160,76	32,15

8.17.2.
4

Declaração formal de que disporá, por ocasião da futura contratação, das instalações, aparelhamento e pessoal técnico considerados essenciais para a execução contratual, a saber:

a) 36397 - BETONEIRA, CAPACIDADE NOMINAL 600 L



	<p>b) E9579 - CAMINHÃO BASCULANTE COM CAPACIDADE DE 10m³</p> <p>c) E9592 - CAMINHÃO CARROCERIA COM CAPACIDADE DE 15 t</p>
8.17.3, "d"	<p>(X) O atendimento dos índices econômicos previstos no item 8.17.3 deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.</p> <p>() O atendimento dos índices econômicos previstos no item 8.17.3 <u>não</u> necessita ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.</p>
8.17.3, "e"	<p>() A licitante que apresentar índice econômico igual ou inferior a 01 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente, deverá comprovar que possui capital social mínimo não inferior a 10% (dez por cento) do preço estimado da contratação ou item pertinente.</p> <p>(X) A licitante que apresentar índice econômico igual ou inferior a 01 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente, deverá comprovar que possui patrimônio líquido mínimo não inferior a 10% (dez por cento) do preço estimado da contratação ou item pertinente.</p>
8.17.3. 1	<p>() Para os consórcios não formados integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo de (10% a 30%) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais, conforme art. 15, § 2º, da Lei n. 14.133/2021.</p> <p>(X) Não haverá acréscimo quanto aos requisitos de habilitação econômico-financeira para os consórcios não formados integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme justificativa constante nos autos.</p>
8.20	<p>(X) Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.</p> <p>() Não se aplica ao caso a realização de vistoria.</p>



8.20.1	Informações para agendamento de vistoria e dúvidas: A vistoria será acompanhada por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 07h30 às 13h30, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (0**86) 3216-2199.
9.3	Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados ao endereço eletrônico licitacao@seinfra.pi.gov.br ou para o endereço físico Avenida Pedro Freitas, s/n, Centro Administrativo, Bloco G, 1º Andar, CEP: 64.018-900, sendo que a resposta será divulgada no sítio https://www.gov.br/compras/pt-br
10.10	Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no endereço eletrônico https://sei.pi.gov.br/sei
13.12	O presente edital poderá ser retirado nos seguintes endereços eletrônicos: https://www.gov.br/compras/pt-br ou https://www.tcepi.tc.br/fiscalizado/sistemas/licitacoes-e-contratos/ Poderá também ser encontrado na sede da Contratante, conforme endereço constante no item 1.1 desta Parte Específica .
13.14	Integram este Edital, e dele fazem parte integrante, além dos Anexos mencionados na Parte Geral deste edital, os seguintes documentos: A) ANEXO I – Projeto Básico, Planilhas Orçamentárias e Especificações Técnicas; B) ANEXO II – Modelo de Declaração de Anuência ao Edital; C) ANEXO III – Modelo de Declaração de Garantia de Execução Contratual; D) ANEXO IV – Declaração de Instalação do Canteiro de Obras e de Disponibilidade das Máquinas e Equipamentos; E) ANEXO V – Modelo de Proposta de Preços; F) ANEXO VI – Minuta do Contrato.

Teresina, Piauí, 09 de junho de 2026.

João Fernandes Tajra Torres Nunes
Agente de Contratação

APROVO:

DANÍSIO GUIMARÃES MARABUCO

Secretário de Estado da Infraestrutura do Piauí

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: @seinfra.pi



SECRETARIA
DA **INFRAESTRUTURA**
SEINFRA



ANEXO I

PROJETO BÁSICO, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DE ACORDO COM O PROJETO BÁSICO.

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: [@seinfra.pi](https://www.instagram.com/seinfra.pi)

www.pi.gov.br



ANEXO II

DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA (Modelo)

(Em papel timbrado da empresa)

CONCORRÊNCIA Nº ____/2026 - SEINFRA

(Local e Data)

Atendendo as exigências da Concorrência em epígrafe, declaramos expressamente que:

1. Aceitamos e concordamos integralmente e sem qualquer restrição com as condições dessa licitação, expressas no Edital e todos os seus Anexos.
2. Não existe nenhum fato superveniente para nossa habilitação, nem estamos impedidos de licitar, contratar ou transacionar com o Poder Público ou qualquer de seus órgãos descentralizados, nem fomos declarados inidôneos por qualquer órgão Federal, Estadual, Municipal ou Concessionária de energia elétrica e/ou água.
3. Entre os nossos dirigentes, gerentes, sócios, responsáveis técnico se demais profissionais, não figuram empregados da Secretário de Estado da Infraestrutura/SEINFRA, nem da empresa CONTRATANTE ou outro órgão ou entidade a ela vinculada.
4. Temos pleno conhecimento dos locais e das condições de execução dos serviços.
5. Não possuir, no quadro pessoal, empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e qualquer empregado menor de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988.
6. Cumprir as normas de Segurança e Medicina do Trabalho, constantes da Consolidação das Leis do Trabalho, da Portaria nº 3.214/78 do Ministério do Trabalho e de outras disposições acerca da matéria.
7. Manteremos válida a nossa Proposta pelo prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da sua apresentação e abertura.

Atenciosamente,

Assinatura do Representante Legal

Nome:

Cargo:

CPF(MF) nº



ANEXO III

GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (Modelo)

À (Contratante)

CONSIDERANDO que (**nome da CONTRATADA**), doravante denominada **“CONTRATADA”**, compromete-se, conforme Contrato nº. ____/20____, datado de ____ de ____ de 20____, a executar as obras (**breve descrição das obras**) nele descritos;

CONSIDERANDO que ficou estabelecido no Edital que a **CONTRATADA** deverá apresentar comprovante de Garantia de Execução Contratual no valor especificado no Contrato; e

CONSIDERANDO que concordamos em dar esta garantia da **CONTRATADA**.

DECLARAMOS nossa condição de fiador, sem benefício de ordem, em conformidade com o disposto nos artigos 1.491, 1.500 e 1.503 do Código Civil Brasileiro e dos artigos 261 e 262 do Código Comercial, perante (**qualificar a CONTRATANTE**), pela **CONTRATADA**, até a soma de (**valor da garantia em algarismos e por extenso**), comprometendo-nos pelo presente documento a pagar, mediante solicitação da **CONTRATANTE**, por escrito, declarando a inadimplência da **CONTRATADA**, com cumprimento de suas obrigações contratuais, e sem contraditar a quantia, até o limite de (**valor da garantia**), como acima mencionado, dispensada a apresentação de provas ou razões quanto ao valor especificado na sua solicitação.

ATESTAMOS que esta fiança não é gratuita e está regularmente contabilizada, satisfazendo as formalidades exigíveis, em especial a legislação bancária e demais resoluções, instruções e circulares do Banco Central do Brasil, achando-se os signatários devidamente autorizados à prática deste ato.

Esta garantia terá validade até 30 (trinta) dias após a vigência do Contrato, conforme as condições estabelecidas.

(Local e Data)

(Assinatura do representante do Banco)

(Testemunha)

(Chancela)



ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE INSTALAÇÃO DO CANTEIRO DE OBRAS E DE DISPONIBILIDADE DAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

CONCORRÊNCIA Nº ____/2026 - SEINFRA

(Local e Data)

A (nome da empresa), inscrita no CNPJ n.º, por intermédio de seu representante legal que esta subscreve, o(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade n.º..... e do C.P.F. n.º, DECLARA, sob as penas da Lei, que por ocasião da contratação, disporá das instalações do canteiro de obras, dos equipamentos e do pessoal adequado e suficiente para a realização do objeto da licitação.

Assinatura do Representante Legal

Nome:
Cargo:
CPF(MF) n.º

OBS: Esta declaração dever ser feita em papel timbrado.



ANEXO V

PROPOSTA DE PREÇOS

À SEINFRA

CONCORRÊNCIA Nº ____/2026 - SEINFRA

(Local e Data)

Prezados Senhores,

(NOME DA EMPRESA), (n.º do CNPJ), (inscrição estadual), sediada (endereço completo), (CEP), por intermédio do seu representante legal o(a) Sr.(a) (cargo), portador(a) da Carteira de Identidade n.º e do CPF n.º (e-mail), residente e domiciliado no (endereço completo), firmado abaixo e que será o responsável pela assinatura do contrato, tendo examinado as condições do Edital e dos Anexos que o integram, propomos executar e concluir as obras previstas no mencionado Edital, pelo preço global de R\$ ____ (____). Outrossim, declaramos que:

- a) Temos conhecimento do local onde serão executadas as obras e aceitamos todas as condições impostas pelo edital e seus anexos;
 - b) A obra será executadas e concluídas no prazo máximo de ____ (____) dias, contado da data estabelecida na ordem de serviço;
 - c) A garantia dos serviços será de 05 (cinco) anos;
 - d) Esta proposta compreende todas as despesas com mão-de-obra (inclusive leis sociais), materiais, ferramentas, transportes, equipamentos, seguros, impostos e demais encargos necessários à perfeita execução de toda a obra;
 - e) Concordamos em manter a validade desta proposta por um período de 60 (sessenta) dias, contado da data final prevista para sua entrega.
 - f) O pagamento deve ser efetuado na Conta corrente ____, Agência ____, banco ____
 - g) Para contato com a empresa, poderão ser utilizados os seguintes meios: telefone nº ____, fax n.º e e-mail ____
- Até que o contrato seja assinado, esta proposta constituirá um compromisso de nossa parte, observadas as condições deste Edital.

Assinatura do Representante Legal

Nome:

Cargo:

CPF(MF) nº

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA

Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar

CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98

E-mail: seinfra@seinfra.gov.br

Redes sociais: @seinfra.pi



ANEXO VI

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO N.º ____/2026
CONCORRÊNCIA N.º 062/2026 – SEINFRA
PROCESSO SEI N.º 00114.000222/2026-92

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONCLUSÃO DA PONTE RODOVIÁRIA COM EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS REMANESCENTES E COMPLEMENTARES, COM EXTENSÃO DE 30,00M E LARGURA TOTAL DE 4,40M, NA LOCALIDADE BURITI DO MEIO, ZONA RURAL DE BENEDITINOS – PI, QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, COMO CONTRATANTE, O ESTADO DO PIAUÍ POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E DO OUTRO, COMO CONTRATADA A EMPRESA: (.....)

O Estado do Piauí, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA**, inscrita no CNPJ sob o nº 06.553.531/0001-98, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, com sede no Centro Administrativo, Bloco G, 1º andar, nesta Capital, neste ato representado por seu Secretário, Sr. DANÍSIO GUIMARAES E MARABUCO, portadora da Cédula de Identidade nº 2.087.666 SSP-PI, CPF nº 977.690.373-87; e a Empresa (.....) com sede e foro na cidade de (.....) Estado do (.....), estabelecida à (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº (.....), aqui representada por (nome completo, cargo) inscrito(a) no CPF sob o nº (.....), portador(a) da carteira de identidade RG nº (.....), doravante denominada abreviadamente **CONTRATADA**, tendo em vista a homologação da Concorrência Eletrônica nº 062/2026, constante do Processo Administrativo nº 00114.000222/2026-92, Parecer PGE/PLC nº (.....) e o que mais consta do citado Processo Administrativo, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição, em conformidade com as normas da Lei n. 14.133/2021, bem como com o Decreto Estadual n. 21.872/2023, os quais submetem as partes para todos os efeitos, têm justo e acordado celebrar o presente Contrato, regendo-se a contratação pelo fixado nas cláusulas seguintes:

PARTE GERAL



CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS QUE INTEGRAM O CONTRATO

1.1. São partes complementares deste Contrato, independentemente de transcrição, o Projeto Básico constante dos autos, conforme Processo Administrativo discriminado na **Parte Específica** deste Contrato e tem como fundamento a Lei Federal n. 14.133/2021, a proposta apresentada pela Contratada, seus anexos, os detalhes executivos, especificações técnicas, despachos e pareceres que o encorpam.

1.2. A **Parte Específica** definirá se o contrato se origina de Concorrência Eletrônica ou contratação direta, indicando o fundamento legal utilizado para a dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO DO CONTRATO

2.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a contratação da obra/serviço especial de engenharia descrito na **Parte Específica** deste Contrato, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Projeto Básico e na proposta da Contratada, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

2.2. A **Parte Específica** deste Contrato definirá o regime de execução do objeto.

2.3. A **Parte Específica** deste Contrato definirá se a elaboração de Projeto Executivo encontra-se inserida no objeto deste Contrato, conforme especificado no Projeto Básico.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA APARELHAGEM E DO MATERIAL NECESSÁRIO A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. A aparelhagem e o material necessários à execução dos trabalhos serão de responsabilidade e ônus exclusivamente da CONTRATADA, ficando estabelecido que a CONTRATANTE não emprestará nem fornecerá quaisquer ferramentas, aparelhos ou veículos.

CLÁUSULA QUARTA - DAS NORMAS E ESPECIFICAÇÕES DOS BENS E DA EXECUÇÃO

4.1. As obras e serviços ora contratados obedecem às especificações constantes do Projeto Básico e demais documentos constantes do processo administrativo mencionado na Cláusula Primeira, reservado à CONTRATANTE o direito de rejeitar as obras ou serviços que não estiverem de acordo com as referidas especificações, sem que caiba à CONTRATADA direito a qualquer reclamação ou indenização.

CLÁUSULA QUINTA - DA APROVAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. A CONTRATADA declara conhecer perfeita e integralmente, as especificações e demais elementos técnicos referentes à execução dos serviços. Declara, ainda, que conhece perfeitamente todas as condições e locais de execução dos serviços, tudo o que foi previamente considerado quando da elaboração da proposta que apresentou no processo administrativo de que decorre este contrato, em razão do que declara que nos preços propostos estão incluídos todos os custos, despesas e encargos que terá que suportar, representando aqueles preços a única contraprestação que lhe será devida pela CONTRATANTE pela realização do objeto deste



contrato.

5.2. O representante da CONTRATADA declara sob as penas da lei que dispõe de poderes suficientes à celebração deste contrato e para obrigar de pleno direito à mesma CONTRATADA. Assim sendo, os termos deste contrato obrigam as partes de pleno direito.

CLAUSULA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES DOS DETALHES EXECUTIVOS

6.1. A CONTRATANTE se reserva o direito de, em qualquer fase ou ocasião, fazer alterações nos detalhes executivos, seja reduzindo ou aumentando o volume de serviços das obras, na forma prevista na lei.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO VALOR DO CONTRATO

7.1. O valor deste Contrato está previsto na **Parte Específica** e representa o montante da proposta da CONTRATADA, baseada nas planilhas de quantitativos constantes no processo administrativo citado na Cláusula Primeira e multiplicado pelos respectivos preços unitários.

7.2. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos de transporte, carga e descarga de materiais, despesas de materiais, despesas de execução, mão-de-obra, leis, encargos sociais, tributos, lucros e quaisquer encargos que incidam ou venham a incidir sobre os serviços, bem como despesas de conservação até o seu recebimento definitivo pela CONTRATANTE.

CLAUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A CONTRATADA se obriga a:

- a) Executar os serviços segundo as especificações aprovadas e de acordo com a melhor técnica cuidando, ainda, em adotar soluções técnicas que conduzam a economicidade dos serviços e a funcionalidade de seu resultado;
- b) Eleger e prever técnicas e métodos construtivos dos serviços tão econômicos quanto possíveis, sem descuidar em nenhuma hipótese da segurança e qualidade da obra;
- c) Manter, durante todo o período de realização dos serviços objeto do contrato, as mesmas condições de capacitação técnica que apresentou no processo administrativo mencionado na Cláusula Primeira, bem como as mesmas condições de habilitação;
- d) Administrar com zelo e probidade a execução dos serviços, respeitando com absoluto rigor o orçamento aprovado e evitando a prática de atos e a adoção de medidas que resultem em elevação de custos dos serviços, inclusive no que respeita à arrematação, seleção, contratação e administração de mão-de-obra necessária à realização dos serviços;
- e) Atender prontamente às recomendações regulares da fiscalização;
- f) Zelar pelos interesses da CONTRATANTE relativamente ao objeto do contrato;



- g) Substituir prontamente qualquer preposto, empregado ou pessoa que, a juízo da fiscalização, seja inconveniente aos interesses da CONTRATANTE relativamente aos serviços;
- h) Manter permanentemente nos locais de realização dos serviços um representante com plenos poderes para representar e obrigar a CONTRATADA frente à CONTRATANTE;
- i) Executar o objeto deste contrato de acordo com os projetos e especificações fornecidos pela CONTRATANTE e as normas aprovadas ou recomendadas pela ABNT.
- j) Adquirir e fornecer Equipamentos de Proteção Coletiva – EPC e Equipamentos de Proteção Individual – EPI, a todos os empregados, bem como orientá-los quanto a necessidade e obrigatoriedade de seu uso em serviço. A CONTRATADA responde solidariamente, no caso de subempreitada.
- k) Manter a Regularidade Fiscal, inclusive do recolhimento do ISSQN ao município do local de Prestação do Serviço durante toda execução do contrato;
- l) Observar as normas, critérios e procedimentos ambientais para a gestão dos rejeitos provenientes da obra.
- m) Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessários ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto no Projeto Básico e demais documentos anexos.

8.2. O Contratado deverá reservar parte dos empregos diretos criados por força de contrato de obra pública e/ou prestação de serviços de engenharia que vier a firmar com o Estado do Piauí e seus órgãos, para egressos do Sistema Prisional e cumpridores de medidas de segurança e penas alternativas.

8.3. A obrigação estipulada no item 8.2 só será exigível após a devida contratação e emissão de ordem de serviço ou outro instrumento pelo qual é dado comando para o início das obras e/ou serviços referidos, e desde que haja compatibilidade entre os beneficiários da política pública e as funções a serem desempenhada por estes.

8.4 O Contrato deverá reservar as vagas previstas item 8.2 na seguinte proporção:

- a) No mínimo 5% (cinco por cento) dos empregos diretos criados, no caso de o contratado vir a admitir 20 (vinte) ou mais empregados.
- b) Ao menos 1 (um) empregado, no caso de o contratado vir a admitir entre 6 (seis) e 19 (dezenove) empregados; e
- c) Admissão facultativa, no caso de o contratado vir a admitir 5 (cinco) ou menos empregados.

8.5. As vagas, mencionadas no item 8.4, serão preenchidas de acordo com a ordem de classificação estabelecida em processo único de seleção a cargo da Secretaria da Justiça - SEJUS, nos termos de regulamentação própria.

8.6. No caso de não haver beneficiários selecionados na forma do item 8.5, o contratado deverá preencher os



empregos criados da forma que for mais útil para a perfeita execução do contrato.

8.7. O Contratado deverá reservar, preferencialmente, o mínimo de 5% (cinco por cento) das vagas de emprego diretos na área de construção civil criadas por força do contrato de obra pública que vier a firmar com o Estado do Piauí e seus órgãos, para pessoas do sexo feminino, desde que compatível com o exercício das atividades inerentes ao objeto do contrato.

8.8. A obrigação estipulada no 8.7 só será exigível após a devida contratação e emissão da ordem de serviços ou outro instrumento pelo qual é dado comando para início das obras e/ou serviços referidos.

8.9. No caso de não haver beneficiários habilitados na forma item 8.7, o Contratado deverá preencher os empregos criados da forma que for mais útil para a perfeita execução do contrato.

8.10. A ausência de beneficiários habilitados será consignada pelo Contratado no "Livro de Ocorrências" juntamente com as diligências que empregou para encontrá-los, tais como avisos veiculados em jornais locais e programas de rádio, e será revista pelo Fiscal do Contrato a tempo e modo.

8.11. A CONTRATADA estará, durante todo o período de execução deste contrato, sujeita à fiscalização da CONTRATANTE, quer seja exercida por servidores do quadro da própria CONTRATANTE, quer por terceiros especialmente contratados para este fim.

8.12. As determinações da fiscalização obrigam a CONTRATADA, respeitados os limites deste contrato e o orçamento aprovado, à elaboração de detalhamentos dos projetos e à realização de atividades específicas. Nos casos em que a CONTRATADA não concordar com as recomendações ou ordens da fiscalização, delas poderá recorrer ao titular da CONTRATANTE, tendo este recurso efeito suspensivo da ordem fiscal.

8.13. As obrigações gerais elencadas nesta cláusula somam-se àquelas decorrentes das peculiaridades da contratação, as quais estão previstas na **Parte Específica**.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. A CONTRATANTE se obriga a:

- a) Disponibilizar o local das obras;
- b) Aprovar as medições em tempo hábil;
- c) Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, conforme estabelecido na cláusula onze deste Contrato;
- d) Designar um representante para acompanhar e fiscalizar a execução deste Contrato;
- e) Notificar a CONTRATADA, imediatamente, sobre as faltas e defeitos observados na execução do contrato;
- f) Reter os tributos e contribuições sobre os pagamentos mensalmente efetuados, utilizando-se as alíquotas previstas para cada tipo de serviço, conforme legislação;
- g) Aplicar penalidades, conforme o caso;



- h) Observar as disposições da Instrução Normativa nº 05/2017, do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, que trata do cadastramento e acompanhamento de contratos e obras nos Sistemas Licitações, Contratos e Obras WEB;
- i) Observar as disposições do Decreto Estadual nº 16.199/2015, que trata do cadastramento e alimentação dos dados da obra no Sistema de Monitoramento e Acompanhamento de Ações Estratégicas – SIMO;
- j) Disponibilizar a presente contratação no Portal Nacional de Compras Públicas ou, em caso de indisponibilidade, em página da Contratante na Internet e no Diário Oficial do Estado, conforme Acórdão TCU n. 2758/2021 – Plenário.

9.2. Constituem direitos e prerrogativas da CONTRATANTE, além dos previstos em outras leis, os constantes dos artigos 104, 147 a 149 e 137 a 139 da Lei n. 14.133/2021.

9.3. As obrigações gerais elencadas nesta cláusula somam-se àquelas decorrentes das peculiaridades da contratação, as quais estão previstas na **Parte Específica**.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Estado do Piauí, conforme classificação descrita na **Parte Específica** deste contrato.

10.2. A despesa para os exercícios subsequentes, quando for o caso, será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada à CONTRATANTE, pela Lei Orçamentária Anual.

CLÁUSULA ONZE - DA FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1. O pagamento do preço contratual deverá guardar estreita relação com a execução dos serviços contratados e apresentação de seus efeitos ou resultados nos termos estabelecidos nos documentos constantes no processo administrativo citado na Cláusula Primeira, em especial no cronograma físico-financeiro.

11.2. Os pagamentos dos serviços serão feitos por medições mensais, pelo Estado do Piauí, através da CONTRATANTE, em moeda legal e corrente no País, através de ordem bancária em parcelas compatíveis com o Cronograma Físico e Financeiro, contra a efetiva execução dos serviços e apresentação de seus efeitos, tudo previamente atestado pelo setor competente da CONTRATANTE, em consonância com o SIAFEM – Sistema Integrado de Administração Financeira dos Estados e Municípios, mediante apresentação, no que couber, dos seguintes documentos:

- I – Carta da Contratada encaminhando a medição;
- II – Memória de cálculo;
- III – Planilha de medição atestada e boletim de faturamento;



- IV – Certificado de medição, definindo o período correspondente;
- V – Cronograma executivo (físico) realizado;
- VI – Quadro resumo financeiro;
- VII – Relatório fotográfico, contendo comentários por foto;
- VIII – Cópia do diário de obras referente aos dias de execução dos serviços objetos da medição, assinada pelo engenheiro responsável (da contratada) e pelo servidor ou comissão responsável pela fiscalização;
- IX – Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- X – Certidão Negativa de Débitos relativos a tributos estaduais e à Dívida Ativa do Estado;
- XI – Certidão Negativa de Débitos junto ao governo municipal do domicílio ou sede da contratada, na forma da lei;
- XII – Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
- XIII – cópia do seguro-garantia;
- XIV – Relação dos trabalhadores constantes na SEFIP;
- XV – Guia de recolhimento do FGTS;
- XVI – Guia de recolhimento previdenciário – GFIP;
- XVII – Comprovante de pagamento do ISS;
- XVIII – Relatório pluviométrico, quando couber;
- XIX – Planta iluminada contendo trechos realizados na medição atual (cor amarela), nas medições anteriores acumuladas (cor azul) e trecho restante (cor vermelha), quando se tratar de obras de característica unidimensional;
- XX – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- XXI – Declaração de cumprimento da Lei Estadual nº 6.344/2013, que trata da reserva de vagas em obras públicas para egressos do sistema prisional, conforme parágrafos 1º a 5º da Cláusula Oitava, ou justificativa para eventual impossibilidade de cumprimento de tal obrigação.

11.3. Os documentos especificados nos incisos II, III, IV, V e VII acima deverão estar assinados pela empresa contratada e pelo servidor ou comissão responsável pela fiscalização.

11.4 Além dos documentos elencados no **item 11.2**, deverão constar da primeira medição:

- I – Anotação de Responsabilidade Técnica – ART – dos responsáveis técnicos pela execução da obra, com o respectivo comprovante de pagamento;



- II – Cópia da ordem de serviço;
- III – Cópia dos demais seguros exigidos no contrato;
- IV – Matrícula no cadastro específico do INSS (CEI).

11.5. Para a última medição, além dos documentados discriminados no caput, serão exigidos:

- I – Baixa da matrícula no cadastro específico do INSS (CEI);
- II – Projeto “As Built”, caso previsto na **Parte Específica**;
- III – Termo de recebimento definitivo.

11.6. Contratada poderá apresentar à CONTRATANTE para pagamento, fatura ou documento equivalente. Recebida, a fatura ou cobrança será examinada pela CONTRATANTE durante, no máximo, 10 (dez) dias. No exame a CONTRATANTE, preliminarmente, verificará e certificará a efetiva execução dos serviços indicados na fatura e a regular entrega de seus efeitos. Estando tudo em ordem, o pagamento será feito em até 30 (trinta) dias contados do vencimento do prazo de exame da fatura, sem nenhum acréscimo ou agregado financeiro. Havendo correção a fazer, caso o pagamento seja efetuado a partir do 15º dia após o vencimento, a fatura retificada ou ajustada será processada como nova fatura, quanto aos prazos aqui estabelecidos.

11.7. As parcelas de pagamento seguirão a programação do Cronograma Físico- Financeiro da obra ou serviço, suas etapas, sub-etapas e respectivas porcentagens.

11.8. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa no Cronograma Físico-Financeiro estiverem executados em sua totalidade e aceitos pela fiscalização da CONTRATANTE.

11.9. O Cronograma Físico-Financeiro da obra/serviço, após revisado e aprovado pela CONTRATANTE, terá sua versão final anexada a este termo contratual.

11.10. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe caiba, sem prejuízo do que a referida obrigação pendente poderá ser descontada do pagamento devido pela CONTRATANTE, pagando-se então, apenas o saldo, se houver.

11.11. Serão retidos na fonte os demais tributos e contribuições sobre os pagamentos mensalmente efetuados, utilizando-se as alíquotas previstas para cada tipo de serviço, conforme legislação.

11.12. No caso de atraso de pagamento, desde que o CONTRATADO não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso, assim apurado:

$$I = (TX)$$

$$I = \frac{(6/100)}{}$$

$$I = 0,00016438$$



11.13. Entende-se por atraso imputável ao Poder Público, para fins do item anterior, o não pagamento do preço ou de parcela deste, conforme acordado neste instrumento contratual e desde que admissível a divisão da prestação devida pelo contratado em tantas quantas sejam as etapas da obra, serviço ou fornecimento contratado, por mais de 30 (trinta) dias contados do seu recebimento devidamente atestado por servidor ou comissão responsável.

11.14. Caso a execução dos serviços se estenda por mais de um ano, os preços da proposta vencedora poderão ser reajustados segundo índice que reflita o incremento de custos setoriais da Contratada, a cada período anual, conforme fixado na cláusula referente a reajustamento de preço, desde que não tenha dado causa ao atraso.

11.15. A primeira fatura a ser paga deverá estar acompanhada da ART expedida pelo CREA da região onde estarão sendo executados as obras e serviços, comprovando o registro do Contrato naquele Conselho.

11.16. Conforme art. 75, § 4º, da Lei n. 14.133/2021, o pagamento será efetuado preferencialmente por meio de cartão de pagamento, cujo extrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou, caso indisponível, no sítio da Contratante na internet.

11.17. Em caso de impossibilidade de utilização de cartão de pagamento, este deverá ser efetuado através de ordem bancária, para crédito na Conta Corrente indicada na **Parte Específica** deste Contrato, valendo à CONTRATANTE como comprovantes de pagamento e como instrumento de quitação, os recibos dos depósitos ou transferências bancárias.

11.18. A **Parte Específica** deste Contrato irá definir a necessidade de pagamento de serviços de instalação, mobilização e desmobilização.

11.19. Caso o item 2.3 da **Parte Específica** deste Contrato tenha definido a elaboração de Projeto Executivo como obrigação da Contratada, deverão ainda ser observadas as disposições de pagamento indicadas na **Parte Específica**.

CLÁUSULA DOZE - REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

12.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

12.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, contado a partir da data do orçamento a que a proposta se referir, conforme a seguinte fórmula:



$$R = V \left[\frac{I - I_o}{I_o} \right]$$

Sendo:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual da obra/serviço a ser reajustado;

I_o = Índice inicial - refere-se ao índice de custos do mês correspondente à data do orçamento a que a proposta se refere, *pro rata dia*;

I = Índice relativo à data do reajuste, *pro rata dia*.

12.3. O índice de reajuste empregado na fórmula acima será o Índice Nacional da Construção Civil – Coluna 35, calculado e publicado pela Fundação Getúlio Vargas na revista Conjuntura Econômica, salvo de outro índice for indicado na **Parte Específica** deste Contrato.

12.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.5. Competirá à Contratada exercer, perante a Contratante, seu direito ao reajuste, cujos efeitos terão início somente após o requerimento, não sendo devidos valores referentes a medições de serviços executados anteriormente.

12.6. Ocorrendo a hipótese de alteração do prazo de reajuste estabelecido neste Contrato, este se adequará de pronto às condições que vierem a ser estabelecidas pelo Poder Executivo ou Legislativo, no tocante à política econômica brasileira, se delas divergentes.

12.7. Em caso de atraso na execução das obras/serviços atribuível à licitante adjudicatária, os preços contratuais serão reajustados pela fórmula estabelecida no subitem precedente, obedecendo-se os seguintes critérios:

a) Se os índices aumentarem, prevalecerão aqueles vigentes nas datas em que a etapa das obras/serviços seria realizada de conformidade com o programado no cronograma físico-financeiro;

b) Se os índices diminuïrem, prevalecerão aqueles vigentes nas datas em que as obras/serviços forem executadas.

12.8. Deverá o gestor do contrato diligenciar no sentido de assegurar que a economicidade do vínculo contratual será mantida mesmo após o reajuste, juntando aos autos documentação comprobatória da atual compatibilidade do valor do contrato com a realidade de mercado.

12.9. Se a variação do indexador adotado implicar em reajuste que prejudique a economicidade do valor contratual, a CONTRATADA aceita negociar a adoção de preço compatível com a realidade do mercado.



12.10. A partir do reajustamento dos preços a empresa contratada passará a apresentar, para cada pagamento que pretenda receber, duas Faturas, sendo que uma conterá os preços originais contratados e a segunda será composta apenas pelo reajustamento devido, que será calculado conforme a fórmula constante no parágrafo segundo.

CLÁUSULA TREZE - DOS TRIBUTOS

13.1. Todos os tributos que incidirem ou vierem a incidir sobre este Contrato ou sobre os serviços contratados, correrão por conta exclusiva da CONTRATADA e deverão ser pagos nas épocas devidas.

13.2. No caso de criação de novos tributos ou alteração nas alíquotas de tributos existentes, os preços sobre os quais incidirem esses tributos serão revistos a partir da época em que ocorrer a alteração da legislação tributária, aumentando-se ou reduzindo-se aqueles preços da maneira apropriada.

CLÁUSULA QUATORZE - DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA CONTRATUAL

14.1. O prazo para execução das obras e serviços encontra-se previsto na **Parte Específica** deste Contrato.

14.2. O início da vigência contratual ocorrerá a partir da data da assinatura deste contrato, tornando-se eficaz a partir da publicação, em extrato, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), que será providenciada pela CONTRATANTE nos termos do art. 94 da Lei n. 14.133/2021.

14.3. Em caso de indisponibilidade das funcionalidades do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), deverá o extrato do contrato ser publicado na página da internet da Contratante e no Diário Oficial do Estado, conforme Acórdão TCU n. 2458/2021 – Plenário.

14.4. O presente contrato terá vigência definida na **Parte Específica** deste Contrato.

14.5. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, conforme art. 111 da Lei n.14.133/2021.

14.6. Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:

- a) o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;
- b) a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

14.7. O contrato se extinguirá 5 (cinco) dias após o recebimento definitivo da obra.

CLÁUSULA QUINZE - DA RESPONSABILIDADE PROFISSIONAL

15.1. A CONTRATADA assume inteira responsabilidade profissional pela execução das obras e serviços contratados, obrigando-se, ainda, a comunicar à CONTRATANTE a designação do dirigente técnico, cabendo a esse a responsabilidade total de agir em nome da CONTRATADA, acumulando, se for o caso, as responsabilidades administrativas decorrentes, bem como comunicar previamente todas as substituições que



vier a operar em sua equipe técnica alocada aos trabalhos objeto do presente Contrato.

15.2. A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo administrativo citado na Cláusula Primeira.

CLÁUSULA DEZESSEIS - DA RESPONSABILIDADE CIVIL

16.1. A CONTRATADA assume inteira responsabilidade por danos e prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiros na execução das obras e serviços ora contratados, inclusive acidentes, mortes, perdas ou destruições, parciais ou totais, a pessoas, materiais ou coisas, isentando a CONTRATANTE de todas as reclamações que possam surgir em consequência deste Contrato, ainda que tais reclamações resultem de atos de prepostos seus ou de quaisquer pessoas físicas ou jurídicas empregadas na execução dos trabalhos.

CLÁUSULA DEZESSETE - DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

17.1. A contratada obriga-se a adotar todas as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros em consequências da execução dos trabalhos. Será de exclusiva responsabilidade da contratada a obrigação de reparar os prejuízos que vier a causar, quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas.

17.2. A contratada será única, integral e exclusivo responsável em qualquer caso por todos os prejuízos, de qualquer natureza, que causar a CONTRATANTE ou, ainda, a terceiros, em decorrência da execução das obras e serviços objeto do Contrato, respondendo por si e por seus sucessores.

17.3. A contratada será, também, responsável por todos os ônus ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, bem como todas as despesas decorrentes da execução de eventuais trabalhos em horários extraordinários (diurno ou noturno), inclusive despesas com instalações e equipamento necessários às obras e serviços e, em resumo, todos os gastos e encargos de material e mão-de-obra necessários à completa realização do objeto do Contrato e sua entrega perfeitamente concluída.

17.4. A contratada deverá:

- a. Providenciar, às suas expensas, cópias dos elementos que venham a ser necessários à assinatura do Contrato, como também no decorrer da execução das obras e serviços;
- b. Registrar o Contrato no CREA e apresentar, à FISCALIZAÇÃO, o comprovante de pagamento da "Anotação de Responsabilidade Técnica";
- c. Responsabilizar-se pela efetivação de seguros para garantia de pessoas e bens;
- d. Fornecer e colocar no Canteiro de Obras as placas ou outras formas de divulgação das fontes de financiamento e de coordenação das obras e serviços, conforme modelos estabelecidos pela FISCALIZAÇÃO;



- e. Manter permanentemente no local das obras e serviços, equipe técnica composta de profissionais habilitados e de capacidade comprovada, que assuma perante a FISCALIZAÇÃO a Responsabilidade Técnica pelas obras e serviços, até a entrega definitiva do objeto do Contrato, inclusive com poderes para deliberar determinações de emergência caso se tornem necessárias;
- f. Facilitar a ação da FISCALIZAÇÃO na inspeção das obras e serviços em qualquer dia ou hora, prestando todas as informações e esclarecimentos solicitados, inclusive de ordem administrativa;
- g. Obedecer às normas de higiene e prevenção de acidentes, no sentido de garantir a salubridade e segurança no canteiro de obras e serviços;
- h. Quando, por motivo de força maior, houver necessidade de aplicação de material "similar" ao especificado, submeter, previamente e por escrito à FISCALIZAÇÃO, a pretendida substituição;
- i. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, total ou parcialmente, os defeitos ou incorreções verificadas nas obras ou serviços, resultantes de execução irregular, do emprego de materiais inadequados ou não correspondentes às especificações.

CLÁUSULA DEZOITO - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

18.1. Alterações do contrato observarão o disposto nos artigos 124 a 134 da Lei n. 14.133/2021 e serão incorporadas ao Contrato durante sua vigência, mediante termos aditivos com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

18.1.1. Unilateralmente pela CONTRATANTE:

- a) Quando, por sua iniciativa, houver modificações dos detalhes executivos ou das especificações, para melhor adequação técnica do objeto;
- b) Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto até o limite permitido na forma do artigo 125 da Lei n. 14.133/2021, do valor inicial do contrato ou instrumento equivalente.

18.1.2. Por acordo entre as partes:

- a) Quando houver a substituição de garantia de execução, por deliberação conjunta das partes;
- b) Quando necessária à modificação do regime de execução, em fase de verificação técnica de inaplicabilidade dos termos do contrato original;
- c) Quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstância superveniente, mantido o valor inicial atualizado, vedada à antecipação do pagamento com relação ao Cronograma Financeiro fixado, sem correspondente contraprestação da execução do objeto.

18.2. Se o contrato não contemplar preços unitários para obras ou serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-



base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no art. 125 da Lei n. 14.133/2021.

18.3. No caso de supressão de parte do objeto do Contrato, se a contratada já houver adquirido os materiais e os colocado no local dos trabalhos, estes deverão ser pagos pela Administração pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente reajustados, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

18.4. Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

18.5. Em havendo alteração unilateral do Contrato que aumente ou diminua os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

18.6. A contratada se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizeram necessários na contratação, na forma do artigo 125 da Lei n. 14.133/2021, do valor inicial do contrato.

18.7. Durante todo o período de execução do contrato será exercida estrita observância ao equilíbrio dos preços fixados no neste Contrato em relação à vantagem originalmente ofertada pela empresa vencedora, de forma a evitar que, por meio de termos aditivos futuros, o acréscimo de itens com preços supervalorizados ou eventualmente a supressão ou modificação de itens com preços depreciados viole princípios administrativos.

18.8. A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamento que modifique a planilha orçamentária.

18.9. A diferença a que se refere no parágrafo 7º poderá ser reduzida para a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato em casos excepcionais e justificados, desde que os custos unitários dos aditivos contratuais não excedam os custos unitários do sistema de referência na forma do Decreto nº 7.983/2013, assegurada a manutenção da vantagem da proposta vencedora ante a da segunda melhor proposta, se houver.

18.10. A formação do preço dos aditivos contratuais contará com orçamento específico detalhado em planilhas elaboradas pela CONTRATANTE, na forma prevista no capítulo II do Decreto nº 7.983/13, observado o disposto no art. 14 e mantidos os limites do previsto no art. 125 da Lei n. 14.133/2021.

18.11. Nas hipóteses em que for adotada a contratação integrada ou semi-integrada, é vedada a alteração dos valores contratuais, exceto nos seguintes casos:

- I – para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro decorrente de caso fortuito ou força maior;
- II – por necessidade de alteração do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação, a pedido da Administração, desde que não decorrente de erros ou omissões por parte do contratado, observados os limites estabelecidos no art. 125 da Lei n. 14.133/2021;
- III – por necessidade de alteração do projeto nas contratações semi-integradas, nos termos do § 5º do art. 46



da Lei n. 14.133/2021;

IV – por ocorrência de evento superveniente alocado na matriz de riscos como de responsabilidade da Administração.

CLÁUSULA DEZENOVE - DA FISCALIZAÇÃO

19.1. A FISCALIZAÇÃO da execução das obras e serviços será feita pela CONTRATANTE, através de seus representantes, equipes ou grupos de trabalho, de forma a fazer cumprir rigorosamente os detalhes executivos, as especificações, os prazos, as condições estabelecidas no Projeto Básico, a PROPOSTA DE PREÇOS e as disposições do Contrato.

19.2. Fica reservado à FISCALIZAÇÃO o direito e a autoridade para resolver, no Canteiro de Obras, todo e qualquer caso singular, duvidoso ou omissos não previsto no Projeto Básico, nas Especificações, nos Detalhes Executivos, nas Leis, nas Normas da CONTRATANTE, nos Regulamentos e em tudo mais que, de qualquer forma, se relacione, direta ou indiretamente, com as obras e serviços em questão e seus complementos, ouvida a autoridade do órgão.

19.3. Compete, ainda, especificamente à FISCALIZAÇÃO:

- a) Rejeitar todo e qualquer material de má qualidade ou não especificado e estipular o prazo para a sua retirada da obra;
- b) Exigir a substituição de técnico, mestre ou operário que não responda técnica e disciplinarmente às necessidades da obra, sem prejuízo do cumprimento dos prazos e condições contratuais;
- c) Decidir quanto à aceitação de material "similar" ao especificado, sempre que ocorrer motivo de força maior;
- d) Exigir da contratada, o cumprimento integral do estabelecido na Cláusula Décima Sexta deste Contrato;
- e) Indicar à contratada, todos os elementos indispensáveis ao início das obras, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de emissão da Ordem de Execução de Serviços;
- f) Esclarecer prontamente as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela contratada;
- g) Expedir, por escrito, as determinações e comunicações dirigidas à contratada;
- h) Autorizar as providências necessárias junto a terceiros;
- i) Promover, com a presença da contratada, as medições de obras e serviços executados.
- j) Transmitir, por escrito, as instruções e as modificações dos detalhes executivos que porventura venham a ser feitas, bem como alterações de prazos e de cronogramas;
- k) Dar à CONTRATANTE imediata ciência dos fatos que possam levar à aplicação de penalidades contra a contratada ou mesmo à rescisão do Contrato;
- l) Relatar oportunamente à CONTRATANTE ocorrência ou circunstância que acarretar dificuldades no desenvolvimento das obras e serviços em relação a terceiros.
- m) Examinar os livros e registros.



19.4. A substituição de qualquer integrante da equipe técnica da contratada, durante a execução das obras e serviços, dependerá da aquiescência da FISCALIZAÇÃO quanto ao substituto apresentado.

19.5. Com relação ao "Diário de Ocorrência", compete à FISCALIZAÇÃO:

- a) Pronunciar-se sobre a veracidade das anotações feitas pela contratada;
- b) Registrar o andamento das obras e serviços, tendo em vista os detalhes executivos, as especificações, os prazos e cronogramas;
- c) Fazer observações cabíveis, decorrentes dos registros da contratada no referido Diário;
- d) Dar solução às consultas feitas pela contratada, seus prepostos e sua equipe;
- e) Registrar as restrições que pareçam cabíveis quanto ao andamento dos trabalhos ou ao procedimento da contratada, seus prepostos e sua equipe;
- f) Determinar as providências cabíveis para o cumprimento dos detalhes executivos e especificações;
- g) Anotar os fatos ou observações cujo registro se faça necessário.

19.6. A **Parte Específica** deste Contrato poderá incluir rotinas específicas de fiscalização da execução do objeto, de acordo com as respectivas peculiaridades.

CLÁUSULA VINTE - DA CAUÇÃO DE EXECUÇÃO

20.1. A **Parte Específica** poderá prever a prestação de garantia pelo licitante vencedor.

20.2. No caso de prestação de garantia mediante seguro-garantia, o prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

20.2.1. O seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convenionada.

20.3. A garantia prestada será restituída e/ou liberada após o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, conforme dispõe o art. 100 da Lei Federal nº 14.133/2021.

20.4. A não prestação de garantia equivale à recusa injustificada para a contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, ficando a adjudicatária sujeita às penalidades legalmente estabelecidas, inclusive multa.

20.5. Na ocorrência de acréscimo contratual de valor, deverá ser prestada garantia proporcional ao valor acrescido, nas mesmas condições estabelecidas no subitem 20.1 da **Parte Específica** deste contrato.

CLÁUSULA VINTE E UM - DAS PENALIDADES

21.1. As penalidades administrativas aplicáveis à Contratada, por inadimplência, estão previstas no Capítulo I do Título IV da Lei n. 14.133/2021, sem prejuízo das sanções previstas neste Contrato.



21.2. Conforme art. 155 da Lei n. 14.133/2021, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.](#)

21.3. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

21.4. A sanção prevista na alínea "a" do subitem 21.3 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na alínea "a" do subitem 21.2, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

21.5. A sanção prevista na alínea "b" do subitem 21.3, calculada na forma do item 12.11 deste contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no subitem 21.2.

21.6. A sanção prevista na alínea "c" do subitem 21.3 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas alíneas "b", "c", "d", "e", "f" e "g" do subitem 21.2, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

21.7. A sanção prevista na alínea "d" do subitem 21.3 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas



previstas nas alíneas "h", "i", "j", "k" e "l", do subitem 21.2, bem como pelas infrações administrativas previstas "b", "c", "d", "e", "f" e "g" do referido subitem que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem 21.6 e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

21.8. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do subitem 21.3 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b" do referido subitem.

21.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

21.10. Independentemente das sanções a que se referem os subitens anteriores, a Contratada está sujeita ao pagamento de indenização por perdas e danos, podendo ainda a administração propor que seja responsabilizada:

- a) civilmente, nos termos do Código Civil;
- b) perante os órgãos incumbidos de fiscalização das atividades contratadas ou do exercício profissional a elas pertinentes;
- c) criminalmente, na forma da legislação pertinente.

21.11. Multas

21.11.1. Caso haja a inexecução parcial do objeto será aplicada multa de até 30% (trinta por cento) sobre o saldo contratual. Para inexecução total, a multa aplicada será de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

21.11.1.1. Será configurada a inexecução parcial do objeto, quando:

- a) O CONTRATADO executar, até o final do prazo de execução de conclusão da obra, menos de 80% (oitenta por cento) do total do contrato;
- b) Houver atraso injustificado por mais de 60 (sessenta) dias após o término do prazo fixado para a conclusão da obra.

21.11.1.2. Será configurada a inexecução total do objeto quando houver atraso injustificado para início dos serviços por mais de 15 (quinze) dias após o recebimento da ordem de serviço.

21.11.2. Além das multas previstas no item 21.11.1 e subitens, poderão ser aplicadas multas, conforme graus e eventos descritos nas tabelas 1.1, 1.2 e 2 abaixo.

Tabela 1.1 – Obra até 10 milhões

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
------	-----------------



1	R\$ 150,00
2	R\$ 250,00
3	R\$ 350,00
4	R\$ 500,00
5	R\$ 2.500,00
6	R\$ 5.000,00

Tabela 1.2 – Obra acima de 10 milhões

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	R\$ 300,00
2	R\$ 500,00
3	R\$ 700,00
4	R\$ 1000,00
5	R\$ 5.000,00
6	R\$ 10.000,00

Tabela 2

INFRAÇÃO		GRAU
Item	DESCRIÇÃO	
1	Permitir a presença de empregado não uniformizado, mal apresentado; por empregado e por ocorrência.	01
2	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços; por empregado e por dia.	01
3	Executar serviço incompleto, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência.	02
4	Fornecer informação pérfida de serviço ou substituição de material; por ocorrência.	02
	Executar serviço sem a utilização de equipamentos de proteção individual (EPI),	



5	quando necessários; por empregado, por ocorrência.	03
6	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais; por dia e por tarefa designada.	03
7	Reutilizar material, peça ou equipamento sem anuência da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	03
8	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes; por ocorrência.	03
9	Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato; por ocorrência.	04
10	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado; por ocorrência.	04
11	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause danos físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	06
12	Usar indevidamente patentes registradas; por ocorrência	06
	Para os itens a seguir, deixar de:	
13	Apresentar a ART dos serviços para início da execução destes no prazo de 15 (quinze) dias úteis após a assinatura do contrato; por dia de atraso.	01
14	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições; por empregado e por dia.	01
15	Manter a documentação de habilitação atualizada; por item, por ocorrência.	01
16	Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	01
17	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários; por ocorrência.	01
18	Fornecer EPI, quando exigido, aos seus empregados e impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los; por empregado e por ocorrência.	02
19	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	02
20	Iniciar execução de serviço nos prazos estabelecidos pela FISCALIZAÇÃO, observados os limites mínimos estabelecidos por este contrato; por serviço, por dia.	02



21	Refazer serviço não aceito pela FISCALIZAÇÃO, nos prazos estabelecidos no contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	03
22	Manter nos locais dos serviços um "Livro de Ocorrências"- DIÁRIO DE OBRAS; por dia.	04
23	Registrar diariamente o andamento dos serviços e os fatos relativos à execução das obras, no DIÁRIO DE OBRAS. Os registros feitos receberão o visto da CONTRATADA e da CONTRATANTE; por dia.	03
24	Encaminhar semanalmente para arquivamento na pasta do contrato na CONTRATANTE, a 1ª via do DIÁRIO DE OBRAS relativo à semana anterior. Por semana.	03
25	Inserir no DIÁRIO DE OBRAS, as justificativas apresentadas para subsidiar as alterações do contrato na data de sua ocorrência anexando os registros no pedido; Por ocorrência.	06
26	Iniciar e manter durante a execução do contrato o engenheiro responsável técnico pela obra, nas quantidades previstas no projeto básico; por dia.	04
27	Cumprir quaisquer dos itens do Projeto Básico e deste Contrato , mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência	04
28	Efetuar o pagamento de salários, vales-transportes, tíquetes-refeições, seguros, encargos fiscais sociais, bem como arcar com quaisquer despesas direta e/ou indiretas relacionadas a execução do contrato nas datas avençadas; por dia e por ocorrência.	05

21.11.3. Quando o CONTRATADO deixar de cumprir prazo previamente estabelecido para execução dos serviços previstos no cronograma de execução físico-financeiro por ela apresentado e aprovado pela FISCALIZAÇÃO, serão aplicadas multas conforme Tabela 3. A apuração dos atrasos será feita mensalmente.

21.11.3.1. A(s) multa(s) por atraso injustificado na execução dos serviços incidirá (ão) sobre os valores previstos para o pagamento do mês em que ocorrer o atraso, de acordo como cronograma físico-financeiro inicialmente apresentado pelo CONTRATADO e aprovado pela FISCALIZAÇÃO.

21.11.3.2. O atraso injustificado na execução dos serviços sujeitara o CONTRATADO a sanções variáveis e progressivas, a depender da gravidade e da frequência do(s) atraso(s), conforme Tabela 3 a seguir:

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA

Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar

CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98

E-mail: seinfra@seinfra.gov.br

Redes sociais: [@seinfra.pi](#)



Tabela 3

GRAU	MULTA (sobre o valor previsto a ser executado no mês)	TIPO DE ATRASO
1	0,10%	BRANDO E EVENTUAL
2	0,30%	MEDIANO E EVENTUAL BRANDO E INTERMITENTE
3	0,50%	GRAVE E EVENTUAL BRANDO E CONSTANTE
4	0,70%	MEDIANO E INTERMITENTE
5	0,90%	GRAVE E INTERMITENTE MEDIANO E CONSTANTE
6	1,10%	GRAVE E CONSTANTE

21.11.3.3. Quanto a gravidade, o atraso será classificado como:

- a) brando: quando acarretar um atraso de 5% até 15% na execução dos serviços no mês;
- b) mediano: quando acarretar um atraso de 15% a 25% na execução dos serviços no mês;
- c) grave: quando acarretar um atraso de mais de 25% na execução dos serviços no mês.

21.11.3.4. Quanto à frequência, o atraso será classificado como:

- a) eventual: quando ocorrer apenas uma vez;
- b) intermitente: quando ocorrer mais de uma vez, em medições não subsequentes;
- c) constante: quando ocorrer mais de uma vez, em medições subsequentes.

21.11.3.5. A gravidade do atraso será aferida, em cada medição, de maneira cumulativa, procedendo-se a comparação entre o valor total acumulado previsto pelo CONTRATADO no cronograma físico-financeiro apresentado e o total acumulado efetivamente realizado até a medição em questão. A multa poderá ser aplicada no decorrer da obra, nos períodos de medição seguintes ao da constatação do atraso.

21.11.3.6. No primeiro mês em que ocorrer atraso poderá ser aplicada, a critério da FISCALIZACAO, a sanção de advertência. A qualquer tempo a FISCALIZACAO poderá aplicar a sanção de advertência se constatado atraso da obra de até 5%.

21.11.3.7. Se o CONTRATADO apresentar, nos períodos de medição seguintes ao do registro do atraso, recuperação satisfatória ao cumprimento dos prazos acordados, a FISCALIZACAO poderá, a seu exclusivo critério, optar pela não aplicação da multa.

21.11.3.8. A recuperação supracitada não impede a aplicação de outras multas em caso de incidência de novos atrasos.

21.11.4. Por atraso na conclusão da obra poderá ser aplicada multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total do contrato, por dia de atraso, até o limite de 60 (sessenta) dias.

21.11.4.1. Após o sexagésimo dia, será aplicada a sanção de inexecução parcial, conforme definido



anteriormente.

21.11.5. O somatório das multas previstas nos itens acima não poderá ultrapassar o percentual de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

21.12. Nenhum pagamento será feito ao fornecedor dos bens que tenha sido multado, antes que tal penalidade seja descontada de seus haveres.

21.13. Na aplicação das sanções serão observados os procedimentos e prazos constantes nos arts. 157 a 160 da Lei n. 14.133/2021.

21.14. As multas administrativas previstas neste instrumento não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a Contratada de responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

CLÁUSULA VINTE E DOIS - DA RESCISÃO

22.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei n. 14.133/2021, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

22.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito à prévia e ampla defesa.

22.3. A extinção determinada por ato unilateral e escrito da Administração acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste contrato e na Lei nº 14.133/2021:

I) Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

II) Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

III) Execução da garantia contratual para:

a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;

d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

IV) Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

22.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

I) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

II) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

III) Indenizações e multas.



CLÁUSULA VINTE E TRÊS - SUBCONTRATAÇÃO E SUB-ROGAÇÃO

23.1. A **Parte Específica** do Contrato irá definir a permissão ou não de subcontratação.

CLÁUSULA VINTE E QUATRO - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

24.1. Concluídos os serviços, após comunicação formal por escrito do adimplemento total da conclusão pelo contratado, a CONTRATANTE procederá ao recebimento provisório do objeto, no prazo indicado na **Parte Específica**, mediante termo detalhado, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Projeto Básico.

24.2. A CONTRATANTE receberá os serviços em caráter definitivo no prazo indicado na **Parte Específica**. Durante o período compreendido entre o recebimento provisório e o recebimento definitivo, ficará o contratado obrigado a efetuar reparos que, a juízo da CONTRATANTE se fizerem necessários quanto à qualidade e segurança do objeto.

24.3. Encerrado o prazo fixado no subitem anterior, o objeto será recebido definitivamente por servidor ou comissão designada para tal fim, mediante termo detalhado assinado pelas partes, desde que se comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, conforme o disposto no art. 140, I, "b" da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das sanções civis.

24.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

CLÁUSULA VINTE E CINCO - DOS CASOS OMISSOS

25.1. Os casos omissos e os que se tornarem controvertidos serão decididos com base na Lei nº 14.133/2021, garantido à CONTRATADA o contraditório e ampla defesa de seus interesses.

CLÁUSULA VINTE E SEIS - DA EFICÁCIA

26.1. A validade deste instrumento decorrerá de sua assinatura, tornando-se eficaz a partir da publicação, em extrato, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), que será providenciada pela CONTRATANTE nos termos do art. 94 da Lei n. 14.133/2021.

26.2. Em caso de indisponibilidade das funcionalidades do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), deverá o extrato do contrato ser publicado na página da internet da Contratante e no Diário Oficial do Estado, conforme Acórdão TCU n. 2458/2021 – Plenário

CLAUSULA VINTE E SETE - DA CISÃO, INCORPORAÇÃO OU FUSÃO

27.1. Em havendo a Cisão, Incorporação ou Fusão da futura empresa contratada, a aceitação de qualquer uma



destas operações ficará condicionada à análise por esta administração contratante do procedimento realizado, tendo presente a possibilidade de riscos de insucesso na execução do objeto contratado, ficando vedada a sub-rogação contratual.

CLAUSULA VINTE E OITO - DA PROTEÇÃO DE DADOS

28.1. A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

28.2. É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

28.3. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

28.4. A CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

- a) o tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º, 11 e 14 da Lei n. 13.709/2018, às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;
- b) o tratamento seja limitado às atividades necessárias para o alcance das finalidades do serviço contratado ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD;
- c) em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada após prévia aprovação da CONTRATANTE, responsabilizando-se a CONTRATADA pela obtenção e gestão. Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outras finalidades. Eventualmente, podem as partes convencionar, por escrito, que a CONTRATANTE será responsável por obter o consentimento dos titulares;
- d) os sistemas que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais coletados seguem um conjunto de premissas, políticas e especificações técnicas, devendo estar alinhados com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado;



e) os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log), adequado controle baseado em função (*role based access control*) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros;

e.1) no caso de haver transferência internacional de dados pessoais pela CONTRATADA, para atender ao disposto acima, esta garante que:

e.1.1) a legislação do país para o qual os dados foram transferidos, asseguram o mesmo nível de proteção que a legislação brasileira em termos de privacidade e proteção de dados, sob pena de encerramento da relação contratual, em vista de restrição legal prevista no ordenamento jurídico brasileiro;

e.1.2) os dados transferidos serão tratados em ambiente da CONTRATADA;

e.1.3) o tratamento dos dados pessoais, incluindo a própria transferência, foi e continuará a ser feito de acordo com as disposições pertinentes da legislação sobre proteção de dados aplicável e que não viola as disposições pertinentes do Brasil;

e.1.4) sempre que necessário, orientará a Empresa de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí - ETIPI, ou a entidade que a substituir, durante o período de tratamento de dados pessoais, também em relação aos dados transferidos para país estrangeiro, para que ocorra em conformidade com a legislação sobre proteção de dados aplicável e com as cláusulas do contrato;

e.1.5) oferecerá garantias suficientes em relação às medidas de segurança técnicas e organizativas, e as especificará formalmente ao contratante, não compartilhando dados que lhe sejam remetidos com terceiros;

e.1.6) as medidas de segurança são adequadas para proteger os dados pessoais contra a destruição acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizados, nomeadamente quando o tratamento implicar a sua transmissão por rede, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito e que estas medidas asseguram um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento representa e à natureza dos dados a proteger, atendendo aos conhecimentos técnicos disponíveis e aos custos resultantes da sua aplicação;

e.1.7) zelar pelo cumprimento das medidas de segurança;

e.1.8) tratará os dados pessoais apenas em nome da CONTRATANTE e em conformidade com as suas instruções e as cláusulas do contrato; no caso de não poder cumprir estas obrigações por qualquer razão, concorda em informar imediatamente a CONTRATANTE que neste caso poderá suspender a transferência de dados e/ou de rescindir o contrato;

e.1.9) a legislação que lhe é aplicável não o impede de respeitar as instruções recebidas da CONTRATANTE e as obrigações do contrato e que, no caso de haver uma alteração nesta legislação que possa ter efeito adverso substancial nas garantias e obrigações conferidas pelas cláusulas do contrato, comunicará imediatamente essa



alteração a CONTRATANTE, que neste caso poderá suspender a transferência de dados e/ou de rescindir o contrato;

e.1.10) notificará imediatamente a CONTRATANTE sobre: qualquer solicitação juridicamente vinculativa de divulgação de dados pessoais por uma autoridade fiscalizadora responsável pela aplicação da lei, a menos que seja proibido de outra forma, como uma proibição da lei penal de preservar a confidencialidade de uma investigação policial; qualquer acesso acidental ou não autorizado.

e.1.11) responderá rápida e adequadamente todas as solicitações de informação da CONTRATANTE, relacionadas ao tratamento dos dados pessoais objeto da transferência e que se submeterá aos conselhos da autoridade fiscalizadora no que diz respeito ao processamento dos dados transferidos;

e.1.12) a pedido da CONTRATANTE apresentará as informações necessárias sobre o tratamento relacionado com os dados pessoais objeto da transferência ou as informações solicitadas pela Autoridade fiscalizadora.

e.1.13) em caso de subcontratação, informará previamente a CONTRATANTE que poderá anuir por escrito;

e.1.14) os serviços de processamento pelo subcontratado serão executados de acordo com o disposto neste contrato;

e.1.15) enviará imediatamente a CONTRATANTE uma cópia de qualquer acordo de subcontratação que celebrar sobre o objeto deste contrato

28.5. A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus empregados e/ou prepostos das obrigações e condições acordadas nesta cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade da CONTRATANTE.

28.6. O eventual acesso, pela CONTRATADA, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio, implicará para a CONTRATADA e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e pelo prazo de até 10 (dez) anos contados de seu termo final.

28.7. As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Órgãos de controle administrativo.

28.8. As partes responderão administrativa e judicialmente, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.

28.9. Em atendimento ao disposto na Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), a CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato, terá acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como: número do CPF e do RG, endereço eletrônico, e cópia do documento de identificação.

28.10. A critério do Encarregado de Dados da CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá ser provocada a



colaborar na elaboração do relatório de impacto à proteção de dados pessoais (RIPD), conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

28.11. A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

28.12. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento e, em no máximo 30 (trinta) dias, sob instruções e na medida do determinado pela CONTRATANTE, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), salvo quando necessite mantê-los para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese legal prevista na LGPD.

28.13. Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III do Capítulo VI da LGPD.

28.14. As disposições elencadas nesta cláusula somam-se àquelas decorrentes das peculiaridades da contratação, as quais poderão ser previstas na **Parte Específica**.

CLAUSULA VINTE E NOVE - DO FORO

29.1. Fica eleito o foro da comarca de Teresina-PI, para dirimir os litígios que decorrerem da execução do contrato que não possam ser compostos pela utilização dos meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, observado o CAPÍTULO XII do TÍTULO III da Lei nº 14.133, de 2021.

E, para firmeza e validade de tudo o que ficou dito e aqui estipulado, lavrou-se o presente instrumento, em 02 (duas) vias, que depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes e testemunhas abaixo, a tudo presentes.

Teresina, Piauí, _____ de _____ de 2026.

.....
CONTRATANTE

.....
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____



PARTE ESPECÍFICA

As seguintes informações específicas sobre o Contrato deverão complementar, suplementar ou modificar as disposições presentes na Parte Geral. Sempre que ocorra conflito, as disposições aqui contidas prevalecem sobre aquelas.

Parte Geral	Definições da Parte Específica
1.1	Processo Administrativo: 00114.000222/2026-92
1.2	(X) A presente contratação decorre da Concorrência Eletrônica nº 062/2026. () A presente contratação ocorre por Dispensa/Inexigibilidade de licitação fundamentada no (art. ... Lei...).
2.1	O objeto do presente contrato é a Conclusão da Ponte Rodoviária com Execução dos Serviços Remanescentes e Complementares, com extensão de 30,00m e largura total de 4,40m, na Localidade Buriti do Meio, Zona Rural de Beneditinos – PI.
2.2	(X) A execução do serviço ocorrerá sob o regime empreitada por preço unitário. () A execução do serviço ocorrerá sob o regime empreitada por preço global. () A execução do serviço ocorrerá sob o regime empreitada integral. () A execução do serviço ocorrerá sob o regime tarefa. () A execução do serviço ocorrerá sob o regime de contratação integrada. () A execução do serviço ocorrerá sob o regime de contratação semi-integrada.
2.3	() Inclui-se no objeto contratual a elaboração de Projeto Executivo, conforme especificado no Projeto Básico. (x) Não se inclui no objeto contratual a elaboração de Projeto Executivo, considerando que já foi previamente preparado pela Contratante.
7.1	O valor total do presente Termo de Contrato é de R\$ (...) (...por extenso...).
8.13	Sem prejuízo das obrigações previstas na Parte Geral , são deveres da CONTRATADA:



	<p>A CONTRATADA se obriga a:</p> <ol style="list-style-type: none">1. Executar os serviços segundo as especificações aprovadas e de acordo com a melhor técnica cuidando, ainda, em adotar soluções técnicas que conduzam a economicidade dos serviços e a funcionalidade de seu resultado;2. Eleger e prever técnicas e métodos construtivos dos serviços tão econômicos quanto possíveis, sem descuidar em nenhuma hipótese da segurança e qualidade da obra;3. Manter, durante todo o período de realização dos serviços objeto do contrato, as mesmas condições de capacitação técnica que apresentou no processo administrativo mencionado na Cláusula Primeira, bem como as mesmas condições de habilitação;4. Administrar com zelo e probidade a execução dos serviços, respeitando com absoluto rigor o orçamento aprovado e evitando a prática de atos e a adoção de medidas que resultem em elevação de custos dos serviços, inclusive no que respeita à arregimentação, seleção, contratação e administração de mão-de-obra necessária à realização dos serviços;5. Atender prontamente às recomendações regulares da fiscalização;6. Zelar pelos interesses da CONTRATANTE relativamente ao objeto do contrato;7. Substituir prontamente qualquer preposto, empregado ou pessoa que, a juízo da fiscalização, seja inconveniente aos interesses da CONTRATANTE relativamente aos serviços;8. Manter permanentemente nos locais de realização dos serviços um representante com plenos poderes para representar e obrigar a CONTRATADA frente à CONTRATANTE;9. Executar o objeto deste contrato de acordo com os projetos e especificações fornecidos pela CONTRATANTE e as normas aprovadas ou recomendadas pela ABNT.10. Adquirir e fornecer Equipamentos de Proteção Coletiva – EPC e Equipamentos de Proteção Individual – EPI, a todos os empregados, bem como orientá-los quanto a necessidade e obrigatoriedade de seu uso em serviço. A CONTRATADA responde solidariamente, no caso de subempreitada.11. Manter a Regularidade Fiscal, inclusive do recolhimento do ISSQN ao município do local de Prestação do Serviço durante toda execução do contrato;12. Observar as normas, critérios e procedimentos ambientais para a gestão dos rejeitos provenientes da obra.13. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela
--	--



	<p>fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessários ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto no Projeto Básico e demais documentos anexos.</p> <p>§ 1º O Contratado deverá reservar parte dos empregos diretos criados por força de contrato de obra pública que vier a firmar com o Estado do Piauí e seus órgãos, para egressos do Sistema Prisional e cumpridores de medidas de segurança e penas alternativas.</p> <p>§ 2º A obrigação estipulada no § 1º só será exigível após a devida contratação e emissão de ordem de serviço ou outro instrumento pelo qual é dado comando para o início das obras e/ou serviços referidos, e desde que haja compatibilidade entre os beneficiários da política pública e as funções a serem desempenhada por estes.</p> <p>§ 3º O Contrato deverá reservar as vagas previstas no § 1º na seguinte proporção:</p> <p>a) No mínimo 5% (cinco por cento) dos empregos diretos criados, no caso de o contratado vir a admitir 21 (vinte e um) ou mais empregados.</p> <p>b) Ao menos 1 (um) empregado, no caso de o contratado vir a admitir entre 6 (seis) e 20 (vinte) empregados; e</p> <p>c) Admissão facultativa, no caso de o contratado vir a admitir 5 (cinco) ou menos empregados.</p> <p>§ 4º As vagas, mencionadas no § 3º, serão preenchidas de acordo com a ordem de classificação estabelecida em processo único de seleção a cargo da Secretaria Estadual de Trabalho e Empreendedorismo – SETRE, nos termos de regulamentação própria.</p> <p>§ 5º No caso de não haver beneficiários selecionados na forma do § 4º, o contratado deverá preencher os empregos criados da forma que for mais útil para a perfeita execução do contrato.</p> <p>§ 6º O Contratado deverá reservar, preferencialmente, o mínimo de 5% (cinco por cento) das vagas de emprego diretos na área de construção civil criadas por força do contrato de obra pública que vier a firmar com o Estado do Piauí e seus órgãos, para pessoas do sexo feminino, desde que compatível com o exercício das atividades inerentes ao objeto do contrato.</p> <p>§ 7º A obrigação estipulada no § 6º só será exigível após a devida contratação e emissão da ordem de serviços ou outro instrumento pelo qual é dado comando para início das obras e/ou serviços referidos.</p> <p>§ 8º No caso de não haver beneficiários habilitados na forma do § 6º, o Contratado deverá preencher os empregos criados da forma que for mais útil para a perfeita</p>
--	--



	<p>execução do contrato.</p> <p>§ 9º A ausência de beneficiários habilitados será consignada pelo Contratado no "Livro de Ocorrências" juntamente com as diligências que empregou para encontrá-los, tais como avisos veiculados em jornais locais e programas de rádio, e será revista pelo Fiscal do Contrato a tempo e modo.</p> <p>§ 10º A CONTRATADA estará, durante todo o período de execução deste contrato, sujeita à fiscalização da CONTRATANTE, quer seja exercida por servidores do quadro da própria CONTRATANTE, quer por terceiros especialmente contratados para este fim.</p> <p>§ 11º As determinações da fiscalização obrigam a CONTRATADA, respeitados os limites deste contrato e o orçamento aprovado, à elaboração de detalhamentos dos projetos e à realização de atividades específicas. Nos casos em que a CONTRATADA não concordar com as recomendações ou ordens da fiscalização, delas poderá recorrer ao titular da CONTRATANTE, tendo este recurso efeito suspensivo da ordem fiscal.</p>
9.3	<p>Sem prejuízo das obrigações previstas na Parte Geral, são deveres da CONTRATANTE:</p> <p>A CONTRATANTE se obriga a:</p> <ol style="list-style-type: none">1. Disponibilizar o local das obras;2. Aprovar as medições em tempo hábil;3. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, conforme estabelecido na cláusula sétima deste Contrato;4. Designar um representante para acompanhar e fiscalizar a execução deste Contrato;5. Notificar a CONTRATADA, imediatamente, sobre as faltas e defeitos observados na execução do contrato.6. Reter os tributos e contribuições sobre os pagamentos mensalmente efetuados, utilizando-se as alíquotas previstas para cada tipo de serviço, conforme legislação7. Aplicar penalidades, conforme o caso.8. Observar as disposições da Instrução Normativa nº 05/2017, do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, que trata do cadastramento e acompanhamento de contratos e obras nos Sistemas Licitações, Contratos e Obras WEB.9. Observar as disposições do Decreto Estadual nº 16.199/2015, que trata do cadastramento e alimentação dos dados da obra no Sistema de Monitoramento e Acompanhamento de Ações Estratégicas – SIMO.



10.1	As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Estado do Piauí, para o exercício de 2025, na classificação abaixo: Gestão/Unidade: 160101 Fonte: 754 Programa de Trabalho: 15.451. 0105. 5060 Elemento de Despesa: 449051
11.5, "II"	(X) Para fins de pagamento da última medição, a Contratada deverá apresentar Projeto "As Built". () Para fins de pagamento da última medição, não será necessária a apresentação de Projeto "As Built".
11.17	Conta Corrente (.....), Banco (.....), Agência (.....).
11.18	(X) O pagamento da instalação do canteiro, mobilização e desmobilização ocorrerá no valor do preço apresentado na proposta, conforme especificado abaixo: a) Instalação e manutenção do canteiro: de acordo com o cronograma financeiro proposto; b) Mobilização: serão medidos e pagos (....%) do valor proposto para o item na primeira medição. Os (...%) restantes serão medidos e pagos após efetiva mobilização de suas máquinas e equipamentos conforme programado no Cronograma; c) Desmobilização: após a total desmobilização, comprovada pela Fiscalização. d) Administração Local e Manutenção de Canteiro (AL) – será pago conforme o percentual de serviços executados no período, conforme a fórmula abaixo, limitando-se ao recurso total destinado para o item: $\%AL = (\text{Valor da Medição Sem AL} / \text{Valor do Contrato (incluso aditivo financeiro) Sem AL}).$ 11.18.1. Administração Local e Manutenção de Canteiro (AL) terão como unidade na planilha orçamentária "global" e será pago o quantitativo do percentual em número inteiro em valor absoluto com no máximo duas casas decimais. () Não haverá necessidade de pagamento de serviços de instalação, mobilização e



	desmobilização.						
11.19	<p>() 11.19.1. Para a elaboração do Projeto Executivo, a(s) medição(ões) se processará (ão) em parcela(s), no(s) seguinte(s) percentual (is) em relação ao preço global do projeto executivo, constante da proposta de preços da contratada:</p> <table><tr><th>PARCELA(S)</th><th>% DO PREÇO GLOBAL DO PROJETO EXECUTIVO</th><th>EVENTOS</th></tr><tr><td>1ª</td><td>100</td><td>Na elaboração do Projeto e recebimento pela fiscalização da CONTRATANTE</td></tr></table> <p>11.19.2. A(s) medição (ões) relativa(s) ao serviço de elaboração do projeto executivo de engenharia constará(ão) de folha resumo contendo a relação de serviços executados.</p> <p>(x) Não se aplica, considerando que o item 2.3 da Parte Específica não estabeleceu a elaboração de Projeto Executivo como objeto do presente contrato.</p>	PARCELA(S)	% DO PREÇO GLOBAL DO PROJETO EXECUTIVO	EVENTOS	1ª	100	Na elaboração do Projeto e recebimento pela fiscalização da CONTRATANTE
PARCELA(S)	% DO PREÇO GLOBAL DO PROJETO EXECUTIVO	EVENTOS					
1ª	100	Na elaboração do Projeto e recebimento pela fiscalização da CONTRATANTE					
12.4	<p>(X) Para fins de reajuste do valor contratual será utilizado o Índice Nacional da Construção Civil – Coluna 35, calculado e publicado pela Fundação Getúlio Vargas, conforme já indicado na Parte Geral deste Contrato.</p> <p>() Para fins de reajuste do valor contratual será utilizado o índice (...).</p>						
14.1	O prazo de execução do serviço é de 120 (cento e vinte) dias , contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço, prorrogável justificadamente pelo prazo necessário à conclusão do objeto, na forma do art. 111 da Lei n. 14.133/2021.						
14.4	O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura.						
19.6	A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:						



A FISCALIZAÇÃO da execução das obras e serviços será feita pela CONTRATANTE, através de seus representantes, equipes ou grupos de trabalho, de forma a fazer cumprir rigorosamente os detalhes executivos, as especificações, os prazos, as condições estabelecidas no Projeto Básico, a PROPOSTA DE PREÇOS e as disposições do Contrato.

§ 1º Fica reservado à FISCALIZAÇÃO o direito e a autoridade para resolver, no Canteiro de Obras, todo e qualquer caso singular, duvidoso ou omissos não previsto no Projeto Básico, nas Especificações, nos Detalhes Executivos, nas Leis, nas Normas da CONTRATANTE, nos Regulamentos e em tudo mais que, de qualquer forma, se relacione, direta ou indiretamente, com as obras e serviços em questão e seus complementos, ouvida a autoridade do órgão.

§ 2º Compete, ainda, especificamente à FISCALIZAÇÃO:

- a) Rejeitar todo e qualquer material de má qualidade ou não especificado e estipular o prazo para a sua retirada da obra;
- b) Exigir a substituição de técnico, mestre ou operário que não responda técnica e disciplinarmente às necessidades da obra, sem prejuízo do cumprimento dos prazos e condições contratuais;
- c) Decidir quanto à aceitação de material "similar" ao especificado, sempre que ocorrer motivo de força maior;
- d) Exigir da contratada, o cumprimento integral do estabelecido na Cláusula Décima Sexta deste Contrato;
- e) Indicar à contratada, todos os elementos indispensáveis ao início das obras, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de emissão da Ordem de Execução de Serviços;
- f) Esclarecer prontamente as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela contratada;
- g) Expedir, por escrito, as determinações e comunicações dirigidas à contratada;
- h) Autorizar as providências necessárias junto a terceiros;
- i) Promover, com a presença da contratada, as medições de obras e serviços executados.
- j) Transmitir, por escrito, as instruções e as modificações dos detalhes executivos que porventura venham a ser feitas, bem como alterações de prazos e de cronogramas;
- k) Dar à CONTRATANTE imediata ciência dos fatos que possam levar à aplicação de penalidades contra a contratada ou mesmo à rescisão do Contrato;
- l) Relatar oportunamente à CONTRATANTE ocorrência ou circunstância que acarretar



	<p>dificuldades no desenvolvimento das obras e serviços em relação a terceiros.</p> <p>m) Examinar os livros e registros.</p> <p>§ 3º A substituição de qualquer integrante da equipe técnica da contratada, durante a execução das obras e serviços, dependerá da aquiescência da FISCALIZAÇÃO quanto ao substituto apresentado.</p> <p>§ 4º Com relação ao “Diário de Ocorrência”, compete à FISCALIZAÇÃO:</p> <p>a) Pronunciar-se sobre a veracidade das anotações feitas pelo licitante contratado;</p> <p>b) Registrar o andamento das obras e serviços, tendo em vista os detalhes executivos, as especificações, os prazos e cronogramas;</p> <p>c) Fazer observações cabíveis, decorrentes dos registros da contratada no referido Diário;</p> <p>d) Dar solução às consultas feitas pela contratada, seus prepostos e sua equipe;</p> <p>e) Registrar as restrições que pareçam cabíveis quanto ao andamento dos trabalhos ou ao procedimento da contratada, seus prepostos e sua equipe;</p> <p>f) Determinar as providências cabíveis para o cumprimento dos detalhes executivos e especificações;</p> <p>g) Anotar os fatos ou observações cujo registro se faça necessário.</p>
20.1	<p>() Não será exigida garantia de execução da contratada.</p> <p>(X) No prazo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá prestar garantia contratual, correspondente a 1% (um por cento) sobre o valor do contrato, em conformidade com o disposto no art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021.</p>
23.1	<p>(X) Não será admitida a subcontratação do objeto contratado.</p> <p>() É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de (...) % do valor total do contrato, em relação às parcelas das obras e serviços de natureza específica destacados como de menor relevância técnica e valor não significativo, nos termos do Parecer Técnico nº (...):</p> <p>(...)</p> <p>(...)</p> <p>23.1.1. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem</p>



	incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto, bem como verificar os demais requisitos de habilitação eventualmente aplicáveis, dentre eles a regularidade fiscal e trabalhista. 23.1.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
24.1	Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação escrita do contratado, mediante Termo Detalhado assinado pelas partes.
24.2	Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo não superior a 90 (noventa) dias do recebimento provisório.
28.14	A aplicação da LGPD ao presente contrato abrange, ainda, as seguintes disposições: (...)

Para firmeza e validade de tudo o que ficou dito e aqui estipulado, lavrou-se o presente instrumento, em 02 (DUAS) vias de igual forma e teor, que depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes e testemunhas abaixo, a tudo presentes.

Teresina, Piauí, _____ de _____ de 2026.

.....
CONTRATANTE

.....
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____



SECRETARIA
DA **INFRAESTRUTURA**
SEINFRA

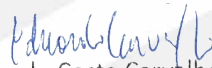


**PROJETO BÁSICO DOS SERVIÇOS REMANESCENTES E
COMPLEMENTARES PARA CONCLUSÃO DA PONTE RODOVIÁRIA
NA LOCALIDADE BURITI DO MEIO BENEDITINOS - PI**

**Beneditinos - PI
abril/2026**

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: [@seinfra.pi](https://www.instagram.com/seinfra.pi)

www.pi.gov.br


Eduardo Costa Carvalho
Fiscal SEINFRA-PI - Mat.: 418.048-8
Eng. Civil - CREA RN 1917137540



**PROJETO BÁSICO DOS SERVIÇOS REMANESCENTES E COMPLEMENTARES
PARA CONCLUSÃO DA PONTE RODOVIÁRIA NA LOCALIDADE BURITI DO MEIO
BENEDITINOS - PI**

Memorial Descritivo e das Especificações Técnicas
Retomada institucional pelo Governo do Estado do Piauí / SEINFRA-PI

Objeto	Execução dos serviços remanescentes e complementares para conclusão da Ponte Rodoviária na localidade Buriti do Meio, zona rural do Município de Beneditinos-PI.
Contratação originária	Concorrência nº 002/2023 - Processo Administrativo PA 01.1506/2023 - abertura em 31/07/2023 - adjudicação e homologação em 02/08/2023.
Empresa vencedora da contratação originária	R S Veloso Júnior Ltda. - ME.
Investimento adotado na reformulação	R\$ 933.792,83 (orçamento revisado, data-base janeiro/2026, cenário sem desoneração).
Prazo de execução	120 (cento e vinte) dias, compatibilizado com o cronograma físico-financeiro.
Retomada / executor institucional	Licitação e retomada previstas pelo Governo do Estado do Piauí, com execução no âmbito da Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA-PI, conforme informações fornecidas para esta reformulação.
Planejamento orçamentário	Empreendimento indicado como previsto no orçamento plurianual, conforme informação fornecida para a presente reformulação.

**Beneditinos - PI
abril/2026**



SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	5
2. HISTÓRICO E ENQUADRAMENTO DA REFORMULAÇÃO.....	5
3. OBJETO.....	5
4. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO E DA ÁREA DE INTERVENÇÃO.....	5
4.1 Localização e acesso.....	5
4.2 Aspectos socioeconômicos.....	9
4.3 Aspectos fisiográficos e climáticos.....	9
5. CARACTERIZAÇÃO TÉCNICA DA INTERVENÇÃO.....	9
6. METODOLOGIA ADOTADA PARA A REFORMULAÇÃO.....	11
7. MEMÓRIA SÍNTESE DOS SERVIÇOS REMANESCENTES E COMPLEMENTARES.....	11
8. MEMORIAL DESCRITIVO DOS SERVIÇOS.....	15
1.0 SERVIÇOS PRELIMINARES.....	15
2.0 INFRAESTRUTURA.....	16
3.0 SUPERESTRUTURA.....	17
4.0 TRANSPORTE DE MATERIAIS.....	17
5.0 TERRAPLENAGEM - ACESSOS.....	18
6.0 SERVIÇOS FINAIS.....	19
7.0 SERVIÇOS AUXILIARES DE CONTROLE.....	19
9. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS RESUMIDAS E REFERENCIADAS.....	19
1.0 SERVIÇOS PRELIMINARES.....	20
2.0 INFRAESTRUTURA.....	20
3.0 SUPERESTRUTURA.....	21
4.0 TRANSPORTE DE MATERIAIS.....	21
5.0 TERRAPLENAGEM - ACESSOS.....	21
6.0 SERVIÇOS FINAIS.....	22
7.0 SERVIÇOS AUXILIARES DE CONTROLE.....	22
10. QUADRO DE REFERÊNCIAS TÉCNICAS PRINCIPAIS.....	22
11. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	24



12. ANEXOS.....	24
12.1 Planilhas orçamentárias	24
12.2 Composições de custos unitários	24
12.3 Cronograma físico-financeiro	25
12.4 Memória de cálculo	25
12.5 Relatório fotográfico	25
12.6 Desenhos, detalhes executivos e peças gráficas	25
12.7 Sondagem	25



1. APRESENTAÇÃO

O presente documento consolida a reformulação do Memorial Descritivo e das Especificações Técnicas da ponte da localidade Buriti do Meio, no Município de Beneditinos-PI, readequando o projeto ao enquadramento de obra de retomada. A reformulação foi elaborada a partir de informações levantadas e fornecidas de campo, dos documentos técnicos da ponte, da planilha orçamentária revisada e dos modelos apresentados pela Administração.

O conteúdo deste projeto versa sobre a execução dos serviços remanescentes e complementares necessários à conclusão da ponte, decorrentes de contratação pública anterior já iniciada pelo poder municipal.

2. HISTÓRICO E ENQUADRAMENTO DA REFORMULAÇÃO

Segundo as informações fornecidas para a presente reformulação, a ponte da localidade Buriti do Meio integrou contratação originária promovida pela Prefeitura Municipal de Beneditinos, no âmbito da Concorrência nº 002/2023, vinculada ao Processo Administrativo PA 01.1506/2023, com abertura em 31/07/2023, adjudicação e homologação em 02/08/2023, tendo como vencedora a empresa R S Veloso Júnior Ltda. - ME.

Na etapa atual, a retomada da intervenção passa a ser enquadrada como execução dos serviços remanescentes e complementares, com licitação e retomada das atividades pelo Governo do Estado do Piauí, por meio da SEINFRA-PI, conforme diretrizes informadas para esta reformulação e previsão no orçamento plurianual.

Como premissa técnica adotada nesta reformulação, considerou-se já executada a parcela correspondente às fundações dos pilares e dos encontros, às formas e armaduras dessas fundações, bem como às formas e armaduras dos pilares, mantendo-se no novo orçamento e neste projeto apenas os serviços remanescentes, complementares e de controle necessários à conclusão da obra.

3. OBJETO

Execução dos serviços remanescentes e complementares para conclusão da Ponte Rodoviária na localidade Buriti do Meio, zona rural do Município de Beneditinos-PI.

4. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO E DA ÁREA DE INTERVENÇÃO

4.1 Localização e acesso

O município de Beneditinos está situado no Estado do Piauí e, segundo o IBGE, possui área territorial de 937,443 km², população de 9.929 pessoas no Censo 2022, densidade



demográfica de 10,60 hab/km² e população estimada de 10.093 habitantes em 2025. Para a execução da obra, adota-se ainda, nas composições de mobilização e desmobilização, distância média de transporte de 97 km entre Teresina/PI e o local da obra.

A intervenção localiza-se na zona rural, na localidade Buriti do Meio, em travessia sobre curso d'água que atende ao deslocamento local e ao escoamento da produção agropecuária. O acesso operacional deverá compatibilizar a estrutura existente, os acessos em aterro e as frentes de concretagem remanescentes, em consonância com o projeto geométrico e de terraplenagem.



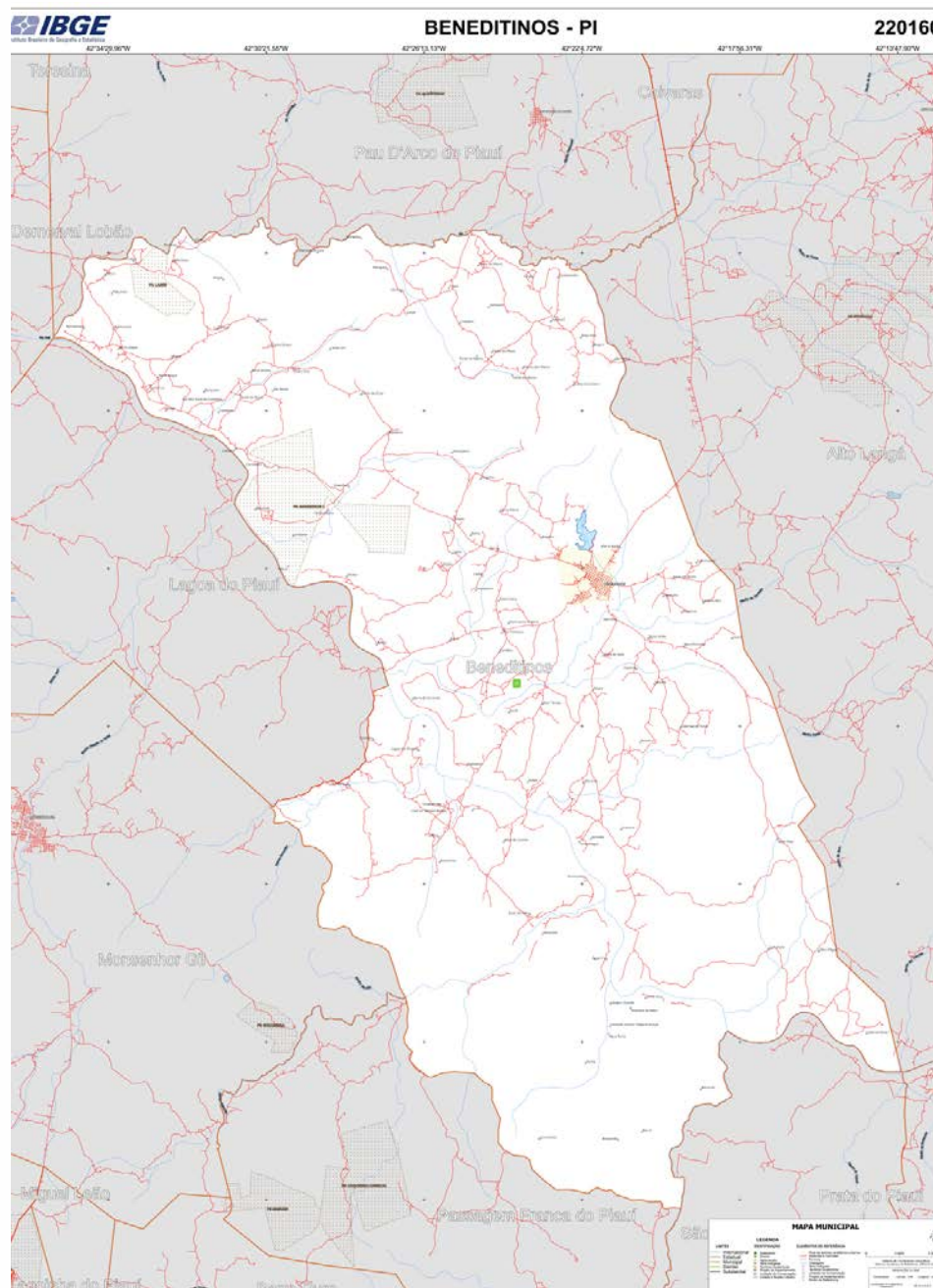
Figura 1 – Situação do município de Beneditinos no Estado do Piauí



Fonte: adaptado de SGB/CPRM, Diagnóstico do Município de Beneditinos (2004).



Figura 2 – Mapa municipal de Beneditinos



Fonte: IBGE, Coleção de Mapas Municipais 2022.



4.2 Aspectos socioeconômicos

Em termos socioeconômicos, Beneditinos apresenta perfil de pequeno porte populacional, com PIB per capita de R\$ 11.911,09 em 2023 e escolarização de 97,93% da população de 6 a 14 anos, segundo o IBGE. Esses indicadores reforçam a relevância da ligação viária rural para acesso a serviços públicos, circulação cotidiana e apoio à economia local.

4.3 Aspectos fisiográficos e climáticos

De acordo com o diagnóstico municipal do Serviço Geológico do Brasil (SGB/CPRM), Beneditinos apresenta clima quente tropical, com temperaturas mínimas em torno de 25 °C e máximas de 36 °C, precipitação média anual da ordem de 1.300 mm e regime sazonal com trimestre mais úmido entre janeiro e março. Os solos derivam de arenitos, siltitos, folhelhos, calcários e silexitos, enquanto o relevo é marcado por superfícies tabulares, chapadas baixas e áreas suavemente onduladas, com faixas altimétricas predominantes entre 150 m e 500 m e ocorrências que podem alcançar cotas mais elevadas.

5. CARACTERIZAÇÃO TÉCNICA DA INTERVENÇÃO

A obra refere-se à ponte rodoviária da localidade Buriti do Meio, concebida em concreto armado, com extensão de 30,00 m e seção transversal de 4,40 m, comportando faixa de rolamento de 4,00 m e duas defensas de 0,20 m.

A solução estrutural compreende laje tabuleiro, vigas longitudinais, transversinas, encontros, aparelhos de apoio, drenos e elementos de contenção e proteção dos acessos. Também integram o escopo os serviços de terraplenagem, transporte de materiais, enrocamento de proteção e serviços auxiliares de controle necessários à retomada da obra.

Quadro 1 – Dados físicos e operacionais relevantes do objeto reformulado

Elemento	Grandeza adotada	Observação / origem
Extensão da ponte	30,00 m	Projeto estrutural e geométrico da ponte de Buriti do Meio.
Largura total da ponte	4,40 m	Seção transversal com pista de 4,00 m e duas defensas de 0,20 m.



Faixa de rolamento	4,00 m	Largura útil prevista na solução estrutural.
Defensas laterais	2 x 0,20 m	Elementos de proteção lateral em concreto.
Placa da obra	3,60 m x 1,80 m = 6,48 m ²	Item 1.2 da planilha orçamentária revisada.
Abrigo provisório	16,00 m ²	Área prevista para apoio operacional do canteiro.
Cerca do canteiro	40,00 m	Perímetro previsto em orçamento, com altura de 2,00 m.
Portão do canteiro	3,00 m x 2,00 m = 6,00 m ²	Acesso metálico de abrir do canteiro.
Reservatório elevado	1.000 litros	Apoio hídrico ao canteiro em estrutura provisória.
Locação da obra	934,58 m ²	Área adotada para serviços topográficos e conferência do remanescente.
DMT de mobilização	97 km	Trecho de referência entre Teresina/PI e o local da obra.
Aparelhos de apoio	10,08 dm ³	Volume total previsto na planilha orçamentária revisada.
Drenos de PVC	4,20 m	Comprimento total previsto para a OAE.
Regularização do subleito dos acessos	691,38 m ²	Área prevista para conformação dos acessos da ponte.

Fonte: projeto geométrico/estrutural, orçamento revisado REV01 e composições da mobilização/desmobilização.



6. METODOLOGIA ADOTADA PARA A REFORMULAÇÃO

A reformulação foi desenvolvida a partir dos seguintes critérios: (i) leitura dos documentos de referência da contratação original; (ii) consideração das premissas informadas sobre os elementos já executados; (iii) compatibilização com a planilha orçamentária revisada REV01; (iv) identificação dos serviços remanescentes e dos serviços complementares de controle; e (v) reorganização do Memorial Descritivo e das Especificações Técnicas conforme a numeração sequencial da planilha orçamentária.

Os itens da infraestrutura mantidos sem quantitativo na planilha revisada foram preservados no documento para fins de rastreabilidade do escopo original, porém com a observação expressa de que não integram a medição do contrato de retomada, por já se encontrarem executados.

7. MEMÓRIA SÍNTESE DOS SERVIÇOS REMANESCENTES E COMPLEMENTARES

A tabela a seguir resume os quantitativos adotados na planilha revisada. Os itens do grupo 2.0 estão indicados sem medição atual por corresponderem a parcelas consideradas executadas na contratação anterior.

Item	Discriminação	Unid.	Quantidade	Enquadramento
1.1	Administração local da obra	un	1,00	remanescente
1.2	Placa de obra	m ²	6,48	remanescente
1.3	Abrigo provisório / alojamento e depósito	m ²	16,00	remanescente
1.4	Cerca do canteiro	m	40,00	remanescente
1.5	Portão do canteiro	m ²	6,00	remanescente
1.6	Reservatório elevado de água 1.000 L	un	1,00	remanescente



Item	Discriminação	Unid.	Quantidade	Enquadramento
1.7	Mobilização e desmobilização	un	1,00	remanescente
1.8	Locação da obra	m²	934,58	remanescente
2.1	Escavação mecânica de vala em material de 2ª categoria	m³	-	já executado
2.2	Reaterro e compactação com soquete vibratório	m³	-	já executado
2.3	Formas de compensado plastificado 12 mm - lastro/sapatas	m²	-	já executado
2.4	Concreto magro para lastro	m³	-	já executado
2.5	Concreto fck 25 MPa - sapatas	m³	-	já executado
3.1	Formas de compensado plastificado 12 mm - superestrutura e encontros	m²	578,75	remanescente
3.2	Armação em aço CA-50	kg	8.397,74	remanescente
3.3	Concreto fck 25 MPa -	m³	160,76	remanescente



Item	Discriminação	Unid.	Quantidade	Enquadramento
	superestrutura e encontros			
3.4	Escoramento com pontaletes	m ³	481,97	remanescente
3.5	Aparelho de apoio de neoprene fretado	dm ³	10,08	remanescente
3.6	Dreno de PVC D=75 mm	m	4,20	remanescente
4.1	Transporte de brita	t x km	17.193,10	remanescente
4.2	Transporte de areia	t x km	14.375,64	remanescente
4.3	Transporte de aço e cimento	t x km	5.731,05	remanescente
5.1	Regularização do subleito	m ²	691,38	remanescente
5.2	Limpeza mecânica de camada vegetal em jazida	m ²	1.877,62	remanescente
5.3	Expurgo de camada vegetal em jazida	m ³	375,52	remanescente
5.4	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria	m ³	18.028,15	remanescente



Item	Discriminação	Unid.	Quantidade	Enquadramento
5.5	Escavação e carga de material de jazida para aterro	m ³	938,81	remanescente
5.6	Transporte local de material de jazida	t x km	51.017,90	remanescente
5.7	Compactação de aterros a 100% do Proctor Normal	m ³	938,81	remanescente
5.8	Reparação de danos físicos ao meio ambiente	m ²	1.877,62	remanescente
5.9	Enrocamento de pedra arrumada manualmente	m ³	307,10	remanescente
6.1	Limpeza final da ponte	m	38,00	remanescente
7.1	Inspeção técnica, cadastral, geométrica e topográfica da estrutura já executada	und	1,00	complementar
7.2	Preparo da superfície de concreto existente	m ²	12,24	complementar
7.3	Tratamento de junta/interface	m ²	12,24	complementar



Item	Discriminação	Unid.	Quantidade	Enquadramento
	com ponte de aderência			
7.4	Tratamento das armaduras de espera existentes	und	1,00	complementar
7.5	Regularização e preparo dos berços dos aparelhos de apoio	m²	0,36	complementar
7.6	Controle tecnológico do concreto a executar	mês	4,00	complementar
7.7	Avaliação do concreto já executado para recebimento da retomada	und	1,00	complementar

Observação: os itens 2.1 a 2.5 permanecem referenciados no escopo para fins de compatibilização com o projeto original, porém sem quantitativo de medição na presente contratação, em razão da premissa de execução anterior dos respectivos serviços.

8. MEMORIAL DESCRITIVO DOS SERVIÇOS

1.0 SERVIÇOS PRELIMINARES

1.1 Administração local da obra - Compreende a equipe mínima de gestão, acompanhamento, segurança do trabalho, controle de produção, apontamento e apoio logístico necessários à execução dos serviços remanescentes. A medição deverá ser compatível com o período efetivo de execução contratual.

1.2 Placa da obra - Deverá ser instalada placa de identificação da obra em chapa galvanizada nº 22, nas dimensões de 3,60 m x 1,80 m, totalizando 6,48 m², em local



visível e com estrutura de sustentação compatível com o padrão institucional a ser definido pelo ente executor.

1.3 Abrigo provisório / alojamento e depósito - Inclui a implantação de área mínima de apoio ao canteiro com 16,00 m², destinada ao abrigo de materiais, pequenas ferramentas e suporte operacional à equipe de campo, observadas as condições mínimas de segurança, higiene e organização.

1.4 Cerca do canteiro - Consiste na proteção física do canteiro de obras, com morões de madeira e arame farpado, visando controle de acesso e resguardo patrimonial. O perímetro previsto é de 40,00 m, com altura de 2,00 m.

1.5 Portão do canteiro - Deverá ser executado portão metálico de abrir, compatível com o fechamento do canteiro e com a logística de entrada de equipamentos e materiais, nas dimensões de 3,00 m x 2,00 m, correspondendo a 6,00 m².

1.6 Reservatório elevado de água - Prevê o fornecimento e instalação de reservatório de 1.000 litros para apoio ao canteiro, apoiado em estrutura provisória compatível com as necessidades da obra.

1.7 Mobilização e desmobilização - Abrange o deslocamento de equipamentos, ferramentas e pessoal para início e encerramento da obra. Nas composições de referência, adota-se distância média de transporte de 97 km entre Teresina/PI e o local da obra.

1.8 Locação da obra - Deverá ser refeita a locação dos eixos, níveis e referências da obra remanescente, com conferência topográfica da estrutura existente e da área de intervenção correspondente a 934,58 m².

2.0 INFRAESTRUTURA

2.1 Escavação mecânica de vala em material de 2ª categoria - Serviço integrante do escopo original, sem previsão de medição no contrato de retomada, por ser considerado executado anteriormente.

2.2 Reaterro e compactação com soquete vibratório - Serviço integrante do escopo original, sem previsão de medição no contrato de retomada, por ser considerado executado anteriormente.

2.3 Formas de compensado plastificado 12 mm - lastro/sapatas - Serviço integrante do escopo original, sem previsão de medição no contrato de retomada, por ser considerado executado anteriormente.



2.4 Concreto magro para lastro - Serviço integrante do escopo original, sem previsão de medição no contrato de retomada, por ser considerado executado anteriormente.

2.5 Concreto estrutural fck 25 MPa - sapatas - Serviço integrante do escopo original, sem previsão de medição no contrato de retomada, por ser considerado executado anteriormente.

3.0 SUPERESTRUTURA

3.1 Formas de compensado plastificado 12 mm - superestrutura e encontros - Compreende a montagem, uso, escoramento secundário, desmontagem e reaproveitamento racional de fôrmas para encontros, vigas, transversinas, lajes e defensas, compatibilizadas com a etapa remanescente.

3.2 Armação em aço CA-50 - Inclui fornecimento, corte, dobra, armação, posicionamento, amarração e espaçadores para as armaduras do remanescente estrutural da ponte, conforme detalhamento de projeto.

3.3 Concreto estrutural fck 25 MPa - superestrutura e encontros - Refere-se ao preparo, lançamento, adensamento, acabamento e cura do concreto das etapas remanescentes da superestrutura e dos encontros, com controle tecnológico compatível.

3.4 Escoramento com pontaletes - Abrange o escoramento provisório necessário à concretagem dos elementos moldados in loco da superestrutura, assegurando estabilidade, nivelamento e segurança durante a execução.

3.5 Aparelho de apoio de neoprene fretado - Prevê o fornecimento e a instalação dos aparelhos de apoio, inclusive conferência geométrica e regularização da base de assentamento. O volume total previsto é de 10,08 dm³.

3.6 Dreno de PVC D=75 mm - Compreende a instalação dos drenos previstos para escoamento da água do tabuleiro e proteção da durabilidade da estrutura, com comprimento total de 4,20 m.

4.0 TRANSPORTE DE MATERIAIS

4.1 Transporte de brita - Corresponde ao transporte da brita necessária aos concretos e demais serviços previstos no remanescente da obra.

4.2 Transporte de areia - Corresponde ao transporte da areia necessária aos concretos, argamassas e demais serviços previstos no remanescente.



4.3 Transporte de aço e cimento - Refere-se ao transporte dos insumos estruturais de maior relevância, em compatibilidade com as quantidades efetivamente adotadas na planilha revisada.

5.0 TERRAPLENAGEM - ACESSOS

5.1 Regularização do subleito - Consiste na conformação da plataforma de apoio dos acessos, garantindo cotas, inclinações e preparação adequadas ao recebimento dos aterros, em área total de 691,38 m².

5.2 Limpeza mecânica de camada vegetal em jazida - Inclui a remoção da camada superficial orgânica da área de empréstimo, com segregação do material para posterior recomposição ambiental, quando aplicável.

5.3 Expurgo de camada vegetal em jazida - Refere-se à retirada da espessura de expurgo adotada na jazida, preparando o local para exploração controlada do material de empréstimo.

5.4 Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria - Compreende a escavação e o transporte interno do material necessário à conformação dos acessos e da bacia de contribuição.

5.5 Escavação e carga de material de jazida para aterro - Refere-se à obtenção do material de empréstimo destinado aos aterros de acesso da ponte.

5.6 Transporte local de material de jazida - Inclui o momento de transporte do material de empréstimo entre a jazida selecionada e os acessos da obra.

5.7 Compactação de aterros a 100% do Proctor Normal - Prevê a compactação em camadas, com controle de umidade e energia compatíveis, até o grau especificado no orçamento.

5.8 Reparação de danos físicos ao meio ambiente - Inclui a recomposição das áreas afetadas pela exploração de jazida e pela execução dos serviços, em conformidade com a boa prática ambiental.

5.9 Enrocamento de pedra arrumada manualmente - Consiste na proteção das saias dos aterros e das áreas vulneráveis à erosão, mediante lançamento e arrumação manual de pedra de mão.



6.0 SERVIÇOS FINAIS

6.1 Limpeza final da ponte - Ao término dos serviços, a contratada deverá remover resíduos, escoramentos, sobras de materiais e quaisquer elementos provisórios, entregando a obra limpa e apta à vistoria final.

7.0 SERVIÇOS AUXILIARES DE CONTROLE

7.1 Inspeção técnica, cadastral, geométrica e topográfica da estrutura já executada - Serviço complementar indispensável à retomada, destinado à conferência das condições geométricas e executivas da parcela já implantada antes da continuidade da obra.

7.2 Preparo da superfície de concreto existente - Consiste na escarificação/apicoamento e limpeza das interfaces entre concreto antigo e concreto novo, removendo nata, material solto e contaminações superficiais.

7.3 Tratamento de junta/interface com ponte de aderência - Inclui o tratamento da superfície preparada e a aplicação de ponte de aderência adequada para assegurar o desempenho da concretagem de ligação entre elementos existentes e novos.

7.4 Tratamento das armaduras de espera existentes - Compreende limpeza, desoxidação, passivação e conferência das barras de espera remanescentes, antes da continuidade da concretagem.

7.5 Regularização e preparo dos berços para assentamento dos aparelhos de apoio - Prevê a regularização das superfícies de apoio e o preparo dos berços para correta instalação dos aparelhos de neoprene.

7.6 Controle tecnológico do concreto a executar - Inclui os ensaios e registros necessários ao controle do concreto novo, como abatimento, moldagem e rompimento de corpos de prova, rastreabilidade e relatórios de acompanhamento.

7.7 Avaliação do concreto já executado para recebimento da retomada - Abrange a avaliação técnica do concreto existente, com inspeção visual e, quando necessário, instrumentos de verificação e parecer de recebimento para a continuidade dos serviços.

9. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS RESUMIDAS E REFERENCIADAS

As especificações abaixo foram reestruturadas em formato sintético, com foco na execução dos serviços remanescentes. Sempre que aplicável, devem ser observados



o projeto executivo, a planilha orçamentária, as composições de custo e as normas do DNIT, ABNT e demais referências técnicas pertinentes.

1.0 SERVIÇOS PRELIMINARES

1.1 Administração local - Deverá ser mantida equipe mínima compatível com o porte do contrato, responsável pelo planejamento, controle, segurança do trabalho, medição e apoio técnico da obra. Critério de medição: unidade global conforme contrato.

1.2 Placa da obra - A placa deverá ser instalada em local visível, com estrutura estável, dimensões de 3,60 m x 1,80 m e área de 6,48 m², contendo as informações institucionais exigidas pelo órgão executor e fiscalizador. Critério de medição: m² instalado.

1.3 Abrigo provisório / depósito - O canteiro deverá oferecer abrigo para materiais e apoio às atividades operacionais, com área mínima de 16,00 m², mantendo condições adequadas de organização, proteção e acesso. Critério de medição: m² implantado.

1.4 Cerca do canteiro - Executar fechamento provisório do canteiro com morões e fios de arame, garantindo proteção patrimonial e controle de acesso. O perímetro previsto é de 40,00 m e a altura nominal do fechamento é de 2,00 m. Critério de medição: metro linear executado.

1.5 Portão do canteiro - Instalar portão metálico de abrir com dimensões de 3,00 m x 2,00 m, materiais previstos na composição e ferragens compatíveis com a operação do canteiro. Critério de medição: m² instalado.

1.6 Reservatório de água - Fornecer e instalar reservatório elevado de 1.000 litros para atendimento do canteiro, incluindo estrutura provisória de apoio e conexões necessárias. Critério de medição: unidade instalada.

1.7 Mobilização e desmobilização - Compreende entrada e saída de equipamentos, ferramentas e pessoal, inclusive transporte entre Teresina/PI e o local da obra, para o qual se adota DMT de 97 km nas composições de referência. Critério de medição: verba/unidade concluída.

1.8 Locação da obra - A locação deve compatibilizar a obra remanescente com a estrutura existente e com os projetos geométrico e estrutural, abrangendo área de 934,58 m². Critério de medição: m² locado.

2.0 INFRAESTRUTURA

2.1 a 2.5 - Os serviços da infraestrutura permanecem descritos para rastreabilidade do escopo original, porém sem medição na retomada por serem considerados executados.



Eventuais divergências de campo devem ser tratadas por relatório específico da fiscalização.

3.0 SUPERESTRUTURA

3.1 Formas - Devem ser executadas com estabilidade, estanqueidade, travamento e prumo adequados, conforme detalhamento e condições de concretagem. Referência principal: DNIT 120/2009-ES.

3.2 Armaduras - As armaduras devem atender ao projeto, com cortes, dobras, posicionamento, cobrimentos e amarrações rigorosamente controlados. Referência principal: DNIT 118/2009-ES e ABNT NBR 7480.

3.3 Concreto estrutural - O concreto estrutural deve obedecer ao fck de projeto, com preparo, lançamento, adensamento e cura adequados. Referências principais: DNIT 117/2009-ES e DNIT 122/2009-ES.

3.4 Escoramento - O escoramento deve garantir estabilidade geométrica dos elementos moldados in loco até a completa capacidade de suporte. Referência principal: DNIT 124/2009-ES.

3.5 Aparelhos de apoio - Os neoprenes fretados devem ser assentados sobre superfície regularizada, nivelada e limpa, considerando volume total de 10,08 dm³ previsto para o objeto. Critério de medição: dm³ instalado.

3.6 Drenos - Os drenos devem ser posicionados conforme projeto, assegurando escoamento eficiente e proteção da durabilidade da estrutura, em comprimento total de 4,20 m. Critério de medição: metro executado.

4.0 TRANSPORTE DE MATERIAIS

4.1 a 4.3 - Os transportes devem observar as distâncias adotadas na composição, as condições do trajeto e a compatibilidade entre os insumos transportados e os quantitativos efetivamente aplicados.

5.0 TERRAPLENAGEM - ACESSOS

5.1 Regularização do subleito - Executar conformação da plataforma com regularidade, inclinações e preparação adequadas, em área total de 691,38 m². Critério de medição: m² regularizado.

5.2 e 5.3 Jazida - A exploração da jazida deve prever limpeza, expurgo e manejo ambiental compatíveis com a recomposição posterior da área.



5.4 a 5.7 Aterros e transportes - Executar escavação, carga, transporte e compactação em camadas, com controle de umidade e densidade do aterro.

5.8 Recuperação ambiental - Ao final, as áreas impactadas devem ser recompostas e estabilizadas.

5.9 Enrocamento - Executar proteção com pedra de mão arrumada manualmente nas áreas sujeitas à erosão ou instabilidade.

6.0 SERVIÇOS FINAIS

6.1 Limpeza final - A contratada deve entregar a obra limpa, sem materiais, entulhos, escoramentos e instalações provisórias remanescentes.

7.0 SERVIÇOS AUXILIARES DE CONTROLE

7.1 Recebimento da estrutura existente - Antes da continuidade da obra, deve ser realizado levantamento geométrico e avaliação técnica da parcela já executada.

7.2 Preparação do concreto existente - As interfaces devem ser preparadas por escarificação/apicoamento e limpeza rigorosa.

7.3 Ponte de aderência - Aplicar ponte de aderência adequada ao sistema adotado, respeitando preparo prévio, consumo e tempo em aberto do fabricante.

7.4 Armaduras de espera - As barras expostas devem ser limpas, tratadas e liberadas tecnicamente antes da nova concretagem.

7.5 Berços dos aparelhos de apoio - As superfícies de assentamento devem ser regularizadas e conferidas antes da instalação dos neoprenes.

7.6 Controle tecnológico do concreto novo - Deverão ser executados os ensaios e registros de controle do concreto empregado nas etapas remanescentes.

7.7 Avaliação do concreto já executado - A retomada deve ser precedida de parecer técnico de recebimento da estrutura existente, inclusive com instrumentos auxiliares quando necessário.

10. QUADRO DE REFERÊNCIAS TÉCNICAS PRINCIPAIS

O quadro abaixo reúne os principais documentos normativos e de referência utilizados na elaboração e na execução do objeto reformulado. Sempre prevalecem o projeto executivo e as versões vigentes dos documentos técnicos aplicáveis.



Tema	Documento	Fonte	Publicação/Vigência	Localização
Concretos, argamassas e caldas de cimento	DNIT 117/2009-ES	DNIT	2009 / vigente na coletânea do DNIT	Portal DNIT > Coletânea de Normas > ES
Armaduras para concreto armado	DNIT 118/2009-ES	DNIT	2009 / vigente na coletânea do DNIT	Portal DNIT > Coletânea de Normas > ES
Fôrmas para pontes e viadutos	DNIT 120/2009-ES	DNIT	2009 / vigente na coletânea do DNIT	Portal DNIT > Coletânea de Normas > ES
Fundações de pontes e viadutos	DNIT 121/2009-ES	DNIT	2009 / vigente na coletânea do DNIT	Portal DNIT > Coletânea de Normas > ES
Estruturas de concreto armado	DNIT 122/2009-ES	DNIT	2009 / vigente na coletânea do DNIT	Portal DNIT > Coletânea de Normas > ES
Escoramentos	DNIT 124/2009-ES	DNIT	2009 / vigente na coletânea do DNIT	Portal DNIT > Coletânea de Normas > ES
Projeto de estruturas de concreto	ABNT NBR 6118	ABNT	edição vigente	Catálogo ABNT
Projeto de pontes rodoviárias	ABNT NBR 7187	ABNT	edição vigente	Catálogo ABNT
Ações em pontes rodoviárias e passarelas	ABNT NBR 7188	ABNT	edição vigente	Catálogo ABNT



11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta versão reformulada do projeto básico foi estruturada especificamente para o cenário de retomada da ponte da localidade Buriti do Meio, com ênfase na execução dos serviços remanescentes e complementares necessários à conclusão do objeto. O documento substitui a abordagem anterior de obra integral nova, corrige o enquadramento do objeto e organiza o Memorial Descritivo e as Especificações Técnicas conforme a numeração sequencial da planilha revisada.

Na fase executiva, recomenda-se que a fiscalização mantenha controle específico sobre: (i) a compatibilização entre o executado e o remanescente; (ii) o tratamento das interfaces entre concretos de idades distintas; (iii) a avaliação das armaduras de espera; (iv) a regularização dos berços dos aparelhos de apoio; e (v) o controle tecnológico do concreto novo.

Fontes de caracterização municipal utilizadas nesta atualização: IBGE - Cidades e Estados (Beneditinos/PI) e Serviço Geológico do Brasil - SGB/CPRM, Diagnóstico do Município de Beneditinos.

12. ANEXOS

Os anexos abaixo integram o volume do projeto básico reformulado e deverão ser organizados por tipo de conteúdo, de modo a facilitar a consulta, a instrução processual e a futura licitação/execução da retomada.

12.1 Planilhas orçamentárias

Conjunto das planilhas resumo, planilhas orçamentárias analíticas, memória de cálculo dos quantitativos remanescentes, quadro comparativo entre regimes tributários e demais demonstrativos econômico-financeiros pertinentes.

12.2 Composições de custos unitários

Relação das composições de custos unitários adotadas no orçamento, incluindo composições principais, auxiliares e composições próprias dos serviços remanescentes e complementares.



12.3 Cronograma físico-financeiro

Cronograma de execução compatibilizado com a planilha orçamentária revisada, com distribuição físico-financeira por etapas, metas de medição e prazo contratual.

12.4 Memória de cálculo

Memória de cálculo dos quantitativos remanescentes, contemplando superestrutura, acessos, transportes, serviços auxiliares de controle e demais elementos necessários à rastreabilidade do orçamento.

12.5 Relatório fotográfico

Registro fotográfico da área de intervenção, das estruturas já executadas, das condições de acesso e das interfaces da retomada, organizado por legendas e locais de referência.

12.6 Desenhos, detalhes executivos e peças gráficas

Conjunto de plantas, cortes, perfis, locação, formas, armações, detalhes executivos, mapas de situação e demais peças gráficas necessárias à execução e fiscalização da obra.

12.7 Sondagem

Relatório de Sondagem .



ANEXO 12.1 – Planilha Orçamentária

OBRA: CONSTRUÇÃO DE PONTE
LOCAL: BURITI DO MEIO - ZONA RURAL - BENEDITINOS/PI

FONTE DE CUSTOS:
SINAPI: JANEIRO/2026 E SICRO - DNIT - JANEIRO/2026 - SEINFRA-CE-ORSE 01/26
LEIS SOCIAIS: TABELA SICRO - SEM DESONERAÇÃO
BDI = 24,23%

PLANILHA RESUMO

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR (R\$)	TOTAL (R\$)
1.0	CONSTRUÇÃO DE PONTE NA LOC. BURITI DO MEIO	un	1,00	933.792,83	933.792,83
TOTAL GERAL (R\$)					933.792,83



OBRA: CONSTRUÇÃO DE PONTE LOCAL: BURITI DO MBO - ZONA RURAL - BENEDITINOS/PI		FONTE DE CUSTOS: SINAPI- JANEIRO/2026 E SICRO - DNT - JANEIRO/2026 - SEINFRA-CE-ORSE 01/26 LEIS SOCIAIS: TABELA SICRO - SEM DESONERAÇÃO BDI = 24,23%							
		PLANILHA ORÇAMENTÁRIA							
		ÍTEM	DISCRIMINAÇÃO	REFERÊNCIA	UNID.	QUANT.	P. UNIT.	SUB-TOTAL	TOTAL
1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES							161.020,35	
1.1	Administração local da obra	COMP. 01	un	1,00	98.243,94	98.243,94			
1.2	Aquisição e assentamento de Placa de obra 3,60x1,80 m	COMP. 02	m²	6,48	655,64	4.248,55			
1.3	Execução de abrigo provisório c/1 pavimento p/alojamento e depósito	COMP. 04	m²	16,00	1.460,51	23.368,16			
1.4	Execução de cerca com morões de madeira, 2 m de altura com arame larpado - Barração	COMP. 05	m	40,00	78,43	3.137,20			
1.5	Pontão de ferro de abrir, quadro em tubo de aço galv. 1 1/2", barra quadrada 1/2" na vertical e barra chata de 1 x 3/16" na horizontal, inclusive dobradiças e e ferrolio - Barração	COMP. 06	m²	6,00	483,48	2.900,88			
1.6	Execução de reservatório elevado de água, 1000 litros em canteiro de obra, apoiado em estrutura de madeira	COMP. 07	un	1,00	8.790,15	8.790,15			
1.7	Mobilização e desmobilização de equipamentos	COMP. 08	un	1,00	18.116,52	18.116,52			
1.8	Locação da obra com serviços topográficos p/ ponte	COMP. 08.1	m²	934,58	2,37	2.214,95			
2.0	INFRAESTRUTURA (SÓ PARA CARÁTER DE INFORMAÇÃO E RASTREABILIDADE)								
2.1	Escavação mecânica de vala em material de 2ª categoria	COMP. 09	m³	SERVIÇOS JÁ EXECUTADOS NO CONTRATO ANTERIOR	10,75				
2.2	Reaterro e compactação com soquete vibratório	COMP. 10	m³		23,37	-			
2.3	Formas de compensado plastificado 12 mm - uso geral - utilização de 2 vezes - confecção, instalação e retrada (Lastro/Sapatas)	COMP. 11	m²		132,67	-			
2.4	Concreto magro - confecção em betoneira e lançamento manual - areia e brita comerciais	COMP. 12	m³		657,14	-			
2.5	Concreto fck=25 MPa - confecção em betoneira e lançamento manual - areia e brita comerciais (Sapatas)	COMP. 13	m³		721,76	-			
3.0	SUPERESTRUTURA							358.061,70	
3.1	Formas de compensado plastificado 12 mm - uso geral - utilização de 2 vezes - confecção, instalação e retrada (Transversinas/Longarinas/Defensas/Lajes/Encontros)	COMP. 11	m²	578,75	132,67	76.782,76			
3.2	Armação em aço CA-50 - fornecimento, preparo e colocação	COMP. 14	kg	8.397,74	15,09	126.721,90			
3.3	Concreto fck=25 MPa - confecção em betoneira e lançamento manual - areia e brita comerciais (Tabuleiros/Vigas/Longarinas/Transversinas/Pilares/Encontros)	COMP. 13	m³	160,76	721,76	116.030,14			
3.4	Escoramento com pontalões D=15 cm - utilização de 1 vez - confecção, instalação e retrada	COMP. 15	m³	481,97	75,11	36.200,77			
3.5	Aparelho de apoio de neoprene fretado para estruturas moldadas no local - fornecimento e instalação	COMP. 16	dm³	10,08	188,53	1.900,38			
3.6	Dreno de PVC D=75 mm para OAE - fornecimento e instalação	COMP. 17	m	4,20	101,37	425,75			
4.0	TRANSPORTE DE MATERIAIS							46.251,73	
4.1	Transporte de brita com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia em revestimento primário	COMP. 18	t x km	17.193,10	1,24	21.319,44			
4.2	Transporte de areia com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia em revestimento primário	COMP. 18	t x km	14.375,64	1,24	17.825,79			
4.3	Transporte de aço e cimento com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia em revestimento primário	COMP. 18	t x km	5.731,05	1,24	7.106,50			
5.0	TERRAPLENAGEM - ACESSOS							318.807,11	
5.1	Regularização do subleito	COMP. 19	m²	691,38	1,63	1.126,95			
5.2	Limpeza mecânica de camada vegetal em área de jazida	COMP. 20	m²	1.877,62	0,97	1.821,29			
5.3	Expurgo de camada vegetal em jazida	COMP. 21	m³	375,52	5,68	2.132,95			
5.4	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria - DMT de 50 a 200 m - caminho de serviço em revestimento primário - com escavadeira e caminhão basculante de 14 m³	COMP. 22	m³	18.028,15	6,91	124.574,52			
5.5	Escavação e carga de material de jazida p/ aterro	COMP. 23	m³	938,81	1,96	1.840,07			
5.6	Transporte local de material de jazida DMT=30,00 km	COMP. 24	t x km	51.017,90	1,09	55.609,51			
5.7	Compactação de aterros a 100% do Proctor Normal	COMP. 25	m³	938,81	6,93	6.505,95			
5.8	Reparação de danos físicos ao meio ambiente	COMP. 26	m²	1.877,62	1,59	2.985,42			
5.9	Enrocamento de pedra armada manualmente - pedra de mão comercial - fornecimento e assentamento	COMP. 28	m³	307,10	397,95	122.210,45			
6.0	SERVIÇOS FINAIS							216,22	
6.1	Limpeza da ponte	COMP. 27	m	38,00	5,69	216,22			
7.0	SERVIÇOS AUXILIARES DE CONTROLE							49.435,72	
7.1	Inspeção técnica, cadastral, geométrica e topográfica da estrutura já executada	COMP. 29	und	1,00	4.947,63	4.947,63			
7.2	Preparo da superfície de concreto existente por escanificação/apicoamento e limpeza	COMP. 30	m²	12,24	41,90	512,86			
7.3	Tratamento de junta de concretagem/interface entre concreto existente e concreto novo, com ponte de aderência	COMP. 31	m²	12,24	35,55	435,13			
7.4	Tratamento das armaduras de espera existentes (limpeza, desoxidação e passivação)	COMP. 32	und	1,00	3.110,52	3.110,52			
7.5	Regularização e preparo das superfícies/berços para assentamento dos aparelhos de apoio	COMP. 33	m²	0,36	31,85	11,47			
7.6	Controle tecnológico do concreto a executar	COMP. 34	mês	4,00	8.486,40	33.945,60			
7.7	Avaliação do concreto já executado para recebimento estrutural da retomada	COMP. 35	und	1,00	6.472,51	6.472,51			
TOTAL GERAL (R\$)								933.792,83	



MENOS VANTAJOSO – NÃO UTILIZAR (COM DESONERAÇÃO)

OBRA: CONSTRUÇÃO DE PONTE LOCAL: BURITI DO MEIO - ZONA RURAL - BENEDITINOS/PI		FONTE DE CUSTOS: SINAPI: JANEIRO/2026 E SICRO - DNIT - JANEIRO/2026 LEIS SOCIAIS: TABELA SICRO - COM DESONERAÇÃO BDI = 27,91%			
PLANILHA RESUMO					
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR (R\$)	TOTAL (R\$)
2.0	CONSTRUÇÃO DE PONTE NA LOC. BURITI DO MEIO	un	1,00	942.134,47	942.134,47
TOTAL GERAL (R\$)					942.134,47



OBRA: CONSTRUÇÃO DE PONTE LOCAL: BURITI DO MBO - ZONA RURAL - BENEDITINOS/PI				FONTE DE CUSTOS: SINAPI: JANEIRO/2026 E SICRO - DNT - JANEIRO/2026 - SEINFRA- ORS LBS SOCIAIS: TABELA SICRO - COM DESONERAÇÃO BDI = 27,91%			
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA							
ÍTEM	DISCRIMINAÇÃO	REFERÊNCIA	UNID.	QUANT.	P. UNIT.	SUB-TOTAL	TOTAL
1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES						159.743,36
1.1	Administração local da obra	COMP. 01	un	1,00	96.103,78	96.103,78	
1.2	Aquisição e assentamento de Placa de obra 3,60x1,80 m	COMP. 02	m²	6,48	670,33	4.343,71	
1.3	Execução de abrigo provisório c/1 pavimento p/alojamento e depósito	COMP. 04	m²	16,00	1.458,33	23.333,24	
1.4	Execução de cerca com morões de madeira, 2 m de altura com arame farpado - Barração	COMP. 05	m	40,00	78,66	3.146,59	
1.5	Portão de ferro de abrir, quadro em tubo de aço galv.1 1/2", barra quadrada 1/2" na vertical e barra chata de 1 x 3/16" na horizontal, inclusive dobradiças e e ferrolho - Barração	COMP. 06	m²	6,00	491,43	2.948,58	
1.6	Execução de reservatório elevado de água, 1000 litros em canteiro de obra, apoiado em estrutura de madeira	COMP. 07	un	1,00	9.050,54	9.050,54	
1.7	Mobilização e desmobilização de equipamentos	COMP. 08	un	1,00	18.653,18	18.653,18	
1.8	Locação da obra com serviços topográficos p/ ponte	COMP. 08.1	m²	934,58	2,32	2.163,74	
2.0	INFRAESTRUTURA						-
2.1	Escavação mecânica de vala em material de 2ª categoria	COMP.09	m³	-	11,00	-	
2.2	Reaterro e compactação com soquete vibratório	COMP. 10	m³	-	23,13	-	
2.3	Formas de compensado plastificado 12 mm - uso geral - utilização de 2 vezes - confecção, instalação e retirada (Lastro/Sapatas)	COMP. 11	m²		134,47	-	
2.4	Concreto magro - confecção em betoneira e lançamento manual - areia e brita comerciais	COMP. 12	m³		672,79	-	
2.5	Concreto fck=25 MPa - confecção em betoneira e lançamento manual - areia e brita comerciais (Sapatas)	COMP. 13	m³		738,57	-	
3.0	SUPERESTRUTURA						363.560,09
3.1	Formas de compensado plastificado 12 mm - uso geral - utilização de 2 vezes - confecção, instalação e retirada (Transversinas/Longarinas/Defensas/Lajes/Encontros)	COMP. 11	m²	578,75	134,47	77.825,55	
3.2	Armação em aço CA-50 - fornecimento, preparo e colocação	COMP. 14	kg	8.397,74	15,22	127.824,52	
3.3	Concreto fck=25 MPa - confecção em betoneira e lançamento manual - areia e brita comerciais (Tabuleiros/Vigas/Longarinas/Transversinas/Pilares/Encontros)	COMP. 13	m³	160,76	738,57	118.731,73	
3.4	Escoramento com pontaletes D=15 cm - utilização de 1 vez - confecção, instalação e retirada	COMP. 15	m³	481,97	76,36	36.804,34	
3.5	Aparelho de apoio de neoprene fretado para estruturas moldadas no local - fornecimento e instalação	COMP. 16	dm³	10,08	192,33	1.938,64	
3.6	Dreno de PVC D=75 mm para OAE - fornecimento e instalação	COMP. 17	m	4,20	103,65	435,31	
4.0	TRANSPORTE DE MATERIAIS						44.013,76
4.1	Transporte de brita com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia em revestimento primário	COMP. 18	t x km	17.193,10	1,18	20.287,86	
4.2	Transporte de areia com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia em revestimento primário	COMP. 18	t x km	14.375,64	1,18	16.963,26	
4.3	Transporte de aço e cimento com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia em revestimento primário	COMP. 18	t x km	5.731,05	1,18	6.762,64	
5.0	TERRAPLENAGEM - ACESSOS						325.597,19
5.1	Regularização do subleito	COMP. 19	m²	691,38	1,68	1.158,48	
5.2	Limpeza mecânica de camada vegetal em área de jazida	COMP. 20	m²	1.877,62	1,00	1.873,30	
5.3	Expurgo de camada vegetal em jazida	COMP. 21	m³	375,52	5,83	2.190,30	
5.4	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria - DMT de 50 a 200 m - caminho de serviço em revestimento primário - com escavadeira e caminhão basculante de 14 m³	COMP. 22	m³	18.028,15	7,10	127.981,84	
5.5	Escavação e carga de material de jazida p/ aterro	COMP. 23	m³	938,81	2,01	1.885,32	
5.6	Transporte local de material de jazida DMT=30,00 km	COMP. 24	t x km	51.017,90	1,13	57.425,75	
5.7	Compactação de aterros a 100% do Proctor Normal	COMP. 25	m³	938,81	7,14	6.700,66	
5.8	Reparação de danos físicos ao meio ambiente	COMP. 26	m²	1.877,62	1,64	3.074,04	
5.9	Enrocamento de pedra arrumada manualmente - pedra de mão comercial - fornecimento e assentamento	COMP. 28	m³	307,10	401,52	123.307,50	
6.0	SERVIÇOS FINAIS						211,44
6.1	Limpeza da ponte	COMP. 27	m	38,00	5,56	211,44	
7.0	SERVIÇOS AUXILIARES DE CONTROLE						49.008,63
7.1	Inspeção técnica, cadastral, geométrica e topográfica da estrutura já executada	COMP. 29	und	1,00	4.839,50	4.839,50	
7.2	Preparo da superfície de concreto existente por escarificação/apicoamento e limpeza	COMP. 30	m²	12,24	41,51	508,04	
7.3	Tratamento de junta de concretagem/interface entre concreto existente e concreto novo, com ponte de aderência	COMP. 31	m²	12,24	35,80	438,22	
7.4	Tratamento das armaduras de espera existentes (limpeza, desoxidação e passivação)	COMP. 32	und	1,00	3.117,09	3.117,09	
7.5	Regularização e preparo das superfícies/berços para assentamento dos aparelhos de apoio	COMP. 33	m²	0,36	32,05	11,54	
7.6	Controle tecnológico do concreto a executar	COMP. 34	mês	4,00	8.403,23	33.612,91	
7.7	Avaliação do concreto já executado para recebimento estrutural da retomada	COMP. 35	und	1,00	6.481,33	6.481,33	
TOTAL GERAL (R\$)							942.134,47



BDI – SEM DESONERAÇÃO (ONERADO)

OBRA: CONSTRUÇÃO DE PONTE
LOCAL: BURITI DO MBO - ZONA RURAL - BENEDITINOS/PI

COMPOSIÇÃO DE BDI - BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS - SEM DESONERAÇÃO

FÓRMULA PARA CÁLCULO DA TAXA: $BDI = \{[(1+AC+SG+R) \times (1+DF) \times (1+L)] / (1-I)\} - 1$

TIPO DE OBRA: OBRAS RODOVIÁRIAS

CLASSIFICAÇÃO: CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS

CLASSE: 4211-1

FÓRMULA E PARÂMETROS ESTABELECIDOS PELO ACÓRDÃO 2622/2013 - TCU/PLENÁRIO E LEI Nº 13.161/2015

ITEM	DESCRIÇÃO	VALORES DE REFERÊNCIA (**)			VALOR ADOTADO
		1º QUARTIL	MÉDIO	3º QUARTIL	
AC	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	3,80%	4,01%	4,67%	4,60%
SG	SEGURO + GARANTIA	0,32%	0,40%	0,74%	0,70%
R	RISCO	0,50%	0,56%	0,97%	0,90%
DF	DESPESA FINANCEIRA	1,02%	1,11%	1,21%	1,20%
L	LUCRO	6,64%	7,30%	8,69%	8,60%
I	TRIBUTOS				6,05%
PIS	PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL				0,65%
COFINS	CONTRIBUIÇÃO P/ O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL				3,00%
ISS	IMPOSTO SOBRE SERVIÇO				2,40%
CPRB	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA				0,00%
	TAXA DE BDI	19,60%	20,97%	24,23%	24,23%



BDI – COM DESONERAÇÃO

OBRA: CONSTRUÇÃO DE PONTE
LOCAL: BURITI DO MEIO - ZONA RURAL - BENEDITINOS/PI

COMPOSIÇÃO DE BDI - BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS - COM DESONERAÇÃO

FÓRMULA PARA CÁLCULO DA TAXA: $BDI = \{[(1+AC+SG+R) \times (1+DF) \times (1+L)] / (1-I)\} - 1$

TIPO DE OB OBRAS RODOVIÁRIAS

CLASSIFICAÇÃO CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS

CLASSE: 4211-1

FÓRMULA E PARÂMETROS ESTABELECIDOS PELO ACÓRDÃO 2622/2013 - TCU/PLENÁRIO, LEI Nº 13.161/2015 E REGP

ITEM	DESCRIÇÃO	VALORES DE REFERÊNCIA (**)			VALOR ADOTADO
		1º QUARTIL	MÉDIO	3º QUARTIL	
AC	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	3,80%	4,01%	4,67%	4,60%
SG	SEGURO + GARANTIA	0,32%	0,40%	0,74%	0,70%
R	RISCO	0,50%	0,56%	0,97%	0,90%
DF	DESPESA FINANCEIRA	1,02%	1,11%	1,21%	1,20%
L	LUCRO	6,64%	7,30%	8,69%	8,60%
I	TRIBUTOS				8,75%
PIS	PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL				0,65%
COFINS	CONTRIBUIÇÃO P/ O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL				3,00%
ISS	IMPOSTO SOBRE SERVIÇO				2,40%
CPRB	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA				2,70%
	TAXA DE BDI	19,60%	20,97%	24,23%	27,91%



ANEXO 12.2 – Composições de Preços Unitários

OBRA: CONSTRUÇÃO DE PONTE					FONTE DE CUSTOS:					
LOCAL: BURITI DO MEIO - ZONA RURAL - BENEDITINOS/PI					SINAPI: JANEIRO/2026 E SICRO - DNT - JANEIRO/2026 - SEINFRA-CE-ORSE 01/26					
					LEIS SOCIAIS: TABELA SICRO - SEM DESONERAÇÃO					
					BDI = 24,23%					
COMPOSIÇÕES DE CUSTO UNITÁRIO										
Administração local da obra					COMP. 01	Fonte S/ REF.	Código S/C	Produção da equipe: 1,00		UNIDADE: un
Equipamento	Quant.	Unid.	Referência	Código	Utilização		Custo operacional		Custo horário	
					Produtiva	Improdutiva	Produtivo	Improdutivo		
Veículo leve picape média 4 x 4 com cabine dupla com capacidade de 1,10 t - 152,25 kW	1,0000	CH	SICRO	E9684	1,00	-	114,6711	56,8328	114,67	
							Custo horário dos equipamentos		114,67	
Mão-de-obra	Quant.	Unid.	Referência	Código			Salário hora		Custo horário	
Engenheiro Civil	1,000000	mês	SICRO	P9812			28.508,1257		28.508,13	
Encarregado de turma	1,000000	mês	SICRO	P9840			11.374,6887		11.374,69	
Chefe de Escritório	0,000000	mês	SICRO	P9804			5.113,3268		-	
Apontador	0,900000	mês	SICRO	P9804			5.113,3268		4.601,99	
Técnico em segurança do trabalho	1,000000	mês	SICRO	P9876			7.777,6723		7.777,67	
Motorista de veículo leve	1,000000	mês	SICRO	P9948			5.999,0562		5.999,06	
Vigia noturno	4,000000	mês	SICRO	P9827			5.176,5237		20.706,09	
Custo horário total da mão-de-obra c/ls							Custo horário da mão-de-obra		78.967,63	
							Custo horário de execução		79.082,30	
							Custo unitário de execução		79.082,30	
Material e/ou serviços	Quant.	Unid.	Referência	Código			Valor R\$		Custo unitário	
									-	
Custo unitário total dos materiais e/ou serviços s/bdi									-	
CUSTO UNITÁRIO DIRETO TOTAL									79.082,30	
B.D.I. = 24,23%									19.161,64	
PREÇO UNITÁRIO TOTAL									98.243,94	

Aquisição e assentamento de Placa da Obra em chapa de aço galvanizado (Adaptado)					COMP. 02	Fonte ORSE	Código 51	Produção da equipe: 1,00		UNIDADE: m²
Equipamento	Quant.	Unid.	Referência	Código	Utilização		Custo operacional		Custo horário	
					Produtiva	Improdutiva	Produtivo	Improdutivo		
							Custo horário dos equipamentos		-	
Mão-de-obra	Quant.	Unid.	Referência	Código				Salário hora	Custo horário	
Carpinteiro de formas	1,00	h	SICRO	P9808				27,9991	28,00	
Servente	2,00	h	SICRO	P9824				22,9828	45,97	
Custo horário total da mão-de-obra c/ls										
								Custo horário da mão-de-obra	73,97	
								Custo horário de execução	73,97	
								Custo unitário de execução	73,97	
Material e/ou serviços	Quant.	Unid.	Referência	Código				Valor R\$	Custo unitário	
Placa de obra em chapa galvanizada nº 22	1,00	m²	SINAPI	4813				400,00	400,00	
Peça de madeira de lei 1ª qualidade 2,5x7,5 cm	1,00	m	SINAPI	4417				5,44	5,44	
Peça de madeira 3ª qualidade 7,5x7,5 cm	4,00	m	SINAPI	4491				9,95	39,80	
Prego de aço polido com cabeça 18x30 (2 3/4 x 10)	0,15	kg	SINAPI	5075				20,34	3,05	
Concreto magro p/ lastro, traço 1:4,5:4,5 (cimento/areia média/brita 1) - preparo mecânico c/ betoneira 400 L	0,01	m³	SINAPI	94962				549,60	5,50	
Custo unitário total dos materiais e/ou serviços s/bdi									453,79	
CUSTO UNITÁRIO DIRETO TOTAL										527,76
B.D.I. = 24,23%										127,88
PREÇO UNITÁRIO TOTAL										655,64



Abrigo provisório c/1 pavimento p/alajamento e depósito				COMP. 04	Fonte SEINFRA-CE	Código C0002	Produção da equipe:		UNIDADE:
Equipamento	Quant.	Unid.	Referência	Código	Utilização		Custo operacional		Custo horário
					Produtiva	Improdutiva	Produtivo	Improdutivo	
Betoneira 600L	0,085	chp	SINAPI	89225	1,00		6,90		0,59
							Custo horário dos equipamentos		0,59
Mão-de-obra							Salário hora		Custo horário
Carpinteiro	12,0000	h	SICRO	P9808			27,9991		335,99
Pedreiro	0,3000	h	SICRO	P9821			27,8394		8,35
Servente	16,0000	h	SICRO	P9824			22,8928		366,28
Custo horário total da mão-de-obra c/ls							Custo horário da mão-de-obra		710,62
							Custo horário de execução		711,21
							Custo unitário de execução		711,21
Materiais e/ou serviços							Valor R\$		Custo unitário
Areia média	0,0805	m³	SICRO	M0028			92,1314		7,42
Cimento Portland composto CP II-32	26,18	kg	SICRO	M0424			0,9100		23,82
Pedra britada nº 1 (9,5 a 19 mm)	0,1045	m³	SICRO	M0191			181,2767		18,94
Chapa compensada Resinada 12mm	1,9000	m²	SICRO	M0447			39,2154		74,51
Cumeeira fibrocimento	0,2500	m	SINAPI	39640			13,62		3,41
Pontalete	4,9000	m	SINAPI	4491			9,95		48,76
Prego 15x15 (1.1/4" x 13)	0,2000	kg	SINAPI	20247			22,53		4,51
Prego 18x27 (2.1/2" x 10)	0,8000	kg	SINAPI	5061			20,00		16,00
Sarrafo 1" x 4"	3,0000	m	SINAPI	4512			2,41		7,23
Tabua de 1" de 3A - l=30cm	1,0800	m	SINAPI	6212			16,50		17,82
Telha fibrocimento	1,1900	m²	SINAPI	34458			166,52		198,16
viga de madeira 6 x 12 cm	0,8000	m	SINAPI	20213			19,32		15,46
tabua de virola 12" x 1"	4,0000	m²	SINAPI	6194			7,10		28,40
Custo unitário total dos materiais e/ou serviços s/bdi									464,44
CUSTO UNITÁRIO DIRETO TOTAL									1.175,65
B.D.I. = 24,23%									284,86
PREÇO UNITÁRIO TOTAL									1.460,51

Cerca com mourões de madeira, espaçamento de 2,5m, altura 2m, com 9 fios de arame farpado nº14 classe 250 - Fornecimento e instalação				COMP. 05	Fonte SINAPI	Código 101201 - adaptada	Produção da equipe:		UNIDADE:
Equipamento	Quant.	Unid.	Referência	Código	Utilização		Custo operacional		Custo horário
					Produtiva	Improdutiva	Produtivo	Improdutivo	
							Custo horário dos equipamentos		-
Mão-de-obra							Salário hora		Custo horário
Carpinteiro	0,6410	h	SICRO	P9808			27,9991		17,95
Ajudante	0,6410	h	SICRO	P9801			22,9064		14,68
Custo horário total da mão-de-obra c/ls							Custo horário da mão-de-obra		32,63
							Custo horário de execução		32,63
							Custo unitário de execução		32,63
Materiais e/ou serviços							Valor R\$		Custo unitário
Arame farpado galvanizado, 14 bwg (2,11 mm) calsee 250	8,0000	m	SINAPI	339			1,32		10,56
Caibro não aparelhado 7,5 x 7,5 cm	1,0000	m	SINAPI	4433			19,55		19,55
Grampo de aço 1" x 9	0,0192	kg	SINAPI	5076			20,55		0,39
Custo unitário total dos materiais e/ou serviços s/bdi									30,50
CUSTO UNITÁRIO DIRETO TOTAL									63,13
B.D.I. = 24,23%									15,30
PREÇO UNITÁRIO TOTAL									78,43

Portão de ferro de abrie, quadro em tubo de aço galv. 1 1/2", barra quadrada 1/2" na vertical e barra chata de 1 x 3/16" na horizontal				COMP. 06	Fonte ORSE	Código 9290	Produção da equipe:		UNIDADE:
Equipamento	Quant.	Unid.	Referência	Código	Utilização		Custo operacional		Custo horário
					Produtiva	Improdutiva	Produtivo	Improdutivo	
							Custo horário dos equipamentos		-
Mão-de-obra							Salário hora		Custo horário
Serralheiro	1,6000	h	SICRO	P9823			30,5555		48,89
Pedreiro	1,0000	h	SICRO	P9821			27,8394		27,84
Servente	1,0000	h	SICRO	P9824			22,8928		22,89
Custo horário total da mão-de-obra c/ls							Custo horário da mão-de-obra		99,62
							Custo horário de execução		99,62
							Custo unitário de execução		99,62
Materiais e/ou serviços							Valor R\$		Custo unitário
Tubo de aço galvanizado leva Ø48,3mm (1.1/2") e=2,65mm	3,1500	m	SINAPI	21012			51,01		160,68
Eletroduto revestido aws e7018, Ø4mm	0,4200	kg	SINAPI	10997			34,11		14,33
Barra quadrada de ferro 1/2"	7,0000	m	ORSE	261			13,34		93,38
Barra de ferro chata, retangular	1,5000	kg	SINAPI	546			9,00		13,50
Concreto simples fabricado na obra	0,0140	m³	ORSE	124			547,61		7,67
Custo unitário total dos materiais e/ou serviços s/bdi									289,56
CUSTO UNITÁRIO DIRETO TOTAL									389,18
B.D.I. = 24,23%									94,30
PREÇO UNITÁRIO TOTAL									483,48



Reservatório elevado de água (1000 litros) em canteiro de obra, apoiado em estrutura de madeira				COMP. 07	Fonte SINAPI	Código 93214	Produção da equipe: 1,00		UNIDADE: un
Equipamento	Quant.	Unid.	Referência	Código	Utilização		Custo operacional		Custo horário
					Produtiva	Improdutiva	Produtivo	Improdutivo	-
									-
									-
									-
Mão-de-obra	Quant.	Unid.	Referência	Código				Salário hora	Custo horário
									-
Custo horário total da mão-de-obra c/ls								Custo horário da mão-de-obra	-
								Custo horário de execução	-
								Custo unitário de execução	-
								Valor R\$	Custo unitário
Materiais e/ou serviços	Quant.	Unid.	Referência	Código					
Caixa d'água em polietileno 1000 litros, com tampa	1,00	un	SINAPI	34636				535,90	535,90
Joelho 90 graus, pvc, soldavel dn 25mm	3,00	un	SINAPI	89408				9,07	27,21
Kit de registro de gaveta bruto de latão 3/4"	1,00	un	SINAPI	89972				54,79	54,79
Tubo, pvc, soldavel dn 25mm	19,00	m	SINAPI	94648				6,88	130,72
Ité, pvc, soldavel dn 25mm	2,00	un	SINAPI	94688				6,99	13,98
adaptador com flange e anel de vedação, pvc, soldavel, dn 25mm x 3/4	1,00	un	SINAPI	94703				20,18	20,18
torneira de boia para caixa d'água, roscavel 3/4"	1,00	un	SINAPI	94796				44,51	44,51
estrutura de madeira provisória para suporte de caixa d'água elevada de 1000 litros	1,00	un	SINAPI	98461				6.248,42	6.248,42
Custo unitário total dos materiais e/ou serviços s/bdi									7.075,71
CUSTO UNITÁRIO DIRETO TOTAL									7.075,71
B.D.I. = 24,23%									1.714,44
PREÇO UNITÁRIO TOTAL									8.790,15

Locação da obra com serviços topográficos (adaptado)				COMP. 08.1	Fonte ORSE	Código 02605	Produção da equipe: 1,00		UNIDADE: m²
Equipamento	Quant.	Unid.	Referência	Código	Utilização		Custo operacional		Custo horário
					Produtiva	Improdutiva	Produtivo	Improdutivo	-
									-
									-
									-
Mão-de-obra	Quant.	Unid.	Referência	Código				Salário hora	Custo horário
									-
Auxiliar de topógrafo	0,000160	mês	SICRO	P9950				6.037,4081	0,97
Topógrafo	0,000100	mês	SICRO	P9949				9.310,7757	0,93
Custo horário total da mão-de-obra c/ls								Custo horário da mão-de-obra	1,90
								Custo horário de execução	1,90
								Custo unitário de execução	1,90
								Valor R\$	Custo unitário
Materiais e/ou serviços	Quant.	Unid.	Referência	Código					
Sarrafo em madeira de terceira de 2,5 x 5 cm	0,002886	m	SICRO	M1358				2,6225	0,01
Custo unitário total dos materiais e/ou serviços s/bdi									0,01
CUSTO UNITÁRIO DIRETO TOTAL									1,91
B.D.I. = 24,23%									0,46
PREÇO UNITÁRIO TOTAL									2,37

Escavação mecânica de vala em material de 2ª categoria				COMP. 09	Fonte DNIT-SICRO	Código 4805762	Produção da equipe: 20,80		UNIDADE: m³
Equipamento	Quant.	Unid.	Referência	Código	Utilização		Custo operacional		Custo horário
					Produtiva	Improdutiva	Produtivo	Improdutivo	-
									-
									-
									-
									-
Mão-de-obra	Quant.	Unid.	Referência	Código				Salário hora	Custo horário
									-
Senente	1,00	h	SICRO	P9824				22,8928	22,89
Custo horário total da mão-de-obra c/ls								Custo horário da mão-de-obra	22,89
								Custo horário de execução	175,98
								Custo unitário de execução	8,60
								Fator de influência de chuvas	0,00576
								Valor R\$	Custo unitário
Materiais e/ou serviços	Quant.	Unid.	Referência	Código					
Custo unitário total dos materiais e/ou serviços s/bdi									-
CUSTO UNITÁRIO DIRETO TOTAL									8,65
B.D.I. = 24,23%									2,10
PREÇO UNITÁRIO TOTAL									10,75



Reaterro e compactação com soquete vibratório					COMP. 10	Fonte	Código	Produção da equipe:		UNIDADE:	
						DNIT-SICRO	4815671	3,11250		m³	
						Utilização		Custo operacional			
Equipamento	Quant.	Unid.	Referência		Código	Produtiva	Improdutiva	Produtivo	Improdutivo	Custo horário	
Compactador manual com soquete vibratório - 4,10 kW	1,00	CH	SICRO	E9647		1,00	-	12,7655	2,8220	12,77	
								Custo horário dos equipamentos		12,77	
Mão-de-obra	Quant.	Unid.	Referência	Código						Salário hora	Custo horário
Servente	2,00	h	SICRO	P9824						22,8928	45,79
									Custo horário da mão-de-obra		45,79
									Custo horário de execução		58,56
									Custo unitário de execução		18,81
								Fator de influência de chuvas		-	-
Materiais e/ou serviços	Quant.	Unid.	Referência	Código						Valor R\$	Custo unitário
											-
Custo unitário total dos materiais e/ou serviços s/bdi											-
											-
CUSTO UNITÁRIO DIRETO TOTAL											18,81
B.D.I. = 24,23%											4,56
PREÇO UNITÁRIO TOTAL											23,37

Formas de compensado plastificado 12 mm - uso geral - utilização de 2 vezes - confecção, instalação e retirada					COMP. 11	Fonte DNIT-SICRO	Código 3108012	Produção da equipe: 1,00		UNIDADE: m²
Equipamento	Quant.	Unid.	Referência	Código	Utilização		Custo operacional		Custo horário	
					Produtiva	Improdutiva	Produtivo	Improdutivo		
Grupo gerador - 13/14 kVA	0,06024	CH	SICRO	E9066	1,00	-	20,5255	5,9381	1,24	
Serra circular com bancada - D= 30 cm - 4 kW	0,06024	CH	SICRO	E9535	1,00	-	28,8771	28,4819	1,74	
							Custo horário dos equipamentos		2,98	
Mão-de-obra	Quant.	Unid.	Referência	Código				Salário hora	Custo horário	
Ajudante de carpinteiro	0,65	h	SICRO	P9801				22,9064	14,89	
Carpinteiro	0,65	h	SICRO	P9808				27,9991	18,20	
Custo horário total da mão-de-obra c/s								Custo horário da mão-de-obra	33,09	
								Custo horário de execução	36,07	
								Custo unitário de execução	36,07	
							Fator de influência de chuvas	-	-	
Materiais e/ou serviços	Quant.	Unid.	Referência	Código				Valor R\$	Custo unitário	
Caibro de pinho de 7,5 x 7,5 cm	0,64167	m	SICRO	M0284				17,7581	11,39	
Compensado resinado de 12 mm	0,57750	m²	SICRO	M0443				49,8694	28,80	
Desmoldante para formas	0,01053	l	SICRO	M0560				12,3967	0,13	
Peça de madeira de 2,5 x 7,5 cm	0,28438	m	SICRO	M0310				6,2500	1,78	
Prego de ferro	0,20395	kg	SICRO	M1205				15,4058	3,14	
Tábua de 2,5 x 10 cm	2,98538	m	SICRO	M0290				5,2449	15,66	
Tábua de 2,5 x 30 cm	0,51333	m	SICRO	M0286				17,6100	9,04	
Custo unitário total dos materiais e/ou serviços s/bdi									69,94	
Tempo fixo	Quant.	Unid.	Referência	Código				Valor R\$	Custo unitário	
Caibro de pinho de 7,5 x 7,5 cm - Caminhão carroceria 15 t	0,00361	t	SICRO	5914655				34,2200	0,12	
Compensado resinado de 12 mm - Caminhão carroceria 15 t	0,00693	t	SICRO	5914655				34,2200	0,24	
Desmoldante para formas - Caminhão carroceria 15 t	0,00001	t	SICRO	5914655				34,2200	-	
Peça de madeira de 2,5 x 7,5 cm - Caminhão carroceria 15 t	0,00053	t	SICRO	5914655				34,2200	0,02	
Prego de ferro - Caminhão carroceria 15 t	0,00020	t	SICRO	5914655				34,2200	0,01	
Tábua de 2,5 x 10 cm - Caminhão carroceria 15 t	0,00746	t	SICRO	5914655				34,2200	0,26	
Tábua de 2,5 x 30 cm - Caminhão carroceria 15 t	0,00385	t	SICRO	5914655				34,2200	0,13	
Custo unitário total do tempo fixo s/bdi									0,78	
CUSTO UNITÁRIO DIRETO TOTAL									106,79	
B.D.I. = 24,23%									25,88	
PREÇO UNITÁRIO TOTAL									132,67	



Armação em aço CA-50 - fornecimento, preparo e colocação					COMP. 14	Fonte DNIT-SICRO	Código 407819	Produção da equipe: 1,00		UNIDADE: kg
Equipamento	Quant.	Unid.	Referência	Código	Utilização		Custo operacional		Custo horário	
					Produtiva	Improdutiva	Produtivo	Improdutivo		
Grupo gerador - 13/14 kVA		CH	SICRO	E9066	-	1,00	20,5255	5,9381	-	
Serra circular com bancada - D = 30 cm - 4 kW		CH	SICRO	E9535	-	1,00	28,8771	28,4819	-	
Custo horário dos equipamentos									-	
Mão-de-obra	Quant.	Unid.	Referência	Código					Salário hora	Custo horário
Ajudante	0,09	h	SICRO	P9801					22,9064	2,06
Armador	0,09	h	SICRO	P9805					32,8589	2,96
Custo horário total da mão-de-obra c/s									Custo horário da mão-de-obra	5,02
									Custo horário de execução	5,02
									Custo unitário de execução	5,02
									Fator de influência de chuvas	-
Materiais e/ou serviços	Quant.	Unid.	Referência	Código					Valor R\$	Custo unitário
Aço CA 50	1,100	kg	SICRO	M0004					6,2940	6,92
Arame liso recozido em aço-carbono - D = 1,24 mm (18 BWG)	0,0150	kg	SICRO	M0075					11,0034	0,17
Custo unitário total dos materiais e/ou serviços s/bdi										7,09
Tempo fixo	Quant.	Unid.	Referência	Código					Valor R\$	Custo unitário
Aço CA 50 - Caminhão carroceria 15 t	0,00110	t	SICRO	5914655					34,2200	0,036
Arame liso recozido em aço-carbono - D = 1,24 mm (18 BWG) - Caminhão carroceria 15 t	0,00002	t	SICRO	5914655					34,2200	0,0007
Custo unitário total do tempo fixo s/bdi										0,037
CUSTO UNITÁRIO DIRETO TOTAL										12,15
B.D.I. = 24,23%										2,94
PREÇO UNITÁRIO TOTAL										15,09

Escoramento com pontaletes D = 15 cm - utilização de 1 vez - confecção, instalação e retirada					COMP. 15	Fonte DNIT-SICRO	Código 2108169	Produção da equipe: 1,00		UNIDADE: m³
Equipamento	Quant.	Unid.	Referência	Código	Utilização		Custo operacional		Custo horário	
					Produtiva	Improdutiva	Produtivo	Improdutivo		
Grupo gerador - 13/14 kVA	0,15060	CH	SICRO	E9066	1,00	-	20,5255	5,9381	3,09	
Serra circular com bancada - D = 30 cm - 4 kW	0,15060	CH	SICRO	E9535	1,00	-	28,8771	28,4819	4,35	
Custo horário dos equipamentos								-	7,44	
Mão-de-obra	Quant.	Unid.	Referência	Código	Salário hora				Custo horário	
Ajudante	0,29990	h	SICRO	P9801	22,9064				6,87	
Carpinteiro	0,30000	h	SICRO	P9808	27,9991				8,40	
Custo horário total da mão-de-obra c/s								Custo horário da mão-de-obra	15,27	
								Custo horário de execução	22,71	
								Custo unitário de execução	22,71	
								Fator de influência de chuvas	-	
Materiais e/ou serviços	Quant.	Unid.	Referência	Código	Valor R\$				Custo unitário	
Caibro de pinho - L = 7,5 cm e E = 10,0 cm	0,27500	m	SICRO	M0068	27,3808				7,53	
Pontalete para escoramento - D = 15 cm	1,03812	m	SICRO	M0285	6,9078				7,17	
Prego de ferro	0,07266	kg	SICRO	M1205	15,4058				1,12	
Tábua - E = 2,5 cm e L = 15 cm	2,52175	m	SICRO	M0289	7,7083				19,44	
Tábua - E = 2,5 cm e L = 30 cm	0,08250	m	SICRO	M0286	17,6100				1,45	
Custo unitário total dos materiais e/ou serviços s/bdi								-	36,71	
Tempo fixo	Quant.	Unid.	Referência	Código	Valor R\$				Custo unitário	
Caibro de pinho - L = 7,5 cm e E = 10,0 cm - Caminhão carroceria 15 t	0,00206	t	SICRO	5914655	34,2200				0,07	
Pontalete para escoramento - D = 15 cm - Caminhão carroceria 15 t	0,01835	t	SICRO	5914655	34,2200				0,63	
Prego de ferro - Caminhão carroceria 15 t	0,00007	t	SICRO	5914655	34,2200				0,002	
Tábua - E = 2,5 cm e L = 15 cm - Caminhão carroceria 15 t	0,00946	t	SICRO	5914655	34,2200				0,32	
Tábua - E = 2,5 cm e L = 30 cm - Caminhão carroceria 15 t	0,00062	t	SICRO	5914655	34,2200				0,02	
Custo unitário total do tempo fixo s/bdi								-	1,04	
CUSTO UNITÁRIO DIRETO TOTAL										60,46
B.D.I. = 24,23%										14,65
PREÇO UNITÁRIO TOTAL										75,11



Aparelho de apoio de neoprene fretado para estruturas moldadas no local - fornecimento e instalação				COMP. 16	Fonte DNIT-SICRO	Código 307731	Produção da equipe: 2,00		UNIDADE: dm³
Equipamento	Quant.	Unid.	Referência	Código	Utilização		Custo operacional		Custo horário
					Produtiva	Improdutiva	Produtivo	Improdutivo	
						1,00			-
							Custo horário dos equipamentos		-
Mão-de-obra	Quant.	Unid.	Referência	Código			Salário hora		Custo horário
Pedreiro	2,001	h	SICRO	P9821			27,8394		55,71
Custo horário total da mão-de-obra c/s							Custo horário da mão-de-obra		55,71
							Custo horário de execução		55,71
							Custo unitário de execução		27,86
							Fator de influência de chuvas		-
Materiais e/ou serviços	Quant.	Unid.	Referência	Código			Valor R\$		Custo unitário
Apoio de neoprene fretado	1,00	dm³	SICRO	M0798			121,8004		121,80
Placa de poliestireno expandido (EPS)	0,00627	m³	SICRO	M0786			318,0000		1,99
Custo unitário total dos materiais e/ou serviços s/bdi									123,79
Tempo fixo	Quant.	Unid.	Referência	Código			Valor R\$		Custo unitário
Apoio de neoprene fretado - Caminhão carroceria 15 t	0,00320	t	SICRO	5914655			34,2200		0,11
Placa de poliestireno expandido (EPS) - Caminhão carroceria 15 t	0,00007	t	SICRO	5914655			34,2200		-
Custo unitário total do tempo fixo s/bdi									0,11
CUSTO UNITÁRIO DIRETO TOTAL									151,76
B.D.I. = 24,23%									36,77
PREÇO UNITÁRIO TOTAL									188,53

Dreno de PVC D = 75 mm para OAE - fornecimento e instalação				COMP. 17	Fonte DNIT-SICRO	Código 2006408	Produção da equipe: 2,00		UNIDADE: m
Equipamento	Quant.	Unid.	Referência	Código	Utilização		Custo operacional		Custo horário
					Produtiva	Improdutiva	Produtivo	Improdutivo	
						1,00			-
							Custo horário dos equipamentos		-
Mão-de-obra	Quant.	Unid.	Referência	Código			Salário hora		Custo horário
Servente	0,9990	h	SICRO	P9824			22,8928		22,87
Custo horário total da mão-de-obra c/s							Custo horário da mão-de-obra		22,87
							Custo horário de execução		22,87
							Custo unitário de execução		11,44
							Fator de influência de chuvas		-
Materiais e/ou serviços	Quant.	Unid.	Referência	Código			Valor R\$		Custo unitário
Tubo de PVC rosqueável para água fria - D = 75 mm (3")	1,00	m	SICRO	M1472			70,1280		70,13
Custo unitário total dos materiais e/ou serviços s/bdi									70,13
Tempo fixo	Quant.	Unid.	Referência	Código			Valor R\$		Custo unitário
Tubo de PVC rosqueável para água fria - D = 75 mm (3") - Caminhão carroceria 15 t	0,00091	t	SICRO	5914655			34,2200		0,03
Custo unitário total do tempo fixo s/bdi									0,03
CUSTO UNITÁRIO DIRETO TOTAL									81,60
B.D.I. = 24,23%									19,77
PREÇO UNITÁRIO TOTAL									101,37

Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia em revestimento primário				COMP. 18	Fonte DNIT-SICRO	Código 5914374	Produção da equipe: 311,25		UNIDADE: t x km
Equipamento	Quant.	Unid.	Referência	Código	Utilização		Custo operacional		Custo horário
					Produtiva	Improdutiva	Produtivo	Improdutivo	
Caminhão basculante com capacidade de 10 m³ - 188 kW	1,00	CH	SICRO	E9579		1,00	309,4456	90,6604	309,45
							Custo horário dos equipamentos		309,45
Mão-de-obra	Quant.	Unid.	Referência	Código			Salário hora		Custo horário
									-
Custo horário total da mão-de-obra c/s							Custo horário da mão-de-obra		-
							Custo horário de execução		309,45
							Custo unitário de execução		0,99
							Fator de influência de chuvas		0,01
Materiais e/ou serviços	Quant.	Unid.	Referência	Código			Valor R\$		Custo unitário
									-
Custo unitário total dos materiais e/ou serviços s/bdi									-
CUSTO UNITÁRIO DIRETO TOTAL									1,00
B.D.I. = 24,23%									0,24
PREÇO UNITÁRIO TOTAL									1,24



Regularização do subleito				COMP. 19	Fonte DNIT-SICRO	Código 4011209	Produção da equipe: 1.121,33		UNIDADE: m²
Equipamento	Quant.	Unid.	Referência	Código	Utilização		Custo operacional		Custo horário
					Produtiva	Improdutiva	Produtivo	Improdutivo	
Caminhão tanque com capacidade de 10.000 l - 188 kW	2,00	CH	SICRO	E9571	0,51	0,49	356,2940	96,3901	457,88
Grade de 24 discos rebocável de 24"	1,00	CH	SICRO	E9518	0,69	0,31	5,0754	3,5344	4,60
Motoniveladora - 93 kW	1,00	CH	SICRO	E9524	0,71	0,29	342,5813	150,2593	286,81
Rolo compactador de pneus autopropelido de 27 t - 85 kW	1,00	CH	SICRO	E9762	0,96	0,04	307,7792	151,0108	301,51
Rolo compactador pé de carneiro vibratório autopropelido de 11,6 t - 82 kW	1,00	CH	SICRO	E9685	1,00	-	237,0739	107,5357	237,07
Trator agrícola - 77 kW	1,00	CH	SICRO	E9577	0,69	0,31	176,1219	70,3142	143,32
							Custo horário dos equipamentos		1.431,19
Mão-de-obra				Quant.	Unid.	Referência	Código	Salário hora	Custo horário
Servente	0,70	h	SICRO	P9824				22,8928	16,02
Custo horário total da mão-de-obra c/s							Custo horário da mão-de-obra		16,02
							Custo horário de execução		1.447,21
							Custo unitário de execução		1,29
							Fator de influência de chuvas		0,01728
Materiais e/ou serviços							Valor R\$		Custo unitário
									-
Custo unitário total dos materiais e/ou serviços s/bdi									-
CUSTO UNITÁRIO DIRETO TOTAL									1,31
B.D.I. = 24,23%									0,32
PREÇO UNITÁRIO TOTAL									1,63

Limpeza mecânica de camada vegetal				COMP. 20	Fonte DNIT-SICRO	Código 5502985	Produção da equipe: 622,95		UNIDADE: m²
Equipamento	Quant.	Unid.	Referência	Código	Utilização		Custo operacional		Custo horário
					Produtiva	Improdutiva	Produtivo	Improdutivo	
Trator de esteiras com lâmina - 112 kW	1,00	CP	SICRO	E9540	1,00	-	456,8330	188,1164	456,83
							Custo horário dos equipamentos		456,83
Mão-de-obra				Quant.	Unid.	Referência	Código	Salário hora	Custo horário
Servente	1,00	h	SICRO	P9824				22,8928	22,89
Custo horário total da mão-de-obra c/s							Custo horário da mão-de-obra		22,89
							Custo horário de execução		479,72
							Custo unitário de execução		0,77
							Fator de influência de chuvas		0,01728
Materiais e/ou serviços							Valor R\$		Custo unitário
									-
Custo unitário total dos materiais e/ou serviços s/bdi									-
CUSTO UNITÁRIO DIRETO TOTAL									0,78
B.D.I. = 24,23%									0,19
PREÇO UNITÁRIO TOTAL									0,97

Expurgo de jazida				COMP. 21	Fonte DNIT-SICRO	Código 5502986	Produção da equipe: 110,13		UNIDADE: m³
Equipamento	Quant.	Unid.	Referência	Código	Utilização		Custo operacional		Custo horário
					Produtiva	Improdutiva	Produtivo	Improdutivo	
Trator de esteiras com lâmina - 112 kW	1,00	CP	SICRO	E9540	1,00	-	456,8330	188,1164	456,83
							Custo horário dos equipamentos		456,83
Mão-de-obra				Quant.	Unid.	Referência	Código	Salário hora	Custo horário
Servente	1,00	h	SICRO	P9824				22,8928	22,89
Custo horário total da mão-de-obra c/s							Custo horário da mão-de-obra		22,89
							Custo horário de execução		479,72
							Custo unitário de execução		4,36
							Fator de influência de chuvas		0,01728
Materiais e/ou serviços							Valor R\$		Custo unitário
									-
Custo unitário total dos materiais e/ou serviços s/bdi									-
CUSTO UNITÁRIO DIRETO TOTAL									4,57
B.D.I. = 24,23%									1,11
PREÇO UNITÁRIO TOTAL									5,68



Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria - DMT de 50 a 200 m - caminho de serviço em revestimento primário - com escavadeira e caminhão basculante de 14 m³					COMP. 22	Fonte DNIT-SICRO	Código 5502135	Produção da equipe: 230,19		UNIDADE: m³
Equipamento	Quant.	Unid.	Referência	Código		Utilização		Custo operacional		Custo horário
						Produtiva	Improdutiva	Produtivo	Improdutivo	
Caminhão basculante com capacidade de 14 m³ - 188 kW	3,00	CP	SICRO	E9667		0,91	0,09	321,0278	96,4771	902,45
Escavadeira hidráulica sobre esteira com caçamba com capacidade de 1,5 m³ - 110 kW	1,00	CP	SICRO	E9515		1,00	-	333,5217	153,6948	333,52
Custo horário dos equipamentos										1.235,97
Mão-de-obra										
Servente	0,97	h	SICRO	P9824					22,8928	22,21
Custo horário total da mão-de-obra c/s										22,21
Custo horário de execução										1.258,18
Custo unitário de execução										5,47
Fator de influência de chuvas								0,01728		0,09
Materiais e/ou serviços								Valor R\$		Custo unitário
Custo unitário total dos materiais e/ou serviços s/bdi										-
Custo unitário total dos materiais e/ou serviços s/bdi										-
CUSTO UNITÁRIO DIRETO TOTAL										5,56
B.D.I. = 24,23%										1,35
PREÇO UNITÁRIO TOTAL										6,91

Escavação e carga de material de jazida com escavadeira hidráulica					COMP. 23	Fonte DNIT-SICRO	Código 4016096	Produção da equipe: 230,19		UNIDADE: m³
Equipamento	Quant.	Unid.	Referência	Código		Utilização		Custo operacional		Custo horário
						Produtiva	Improdutiva	Produtivo	Improdutivo	
Escavadeira hidráulica sobre esteira com caçamba com capacidade de 1,5 m³ - 110 kW	1,00	CP	SICRO	E9515		1,00	-	333,5217	153,6948	333,52
Custo horário dos equipamentos										333,52
Mão-de-obra										
Servente	1,00	h	SICRO	P9824					22,8928	22,89
Custo horário total da mão-de-obra c/s										22,89
Custo horário de execução										356,41
Custo unitário de execução										1,55
Fator de influência de chuvas								0,01728		0,03
Materiais e/ou serviços								Valor R\$		Custo unitário
Custo unitário total dos materiais e/ou serviços s/bdi										-
Custo unitário total dos materiais e/ou serviços s/bdi										-
CUSTO UNITÁRIO DIRETO TOTAL										1,58
B.D.I. = 24,23%										0,38
PREÇO UNITÁRIO TOTAL										1,96

Transporte com caminhão basculante de 6 m³ - rodovia pavimentada					COMP. 24	Fonte DNIT-SICRO	Código 5914344	Produção da equipe: 224,10		UNIDADE: t x km
Equipamento	Quant.	Unid.	Referência	Código		Utilização		Custo operacional		Custo horário
						Produtiva	Improdutiva	Produtivo	Improdutivo	
Caminhão basculante com capacidade de 6 m³ - 136 kW	1,00	CH	SICRO	E9506		1,00	-	196,4324	76,5151	196,43
Custo horário dos equipamentos										196,43
Mão-de-obra										
Custo horário total da mão-de-obra c/s										-
Custo horário de execução										196,43
Custo unitário de execução										0,88
Fator de influência de chuvas								-		-
Materiais e/ou serviços								Valor R\$		Custo unitário
Custo unitário total dos materiais e/ou serviços s/bdi										-
Custo unitário total dos materiais e/ou serviços s/bdi										-
CUSTO UNITÁRIO DIRETO TOTAL										0,88
B.D.I. = 24,23%										0,21
PREÇO UNITÁRIO TOTAL										1,09



COMPACTAÇÃO DE ATERROS A 100% PROCTOR NORMAL					COMP. 25	Fonte DNIT-SICRO	Código 5502978	Produção da equipe: 168,20		UNIDADE: m³
Equipamento	Quant.	Unid.	Referência	Código	Utilização		Custo operacional		Custo horário	
					Produtiva	Improdutiva	Produtivo	Improdutivo		
Caminhão tanque com capacidade de 10.000 l - 188 kW	1,00	CH	SICRO	E9571	0,90	0,10	356,2940	96,3901		330,30
Grade de 24 discos rebocável de 24"	1,00	CH	SICRO	E9518	0,52	0,48	5,0754	3,5344		4,34
Motoniveladora - 93 kW	1,00	CH	SICRO	E9524	0,29	0,71	342,5813	150,2593		206,03
Rolo compactador pé de carneiro vibratório autopropelido de 11,6 t	1,00	CH	SICRO	E9685	1,00	-	237,0739	107,5357		237,07
Trator agrícola - 77 kW	1,00	CH	SICRO	E9577	0,52	0,48	176,1219	70,3142		125,33
							Custo horário dos equipamentos		903,07	
Mão-de-obra							Salário hora		Custo horário	
Servente	0,99	h	SICRO	P9824			22,8928		22,66	
Custo horário total da mão-de-obra c/s							Custo horário da mão-de-obra		22,66	
							Custo horário de execução		925,73	
							Custo unitário de execução		5,50	
Materiais e/ou serviços							Fator de influência de chuvas		0,01728	
							Valor R\$		Custo unitário	
Custo unitário total dos materiais e/ou serviços s/bdi									-	
CUSTO UNITÁRIO DIRETO TOTAL									5,58	
B.D.I. = 24,23%									1,35	
PREÇO UNITÁRIO TOTAL									6,93	

REPARAÇÃO DE DANOS FÍSICOS AO MEIO AMBIENTE					COMP. 26	Fonte S/ REF.	Código S/ COD.	Produção da equipe: 60,00		UNIDADE: m²
Equipamento	Quant.	Unid.	Referência	Código	Utilização		Custo operacional		Custo horário	
					Produtiva	Improdutiva	Produtivo	Improdutivo		
Trator de esteiras com lâmina - 112 kW	0,23	CP	SICRO	E9540	0,50	0,50	456,8330	188,1164		74,17
							Custo horário dos equipamentos		74,17	
Mão-de-obra							Salário hora		Custo horário	
Servente	0,08	h	SICRO	P9824			22,8928		1,83	
Custo horário total da mão-de-obra c/s							Custo horário da mão-de-obra		1,83	
							Custo horário de execução		76,00	
							Custo unitário de execução		1,27	
Materiais e/ou serviços							Fator de influência de chuvas		0,01728	
							Valor R\$		Custo unitário	
Custo unitário total dos materiais e/ou serviços s/bdi									-	
CUSTO UNITÁRIO DIRETO TOTAL									1,28	
B.D.I. = 24,23%									0,31	
PREÇO UNITÁRIO TOTAL									1,59	

LIMPEZA DE PONTE					COMP. 27	Fonte DNIT-SICRO	Código 4915672	Produção da equipe: 20,00		UNIDADE: m
Equipamento	Quant.	Unid.	Referência	Código	Utilização		Custo operacional		Custo horário	
					Produtiva	Improdutiva	Produtivo	Improdutivo		
					1,00	-				-
							Custo horário dos equipamentos		-	
Mão-de-obra							Salário hora		Custo horário	
Servente	4,00	h	SICRO	P9824			22,8928		91,57	
Custo horário total da mão-de-obra c/s							Custo horário da mão-de-obra		91,57	
							Custo horário de execução		91,57	
							Custo unitário de execução		4,58	
Materiais e/ou serviços							Fator de influência de chuvas		-	
							Valor R\$		Custo unitário	
Custo unitário total dos materiais e/ou serviços s/bdi									-	
CUSTO UNITÁRIO DIRETO TOTAL									4,58	
B.D.I. = 24,23%									1,11	
PREÇO UNITÁRIO TOTAL									5,69	



Enrocamento de pedra arrumada manualmente - pedra de mão comercial - fornecimento e assentamento					COMP. 28	Fonte DNIT-SICRO	Código 1505879	Produção da equipe: 2,00		UNIDADE: m³
Equipamento	Quant.	Unid.	Referência	Código	Utilização		Custo operacional		Custo horário	
					Produtiva	Improdutiva	Produtivo	Improdutivo		
								Custo horário dos equipamentos	-	
Mão-de-obra	Quant.	Unid.	Referência	Código				Salário hora	Custo horário	
Pedreiro	0,999	h	SICRO	P9821				27,8394	27,81	
Servente	10,00	h	SICRO	P9824				22,8928	228,93	
Custo horário total da mão-de-obra c/s								Custo horário da mão-de-obra	256,74	
								Custo horário de execução	256,74	
								Custo unitário de execução	128,37	
								Fator de influência de chuvas	-	
								Valor R\$	Custo unitário	
Materiais e/ou serviços	Quant.	Unid.	Referência	Código						
Pedra de mão	1,20	m³	SICRO	M1097				157,3795	188,86	
Custo unitário total dos materiais e/ou serviços s/bdi									188,86	
Tempo fixo	Quant.	Unid.	Referência	Código				Valor R\$	Custo unitário	
Pedra de mão ou rachão - Caminhão basculante 10 m³	1,80	t	SICRO	5914647				1,7200	3,10	
Custo unitário total do tempo fixo s/bdi									3,10	
CUSTO UNITÁRIO DIRETO TOTAL									320,33	
B.D.I. = 24,23%									77,62	
PREÇO UNITÁRIO TOTAL									397,95	

Inspeção técnica, cadastral, geométrica e topográfica da estrutura já executada					COMP. 29	Fonte	Código	Produção da equipe: 1,00		UNIDADE: und
Equipamento	Quant.	Unid.	Referência	Código	Utilização		Custo operacional		Custo horário	
					Produtiva	Improdutiva	Produtivo	Improdutivo		
Estação total	16,00	h	SICRO	E9553	1,00			8,58		137,24
Veículo leve picape média 4 x 4 com cabine dupla com capacidade de 1,10 t - 152,25 kW	16,00	h	SICRO	E9684	1,00			114,67		1.834,74
Custo horário dos equipamentos										1.971,98
Mão-de-obra	Quant.	Unid.	Referência	Código				Salário hora		Custo horário
Engenheiro Civil	16,000	h	SICRO	P9888				154,4821		2.471,71
Topógrafo	16,000	h	SICRO	P9981				50,3175		805,08
Auxiliar de Topografia	16,000	h	SICRO	P9828				32,6692		522,71
Servente	8,00	h	SICRO	P9824				22,8928		183,14
Custo horário total da mão-de-obra c/s										3.982,64
Custo horário de execução										3.982,64
Custo unitário de execução										3.982,64
Fator de influência de chuvas										-
Materiais e/ou serviços	Quant.	Unid.	Referência	Código				Valor R\$		Custo unitário
		m³								-
Custo unitário total dos materiais e/ou serviços s/bdi										-
Tempo fixo	Quant.	Unid.	Referência	Código				Valor R\$		Custo unitário
	-	t						-		-
Custo unitário total do tempo fixo s/bdi										-
CUSTO UNITÁRIO DIRETO TOTAL										3.982,64
B.D.I. = 24,23%										964,99
PREÇO UNITÁRIO TOTAL										4.947,63

Preparo da superfície de concreto existente por escarificação/apicoamento e limpeza (m²)					COMP. 30	Fonte	Código	Produção da equipe: 1,00		UNIDADE: m²
Equipamento	Quant.	Unid.	Referência	Código	Utilização		Custo operacional		Custo horário	
					Produtiva	Improdutiva	Produtivo	Improdutivo		
Martelete perfurador/rompedor elétrico - 1,50 kW	0,20	h	SICRO	E9675	1,00		2,25		0,45	
Escova rotativa com cerdas de aço para tratamento de superfície - 0,91 kW	0,20	h	SICRO	E9262	1,00		32,68		6,54	
Grupo gerador - 3,2 kVA	0,20	h	SICRO	E9521	1,00		4,90		0,98	
							Custo horário dos equipamentos		7,97	
Mão-de-obra	Quant.	Unid.	Referência	Código				Salário hora	Custo horário	
Pedreiro	0,350	h	SICRO	P9821				27,8394	9,74	
Servente	0,70	h	SICRO	P9824				22,8928	16,02	
Custo horário total da mão-de-obra c/s								Custo horário da mão-de-obra	25,76	
								Custo horário de execução	33,73	
								Custo unitário de execução	33,73	
							Fator de influência de chuvas	-	-	
Materiais e/ou serviços	Quant.	Unid.	Referência	Código				Valor R\$	Custo unitário	
Custo unitário total dos materiais e/ou serviços s/bdi									-	
Tempo fixo	Quant.	Unid.	Referência	Código				Valor R\$	Custo unitário	
								-	-	
Custo unitário total do tempo fixo s/bdi									-	
CUSTO UNITÁRIO DIRETO TOTAL									33,73	
B.D.I. = 24,23%									8,17	
PREÇO UNITÁRIO TOTAL									41,90	



Tratamento de junta de concretagem/Interface entre concreto existente e concreto novo, com ponte de aderência (m²)					COMP. 31	Fonte	Código	Produção da equipe:		UNIDADE:
					Código	Utilização		1,00		m²
Equipamento	Quant.	Unid.	Referência	Produtiva		Improdutiva	Produtivo	Improdutivo		
Misturador /ferramentas leves	0,20	h	SICRO	E9024	1,00			30,94		6,19
Grupo gerador - 3,2 kVA	0,20	h	SICRO	E9521	1,00			4,90		0,98
								Custo horário dos equipamentos		7,17
Mão-de-obra	Quant.	Unid.	Referência	Código				Salário hora		Custo horário
Pedreiro	0,200	h	SICRO	P9821				27,8394		5,57
Servente	0,30	h	SICRO	P9824				22,8928		6,87
Custo horário total da mão-de-obra c/s								Custo horário da mão-de-obra		12,44
								Custo horário de execução		19,61
								Custo unitário de execução		19,61
								Fator de influência de chuvas	-	-
Materiais e/ou serviços	Quant.	Unid.	Referência	Código				Valor R\$		Custo unitário
										-
NITOBOND AR EMULSÃO P/APLICAÇÃO DE PONTE DE ADERÊN					1,28	kg	SEINFRA	I9055	7,0400	9,01
										9,01
Tempo fixo	Quant.	Unid.	Referência	Código				Valor R\$		Custo unitário
									-	-
Custo unitário total do tempo fixo s/bdi										-
CUSTO UNITÁRIO DIRETO TOTAL										28,62
B.D.I. = 24,23%										6,93
PREÇO UNITÁRIO TOTAL										35,55

Tratamento das armaduras de espera existentes (limpeza, desoxidação e passivação)					COMP. 32	Fonte	Código	Produção da equipe:		UNIDADE:
Equipamento	Quant.	Unid.	Referência	Código	Utilização		1,00		un	
					Produtiva	Improdutiva	Produtivo	Improdutivo		
Ferramentas manuais e acessórios	1,00	un.			1,00			1,00		1,00
Custo horário dos equipamentos									1,00	
Mão-de-obra	Quant.	Unid.	Referência	Código				Salário hora	Custo horário	
Armador	24,000	h	SICRO	P9805				32,8589	788,61	
Servente	24,00	h	SICRO	P9824				22,8928	549,43	
Custo horário total da mão-de-obra c/s									1.338,04	
									1.339,04	
									1.339,04	
Materiais e/ou serviços	Quant.	Unid.	Referência	Código				Fator de influência de chuvas	Custo unitário	
Escova de aço/disco de limpeza	40,00	un.	ORSE	11407				Valor R\$	339,60	
Passivador para armadura (Fundo Anticorrosivo)	20,00	l	SINAPI	7307				8,4900	825,20	
									41,2600	1.164,80
Tempo fixo	Quant.	Unid.	Referência	Código				Valor R\$	Custo unitário	
									-	-
Custo unitário total do tempo fixo s/bdi									-	-
CUSTO UNITÁRIO DIRETO TOTAL									2.503,84	
B.D.I. = 24,23%									606,68	
PREÇO UNITÁRIO TOTAL									3.110,52	

Regularização e preparo das superfícies/berços para assentamento dos aparelhos de apoio (m²)					COMP. 33	Fonte	Código	Produção da equipe:		UNIDADE:
Equipamento	Quant.	Unid.	Referência	Código		Utilização		1,00		m²
						Produtiva	Improdutiva	Produtivo	Improdutivo	
Misturador /ferramentas leves	0,03	h	SICRO	E9024		1,00		30,94		0,93
Grupo gerador - 3,2 kVA	0,03	h	SICRO	E9521		1,00		4,90		0,15
Custo horário dos equipamentos										1,08
Mão-de-obra	Quant.	Unid.	Referência	Código					Salário hora	Custo horário
Pedreiro	0,400	h							18,6278	7,45
Servente	0,50	h	SICRO	P9824					22,8928	11,45
Custo horário total da mão-de-obra c/s										
								Custo horário da mão-de-obra		18,90
								Custo horário de execução		19,98
								Custo unitário de execução		19,98
Fator de influência de chuvas										-
Materiais e/ou serviços	Quant.	Unid.	Referência	Código					Valor R\$	Custo unitário
		un.								-
Argamassa Estrutural	2,30	kg	SICRO	M0084					2,4600	5,66
										5,66
Tempo fixo	Quant.	Unid.	Referência	Código					Valor R\$	Custo unitário
Pedra de mão ou rachão - Caminhão basculante 10 m³	-	t	SICRO	5914647					-	-
Custo unitário total do tempo fixo s/bdi										-
CUSTO UNITÁRIO DIRETO TOTAL										25,64
B.D.I. = 24,23%										6,21
PREÇO UNITÁRIO TOTAL										31,85



OBRA: CONSTRUÇÃO DE PONTE LOCAL: BURITI DO MBO - ZONA RURAL - BENEDITINOS/PI						FONTE DE CUSTOS: SINAPE: JANERO/2026 E SICRO - DNT - JANERO/2026 - SENFRA-CE-ORSE 01/26 LEIS SOCIAIS: TABELA SICRO - SEM DESONERAÇÃO BDI = 24,23%							
COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITÁRIO MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO - COMP. 08													
EQUIPAMENTOS DE GRANDE PORTE													
CÓDIGO	EQUIPAMENTO	ORIGEM	DESTINO	DISTÂNCIA D (km)	FATOR DE RETORNO K	VELOCIDADE MÉDIA V (km/h)	TEMPO DE VIAGEM t = (D x K) / V (h)	FATOR DE UTILIZAÇÃO FU	QUANTIDADE Q	TEMPO TOTAL T=t x F (h)	PREÇO DO TRANSPORTE (*) P (R\$)	PREÇO TOTAL Pt = Q x P x T (R\$)	EQUIPAMENTO
E9665	Escavadeira hidráulica sobre esteira c/ caçamba com capacidade de 1,5 m³ - 110 kW - E9515	TERESINA/PI	BENEDITINOS	97,00	2,00	60,00	3,23	1,00	1,00	3,23	421,26	1.360,67	Cavalo mecânico com semireboque com capacidade de 22 t - 240 kW
E9665	Motorveladora - 93 kW - E9524	TERESINA/PI	BENEDITINOS	97,00	2,00	60,00	3,23	1,00	1,00	3,23	421,26	1.360,67	Cavalo mecânico com semireboque com capacidade de 22 t - 240 kW
E9665	Retroescavadeira de pneus com capacidade de 0,76 m³ - 58 kW - E9526	TERESINA/PI	BENEDITINOS	97,00	2,00	60,00	3,23	0,50	1,00	1,62	421,26	680,33	Cavalo mecânico com semireboque com capacidade de 22 t - 240 kW
E9665	Rolo compactador pé de camelo vibratório autopropelido de 11,6 t - 82 kW - E9685	TERESINA/PI	BENEDITINOS	97,00	2,00	60,00	3,23	0,50	1,00	1,62	421,26	680,33	Cavalo mecânico com semireboque com capacidade de 22 t - 240 kW
E9665	Trator agrícola - 77 kW - E9577	TERESINA/PI	BENEDITINOS	97,00	2,00	60,00	3,23	0,50	1,00	1,62	421,26	680,33	Cavalo mecânico com semireboque com capacidade de 22 t - 240 kW
E9665	Grade de 24 discos rebocável de 24" - E9518	TERESINA/PI	BENEDITINOS	97,00	2,00	60,00	3,23	1,00	1,00	3,23	421,26	1.360,67	Cavalo mecânico com semireboque com capacidade de 22 t - 240 kW
E9665	Rolo compactador de pneus autopropelido de 27 t - 85 kW -	TERESINA/PI	BENEDITINOS	97,00	2,00	60,00	3,23	1,00	1,00	3,23	421,26	1.360,67	Cavalo mecânico com semireboque com capacidade de 22 t - 240 kW
E9665	Trator de esteiras com lâmina - 112 kW - E9540	TERESINA/PI	BENEDITINOS	97,00	2,00	60,00	3,23	0,50	1,00	1,62	421,26	680,33	Cavalo mecânico com semireboque com capacidade de 22 t - 240 kW
TOTAL DE EQUIPAMENTOS DE GRANDE PORTE												8.164,00	(*) Custo Operacional Produtivo -
EQUIPAMENTOS DE AUTOPROPELIDOS													
CÓDIGO	EQUIPAMENTO	ORIGEM	DESTINO	DISTÂNCIA D (km)	FATOR DE RETORNO K	VELOCIDADE MÉDIA V (km/h)	TEMPO DE VIAGEM t = (D x K) / V (h)	FATOR DE UTILIZAÇÃO FU	QUANTIDADE Q	TEMPO TOTAL T=t x F (h)	PREÇO DO TRANSPORTE (**) P (R\$)	PREÇO TOTAL Pt = Q x P x T (R\$)	EQUIPAMENTO
E9506	Caminhão basculante com capacidade de 6 m³ - 136 kW	TERESINA/PI	BENEDITINOS	97,00	2,00	60,00	3,23	1,00	2,00	3,23	196,43	1.268,95	Autopropelido
E9579	Caminhão basculante com capacidade de 10 m³ - 188 kW	TERESINA/PI	BENEDITINOS	97,00	2,00	60,00	3,23	1,00	1,00	3,23	309,45	999,51	Autopropelido
E9667	Caminhão basculante com capacidade de 14 m³ - 188 kW	TERESINA/PI	BENEDITINOS	97,00	2,00	60,00	3,23	1,00	1,00	3,23	321,03	1.036,92	Autopropelido
E9686	Caminhão carroceria com guindauto com capacidade de 20 t.m - 136 kW	TERESINA/PI	BENEDITINOS	97,00	2,00	60,00	3,23	1,00	1,00	3,23	322,29	1.041,01	Autopropelido
E9687	Caminhão carroceria com capacidade de 5 t - 115 kW	TERESINA/PI	BENEDITINOS	97,00	2,00	60,00	3,23	1,00	1,00	3,23	170,72	551,44	Autopropelido
E9571	Caminhão tanque com capacidade de 10.000 l - 188 kW	TERESINA/PI	BENEDITINOS	97,00	2,00	60,00	3,23	1,00	1,00	3,23	356,29	1.150,83	Autopropelido
E9684	Veículo leve Pick Up 4 x 4 - 147 kW	TERESINA/PI	BENEDITINOS	97,00	2,00	60,00	3,23	1,00	1,00	3,23	114,67	370,39	Autopropelido
TOTAL DE EQUIPAMENTOS AUTOPROPELIDOS												6.419,05	(**) Custo Operacional Produtivo
TOTAL DE MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS												14.583,05	
BDI = 24,23%												3.533,47	
TOTAL DE MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS + BDI												18.116,52	



ANEXO 12.3 – Cronograma físico financeiro

OBRA: CONSTRUÇÃO DE PONTE
LOCAL: BURITI DO MBO - ZONA RURAL - BENEDITINOS/PI

FONTE DE CUSTOS:
SINAPI: JANEIRO/2026 E SICRO - DNIT - JANEIRO/2026 - SEINFRA-CE-ORSE 01/26
LBS SOCIAIS: TABELA SICRO - SEM DESONERAÇÃO
BDI = 24,23%

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	PESO (%)	VALOR (R\$)	MESES			
				1	2	3	4
1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES	17,24	161.020,35	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%
				40.255,09	40.255,09	40.255,09	40.255,08
2.0	INFRAESTRUTURA (SÓ PARA CARÁTER DE INFORMAÇÃO E RASTREABILIDADE)	-	-	-	-	-	-
				25,00%	25,00%	25,00%	25,00%
3.0	SUPERESTRUTURA	38,34	358.061,70	89.515,43	89.515,43	89.515,43	89.515,41
				25,00%	25,00%	25,00%	25,00%
4.0	TRANSPORTE DE MATERIAIS	4,95	46.251,73	11.562,93	11.562,93	11.562,93	11.562,94
				25,00%	25,00%	25,00%	25,00%
5.0	TERRAPLENAGEM - ACESSOS	34,14	318.807,11	79.701,78	79.701,78	79.701,78	79.701,77
							100,00%
6.0	SERVIÇOS FINAIS	0,02	216,22				216,22
				100,00%			0,00%
7.0	SERVIÇOS AUXILIARES DE CONTROLE	5,29	49.435,72	49.435,72			
				270.470,95	221.035,23	221.035,23	221.251,42
% SIMPLES				28,96%	23,67%	23,67%	23,69%
VALOR TOTAL (R\$)				100,00%			
ACUMULADO				270.470,95	491.506,18	712.541,41	933.792,83
% ACUMULADO				28,96%	52,64%	76,31%	100,00%



ANEXO 12.4 – MEMÓRIA DE CÁLCULO DOS QUANTITATIVOS REMANESCENTES E COMPLEMENTARES

1. APRESENTAÇÃO

A presente memória de cálculo foi elaborada para instruir o anexo técnico do projeto de retomada da ponte da localidade Buriti do Meio, consolidando os quantitativos remanescentes e complementares que constam da planilha orçamentária Rev00. O documento reproduz a lógica da memória completa original, porém reprocessa os itens em função do executado já existente, de modo a explicitar, item a item, as parcelas deduzidas e as quantidades efetivamente remanescentes.

2. PREMISSAS E CRITÉRIOS ADOTADOS

Para compatibilização com a retomada, adotou-se a premissa de que já se encontram executados os serviços de infraestrutura correspondentes às escavações, reaterros, lastros, sapatas, formas e armaduras das fundações, bem como as formas, armaduras e concretagem dos pilares. Os encontros foram considerados parcialmente iniciados, com as fundações executadas, permanecendo no remanescente os encontros/abas acima das fundações e toda a superestrutura.

Nos itens em que a memória completa apresenta quantitativo global, o quantitativo final do orçamento Rev00 foi obtido pela subtração do executado do total originalmente previsto. Nos itens de transporte, manteve-se o critério técnico implícito da memória completa, recalculando-se apenas a parcela referente aos volumes e pesos efetivamente remanescentes. Nos serviços acrescidos do grupo 7.0, os quantitativos foram definidos a partir das interfaces reais da retomada, das dimensões do projeto e do prazo executivo adotado de 120 dias.

3. QUADRO-SÍNTESE DE FECHAMENTO COM A PLANILHA REV00

Item	Descrição	Unid.	Qtd. Rev00	Origem / critério
1.1	Administração local da obra	un	1,00	quantidade global
1.2	Placa de obra	m²	6,48	3,60 x 1,80
1.3	Abrigo provisório	m²	16,00	4,00 x 4,00
1.4	Cerca do canteiro	m	40,00	detalhe do canteiro
1.5	Portão do canteiro	m²	6,00	3,00 x 2,00
1.6	Reservatório elevado	un	1,00	quantidade unitária
1.7	Mobilização/desmobilização	un	1,00	quantidade global



Item	Descrição	Unid.	Qtd. Rev00	Origem / critério
1.8	Locação da obra	m ²	934,58	ponte + acessos
2.1	Escavação mecânica de vala	m ³	0,00	deduzido
2.2	Reaterro e compactação	m ³	0,00	deduzido
2.3	Formas de lastro/sapatas	m ²	0,00	deduzido
2.4	Concreto magro	m ³	0,00	deduzido
2.5	Concreto das sapatas	m ³	0,00	deduzido
3.1	Formas da superestrutura e encontros	m ²	578,75	645,75 - 67,00
3.2	Armadura em aço CA-50	kg	8.397,74	9.388,00 - 990,26
3.3	Concreto estrutural	m ³	160,76	166,04 - 5,28
3.4	Escoramento com pontaletes	m ³	481,97	somatório direto
3.5	Aparelhos de apoio	dm ³	10,08	12 x 0,84
3.6	Drenos de PVC	m	4,20	12 x 0,35
4.1	Transporte de brita	t x km	17.193,10	recalculado
4.2	Transporte de areia	t x km	14.375,64	recalculado
4.3	Transporte de aço e cimento	t x km	5.731,05	recalculado
5.1	Regularização do subleito	m ²	691,38	acessos
5.2	Limpeza da jazida	m ²	1.877,62	938,81 / 0,50
5.3	Expurgo da jazida	m ³	375,52	1.877,62 x 0,20
5.4	Escavação/carga/transporte 1ª categoria	m ³	18.028,15	18.000,00 + 28,15
5.5	Escavação e carga de jazida	m ³	938,81	quadro de distribuição
5.6	Transporte local de jazida	t x km	51.017,90	Mt calculado



Item	Descrição	Unid.	Qtd. Rev00	Origem / critério
5.7	Compactação de aterros	m³	938,81	mesmo volume da jazida
5.8	Reparação ambiental	m²	1.877,62	área da jazida
5.9	Enrocamento	m³	307,10	somatório dos taludes
6.1	Limpeza final da ponte	m	38,00	comprimento da ponte
7.1	Inspeção técnica/cadastral/topográfica	und	1,00	campanha única
7.2	Preparo da superfície de concreto existente	m²	12,24	interfaces
7.3	Tratamento de junta/interface	m²	12,24	mesma área do item 7.2
7.4	Tratamento das armaduras de espera	und	1,00	campanha única
7.5	Regularização dos berços dos aparelhos	m²	0,36	12 x 0,03
7.6	Controle tecnológico do concreto a executar	mês	4,00	120 / 30
7.7	Avaliação do concreto já executado	und	1,00	campanha única

4.1 Serviços preliminares

1.1 Administração local

Memória de cálculo / critério	Quantidade global adotada = 1,00 un.
Quantidade adotada no Rev00	1,00 un

Quadro detalhado em formato de planilha

Quantidade (un)
1,00

1.2 Placa de obra



Memória de cálculo / critério	Área = $3,60 \times 1,80 = 6,48 \text{ m}^2$.
Quantidade adotada no Rev00	6,48 m ²

Quadro detalhado em formato de planilha

Comprimento (m)	Largura (m)	Área (m ²)
3,60	1,80	6,48

1.3 Abrigo provisório

Memória de cálculo / critério	Área = $4,00 \times 4,00 = 16,00 \text{ m}^2$.
Quantidade adotada no Rev00	16,00 m ²

Quadro detalhado em formato de planilha

Comprimento (m)	Largura (m)	Área (m ²)
4,00	4,00	16,00

1.4 Cerca do canteiro

Memória de cálculo / critério	Comprimento total adotado no detalhe do canteiro = 40,00 m.
Quantidade adotada no Rev00	40,00 m

Quadro detalhado em formato de planilha

Comprimento (m)
40,00

1.5 Portão do canteiro



Memória de cálculo / critério	Área = 3,00 x 2,00 = 6,00 m².
Quantidade adotada no Rev00	6,00 m²

Quadro detalhado em formato de planilha

Comprimento (m)	Altura (m)	Área (m²)
3,00	2,00	6,00

1.6 Reservatório elevado

Memória de cálculo / critério	Quantidade unitária = 1,00 un.
Quantidade adotada no Rev00	1,00 un

Quadro detalhado em formato de planilha

Quantidade (un)
1,00

1.7 Mobilização/desmobilização

Memória de cálculo / critério	Quantidade global = 1,00 un.
Quantidade adotada no Rev00	1,00 un

Quadro detalhado em formato de planilha

Quantidade (un)
1,00

1.8 Locação da obra



Memória de cálculo / critério	Ponte = $38,00 \times 6,40 = 243,20 \text{ m}^2$; Acesso 1 = $80,00 \times 6,00 = 480,00 \text{ m}^2$; Acesso 2 = $35,23 \times 6,00 = 211,38 \text{ m}^2$; Total = $934,58 \text{ m}^2$.
Quantidade adotada no Rev00	934,58 m ²

Quadro detalhado em formato de planilha

Trecho	Extensão (m)	Largura (m)	Quantidade	Área (m ²)
Ponte	38,00	6,40	1,00	243,20
Acesso 1	80,00	6,00	1,00	480,00
Acesso 2	35,23	6,00	1,00	211,38
Total				934,58

4.2 Infraestrutura - serviços integralmente deduzidos

2.1 Escavação mecânica de vala

Memória de cálculo / critério	$53,61 + 53,61 + 21,38 + 21,38 = 149,98 \text{ m}^3$. Quantidade deduzida integralmente por já executada.
Quantidade adotada no Rev00	0,00 m ³ no Rev00

Quadro detalhado em formato de planilha

Elemento	Comprimento (m)	Largura (m)	Altura (m)	Quantidade	Volume (m ³)
SE1	6,30	7,40	1,15	1,00	53,61



Elemento	Comprimento (m)	Largura (m)	Altura (m)	Quantidade	Volume (m³)
SE2	6,30	7,40	1,15	1,00	53,61
S1	5,40	3,30	1,20	1,00	21,38
S2	5,40	3,30	1,20	1,00	21,38
Total					149,98

Item integralmente deduzido no orçamento Rev00, por corresponder a serviço já executado.

2.2 Reaterro e compactação

Memória de cálculo / critério	Volume de reaterro = $149,98 - 37,24 = 112,74$ m³. Quantidade deduzida integralmente.
Quantidade adotada no Rev00	0,00 m³ no Rev00

Quadro detalhado em formato de planilha

Descrição	Fórmula / base	Resultado
Escavação total das valas	149,98 m³	149,98
Volume das sapatas	37,24 m³	37,24
Volume de reaterro	$149,98 - 37,24$	112,74
Quantidade adotada no Rev00	item deduzido	0,00

Item integralmente deduzido, mantendo-se a memória apenas para demonstrar a origem do quantitativo zerado.



2.3 Formas de lastro/sapatas

Memória de cálculo / critério	Somatório da memória completa = 98,16 m². Quantidade deduzida integralmente.
Quantidade adotada no Rev00	0,00 m² no Rev00

Quadro detalhado em formato de planilha

Elemento	Área apurada (m²)	Situação
Lastro SE1	1,88	executado
Lastro SE2	1,88	executado
Lastro S1	2,10	executado
Lastro S2	2,10	executado
Sapata SE1	33,79	executado
Sapata SE2	33,79	executado
Sapata S1	11,31	executado
Sapata S2	11,31	executado
Total	98,16	item deduzido

2.4 Concreto magro

Memória de cálculo / critério	Somatório da memória completa = 13,60 m³. Quantidade deduzida integralmente.
Quantidade adotada no Rev00	0,00 m³ no Rev00



Quadro detalhado em formato de planilha

Elemento	Volume (m³)	Situação
Lastro SE1	5,18	executado
Lastro SE2	5,18	executado
Lastro S1	1,62	executado
Lastro S2	1,62	executado
Total	13,60	item deduzido

2.5 Concreto das sapatas

Memória de cálculo / critério	Somatório da memória completa = 37,24 m³. Quantidade deduzida integralmente.
Quantidade adotada no Rev00	0,00 m³ no Rev00

Quadro detalhado em formato de planilha

Elemento	Volume (m³)	Situação
SE1	14,26	executado
SE2	14,26	executado
S1	4,36	executado
S2	4,36	executado
Total	37,24	item deduzido



4.3 Superestrutura - memória remanescente após dedução do executado

3.1 Formas da superestrutura e encontros

Memória de cálculo / critério	Total da memória completa = 645,75 m². Dedução das formas dos pilares P1 e P2 = 67,00 m². Quantidade remanescente = 645,75 - 67,00 = 578,75 m².
Quantidade adotada no Rev00	578,75 m²

Quadro detalhado em formato de planilha

Elemento	Área (m²)	Situação
Vigas V1 a V6	82,08	remanescente
Tabuleiros 1 a 3	134,53	remanescente
Transversinas TR1 a TR9	27,54	remanescente
Longarinas LG1 a LG6	130,20	remanescente
Encontros e abas	204,40	remanescente
Pilares P1 e P2	67,00	executado / deduzido
Total memória completa	645,75	total original
Quantidade adotada no Rev00	578,75	remanescente final



Comprimento (m)	Altura / Largura (m)	Quantidade	Área (m²)
9,67	0,20	1,00	1,93
9,67	0,60	2,00	11,60
9,98	0,20	1,00	2,00
9,98	0,60	2,00	11,98
9,67	0,20	1,00	1,93
9,67	0,60	2,00	11,60
9,67	0,20	1,00	1,93
9,67	0,60	2,00	11,60
9,98	0,20	1,00	2,00
9,98	0,60	2,00	11,98
9,67	0,20	1,00	1,93
9,67	0,60	2,00	11,60
			-
9,67	4,00	1,00	38,68
4,00	0,23	2,00	1,84
9,67	0,20	2,00	3,87
9,98	4,00	1,00	39,92
4,00	0,23	2,00	1,84
9,98	0,20	2,00	3,99
9,67	4,00	1,00	38,68
4,00	0,23	2,00	1,84
9,67	0,20	2,00	3,87
			-
2,18	0,20	1,00	0,44
2,18	0,60	2,00	2,62
2,18	0,20	1,00	0,44
2,18	0,60	2,00	2,62
2,18	0,20	1,00	0,44
2,18	0,60	2,00	2,62
2,18	0,20	1,00	0,44
2,18	0,60	2,00	2,62
2,18	0,20	1,00	0,44
2,18	0,60	2,00	2,62
2,18	0,20	1,00	0,44
2,18	0,60	2,00	2,62
2,18	0,20	1,00	0,44
2,18	0,60	2,00	2,62
9,67	0,22	1,00	2,13
9,67	1,00	2,00	19,34
9,98	0,22	1,00	2,20
9,98	1,00	2,00	19,96
9,67	0,22	1,00	2,13
9,67	1,00	2,00	19,34

Unidade: m²

Viga V1
Viga V1
Viga V2
Viga V2
Viga V3
Viga V3
Viga V4
Viga V4
Viga V5
Viga V5
Viga V6
Viga V6
Tabuleiro 1
Tabuleiro 1
Tabuleiro 1
Tabuleiro 2
Tabuleiro 2
Tabuleiro 2
Tabuleiro 3
Tabuleiro 3
Tabuleiro 3
Transversina TR1
Transversina TR1
Transversina TR2
Transversina TR2
Transversina TR3
Transversina TR3
Transversina TR4
Transversina TR4
Transversina TR5
Transversina TR5
Transversina TR6
Transversina TR6
Transversina TR7
Transversina TR7
Transversina TR8
Transversina TR8
Transversina TR9
Transversina TR9
Longarina LG1
Longarina LG1
Longarina LG2
Longarina LG2
Longarina LG3
Longarina LG3



9,67	0,22	1,00	2,13	Longarina LG4
9,67	1,00	2,00	19,34	Longarina LG4
9,98	0,22	1,00	2,20	Longarina LG5
9,98	1,00	2,00	19,96	Longarina LG5
9,67	0,22	1,00	2,13	Longarina LG6
9,67	1,00	2,00	19,34	Longarina LG6
4,40	3,35	2,00	29,48	Pilar P1
0,60	3,35	2,00	4,02	Pilar P1
4,40	3,35	2,00	29,48	Pilar P2
0,60	3,35	2,00	4,02	Pilar P2
3,20	3,90	1,00	12,48	Encontro 1
4,40	1,10	1,00	4,84	Encontro 1
4,40	2,80	1,00	12,32	Encontro 1
0,60	2,80	2,00	3,36	Encontro 1
0,30	1,10	2,00	0,66	Encontro 1
4,30	3,85	1,00	16,56	ABA 1-1
4,00	3,85	1,00	15,40	ABA 1-1
0,60	3,85	1,00	2,31	ABA 1-1
4,30	3,85	1,00	16,56	ABA 1-2
4,00	3,85	1,00	15,40	ABA 1-2
0,60	3,85	1,00	2,31	ABA 1-2
3,20	3,90	1,00	12,48	Encontro 2
4,40	1,10	1,00	4,84	Encontro 2
4,40	2,80	1,00	12,32	Encontro 2
0,60	2,80	2,00	3,36	Encontro 2
0,30	1,10	2,00	0,66	Encontro 2
4,30	3,85	1,00	16,56	ABA 2-1
4,00	3,85	1,00	15,40	ABA 2-1
0,60	3,85	1,00	2,31	ABA 2-1
4,30	3,85	1,00	16,56	ABA 2-2
4,00	3,85	1,00	15,40	ABA 2-2
0,60	3,85	1,00	2,31	ABA 2-2
Total			645,75	

3.2 Armadura em aço CA-50

Memória de cálculo / critério	Para fechamento com o Rev00 adotou-se a prancha de armação dos elementos remanescentes. Total do quadro de armação sem sapatas = 9.388,00 kg. Dedução dos pilares P1/P2 = 990,26 kg. Quantidade remanescente = 8.397,74 kg.
Quantidade adotada no Rev00	8.397,74 kg



Quadro detalhado em formato de planilha

Bitola	Total global (kg)	Dedução pilares (kg)	Remanescente (kg)
Ø 8,0 mm	1.700,00	212,64	1.487,36
Ø 10,0 mm	1.919,00	0,00	1.919,00
Ø 12,5 mm	3.709,00	777,62	2.931,38
Ø 25,0 mm	2.060,00	0,00	2.060,00
Total	9.388,00	990,26	8.397,74

A dedução dos pilares foi obtida a partir do quadro de armação da prancha 04/04 da memória completa original.

3.3 Concreto estrutural

Memória de cálculo / critério	Total da memória completa = 166,04 m³. Dedução da concretagem dos pilares já executados = 5,28 m³. Quantidade remanescente = 160,76 m³.
Quantidade adotada no Rev00	160,76 m³

Quadro detalhado em formato de planilha

Elemento	Volume (m³)	Situação
Tabuleiros 1 a 3	117,28	remanescente
Vigas V1 a V6	11,72	remanescente
Longarinas LG1 a LG6	12,92	remanescente
Transversinas TR1 a TR9	3,96	remanescente
Encontros e abas	14,88	remanescente
Pilares P1 e P2	5,28	executado / deduzido
Total memória completa	166,04	total original



Elemento	Volume (m³)	Situação
Quantidade adotada no Rev00	160,76	remanescente final

Unidade: m³

Comprimento (m)	Largura (m)	Altura (m)	Quantidade	Volume (m³)	
9,67	4,00	0,23	1,00	38,68	Tabuleiro 1
9,98	4,00	0,23	1,00	39,92	Tabuleiro 2
9,67	4,00	0,23	1,00	38,68	Tabuleiro 3
9,67	0,20	0,60	1,00	1,93	Viga V1
9,98	0,20	0,60	1,00	2,00	Viga V2
9,67	0,20	0,60	1,00	1,93	Viga V3
9,67	0,20	0,60	1,00	1,93	Viga V4
9,98	0,20	0,60	1,00	2,00	Viga V5
9,67	0,20	0,60	1,00	1,93	Viga V6
9,67	0,22	1,00	1,00	2,13	Longarina LG1
9,98	0,22	1,00	1,00	2,20	Longarina LG2
9,67	0,22	1,00	1,00	2,13	Longarina LG3
9,67	0,22	1,00	1,00	2,13	Longarina LG4
9,98	0,22	1,00	1,00	2,20	Longarina LG5
9,67	0,22	1,00	1,00	2,13	Longarina LG6

2,18	0,20	0,60	1,00	0,44	Transversaria TR1
2,18	0,20	0,60	1,00	0,44	Transversaria TR2
2,18	0,20	0,60	1,00	0,44	Transversaria TR3
2,18	0,20	0,60	1,00	0,44	Transversaria TR4
2,18	0,20	0,60	1,00	0,44	Transversaria TR5
2,18	0,20	0,60	1,00	0,44	Transversaria TR6
2,18	0,20	0,60	1,00	0,44	Transversaria TR7
2,18	0,20	0,60	1,00	0,44	Transversaria TR8
2,18	0,20	0,60	1,00	0,44	Transversaria TR9
4,40	0,60	3,30	1,00	2,64	Pilar P1
4,40	0,60	3,30	1,00	2,64	Pilar P2
4,40	0,30	2,80	1,00	1,32	Encontro E1
4,40	0,30	3,90	1,00	1,32	Encontro E1
4,00	0,60	3,90	1,00	2,40	Encontro ABA 1-1
4,00	0,60	3,90	1,00	2,40	Encontro ABA 1-2
4,40	0,30	2,80	1,00	1,32	Encontro E2
4,40	0,30	3,90	1,00	1,32	Encontro E2
4,00	0,60	3,90	1,00	2,40	Encontro ABA 2-1
4,00	0,60	3,90	1,00	2,40	Encontro ABA 2-2
Total				166,04	



3.4 Escoramento com pontaletes

Memória de cálculo / critério	Tabuleiro 1 = 151,90 m³; Tabuleiro 2 = 174,77 m³; Tabuleiro 3 = 155,30 m³. Total = 481,97 m³. Não houve dedução, pois o escoramento pertence a etapa remanescente da superestrutura.
Quantidade adotada no Rev00	481,97 m³

Quadro detalhado em formato de planilha

Elemento	Comprimento (m)	Largura (m)	Altura (m)	Volume (m³)
Tabuleiro 1	9,67	4,40	3,57	151,90
Tabuleiro 2	9,98	4,40	3,98	174,77
Tabuleiro 3	9,67	4,40	3,65	155,30
Total				481,97

3.5 Aparelhos de apoio de Neoprene fretado

Memória de cálculo / critério	Volume unitário = 2,00 dm x 1,50 dm x 0,28 dm = 0,84 dm³. Quantidade total = 12 x 0,84 = 10,08 dm³.
Quantidade adotada no Rev00	10,08 dm³

Quadro detalhado em formato de planilha

Comprimento (dm)	Largura (dm)	Altura (dm)	Quantidade	Volume total (dm³)
2,00	1,50	0,28	12,00	10,08



3.6 Drenos de PVC Ø75 mm

Memória de cálculo / critério	Comprimento total = $12 \times 0,35 = 4,20$ m.
Quantidade adotada no Rev00	4,20 m

Quadro detalhado em formato de planilha

Comprimento unitário (m)	Quantidade	Comprimento total (m)
0,35	12,00	4,20

4.4 Transporte de materiais - parcela remanescente

4.1 Transporte de brita

Memória de cálculo / critério	Recalculado apenas para o concreto remanescente. Mantido o consumo implícito da memória original para a superestrutura: $0,7350 \text{ m}^3$ de brita por m^3 de concreto. Quantidade adotada = $160,76 \times 0,7350 \times 1,50 \times 97 = 17.193,10 \text{ t} \times \text{km}$.
Quantidade adotada no Rev00	17.193,10 t x km

Quadro detalhado em formato de planilha

Parâmetro	Valor / formula	Resultado
Volume de concreto remanescente	$160,76 \text{ m}^3$	
Coeficiente de brita	$0,7350 \text{ m}^3/\text{m}^3$	
Peso específico	$1,50 \text{ t/m}^3$	
Distancia	97 km	
Momento de transporte	$160,76 \times 0,7350 \times 1,50 \times 97$	17.193,10



4.2 Transporte de areia

Memória de cálculo / critério	Recalculado apenas para o concreto remanescente da superestrutura, mantendo o coeficiente implícito da memória original. Quantidade final adotada na planilha Rev00 = 14.375,64 t x km.
Quantidade adotada no Rev00	14.375,64 t x km

Quadro detalhado em formato de planilha

Parâmetro	Valor / formula	Resultado
Volume de concreto remanescente	160,76 m ³	
Coeficiente de areia	0,6146 m ³ /m ³	
Peso específico	1,50 t/m ³	
Distancia	97 km	
Momento de transporte	160,76 x 0,6146 x 1,50 x 97	14.375,64

4.3 Transporte de aço e cimento

Memória de cálculo / critério	Recalculado para a armadura remanescente do item 3.2 e para o cimento necessário ao concreto do item 3.3, mantendo o critério técnico da memória original. Quantidade final adotada na planilha Rev00 = 5.731,05 t x km.
Quantidade adotada no Rev00	5.731,05 t x km



Quadro detalhado em formato de planilha

Descrição	Fórmula	Resultado (t x km)
Aço remanescente	$8,39774 \text{ t} \times 97 \text{ km}$	814,58
Cimento do concreto remanescente	$160,76 \times 0,315285 \text{ t/m}^3 \times 97 \text{ km}$	4.916,47
Total		5.731,05

O consumo de cimento foi mantido coerente com o critério implícito da memória original, ajustado apenas ao volume remanescente de concreto.

4.5 Terraplenagem - acessos

5.1 Regularização do subleito

Memória de cálculo / critério	Acesso 1 = $80,00 \times 6,00 = 480,00 \text{ m}^2$; Acesso 2 = $35,23 \times 6,00 = 211,38 \text{ m}^2$; Total = $691,38 \text{ m}^2$.
Quantidade adotada no Rev00	691,38 m ²

Quadro detalhado em formato de planilha

Trecho	Extensão (m)	Largura (m)	Área (m ²)
Acesso 1	80,00	6,00	480,00
Acesso 2	35,23	6,00	211,38
Total			691,38



5.2 Limpeza mecânica de camada vegetal em jazida

Memória de cálculo / critério	Área = $938,81 / 0,50 = 1.877,62 \text{ m}^2$.
Quantidade adotada no Rev00	1.877,62 m ²

Quadro detalhado em formato de planilha

Volume de material (m ³)	Profundidade de escavação (m)	Área (m ²)
938,81	0,50	1.877,62

5.3 Expurgo de camada vegetal

Memória de cálculo / critério	Volume = $1.877,62 \times 0,20 = 375,52 \text{ m}^3$.
Quantidade adotada no Rev00	375,52 m ³

Quadro detalhado em formato de planilha

Área de limpeza (m ²)	Espessura do expurgo (m)	Volume (m ³)
1.877,62	0,20	375,52

5.4 Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria

Memória de cálculo / critério	$18.000,00 + 28,15 = 18.028,15 \text{ m}^3$.
Quantidade adotada no Rev00	18.028,15 m ³

Quadro detalhado em formato de planilha

Parcela	Volume (m ³)
Escavação da bacia de contribuição	18.000,00
Complemento do relatório de volumes	28,15



Parcela	Volume (m³)
Total	18.028,15

5.5 Escavação e carga de material de jazida para aterro

Memória de cálculo / critério	Volume adotado no quadro de distribuição de material = 938,81 m³.
Quantidade adotada no Rev00	938,81 m³

Quadro detalhado em formato de planilha

Descrição	Volume (m³)
Material de jazida destinado aos aterros	938,81

5.6 Transporte local de material de jazida

Memória de cálculo / critério	Momento de transporte calculado no quadro de distribuição de material = 51.017,90 t x km (DMT calculada = 29,53 km, adotada como 30,00 km na composição).
Quantidade adotada no Rev00	51.017,90 t x km

Quadro detalhado em formato de planilha

Subtrecho	Peso (t)	Distancia media (km)	Momento (t x km)
Acesso 1	1.237,55	29,54	36.557,23
Acesso 2	489,86	29,52	14.460,67
Total			51.017,90



5.7 Compactação dos aterros

Memória de cálculo / critério	Mesmo volume do material de jazida destinado aos aterros = 938,81 m³.
Quantidade adotada no Rev00	938,81 m³

Quadro detalhado em formato de planilha

Descrição	Volume (m³)
Compactação dos aterros de acesso	938,81

5.8 Reparação de danos físicos ao meio ambiente

Memória de cálculo / critério	Área da jazida = 1.877,62 m².
Quantidade adotada no Rev00	1.877,62 m²

Quadro detalhado em formato de planilha

Descrição	Área (m²)
Área sujeita a recomposição ambiental	1.877,62

5.9 Enrocamento de pedra arrumada manualmente

Memória de cálculo / critério	Volume = 116,91 + 99,82 + 38,32 + 52,05 = 307,10 m³.
Quantidade adotada no Rev00	307,10 m³



Quadro detalhado em formato de planilha

Talude / trecho	Área(m²)	Espessura (m³)	Volume (m³)
Talude 01	116,91	1,00	116,91
Talude 02	99,82	1,00	99,82
Talude 03	38,32	1,00	38,32
Talude 04	52,05	1,00	52,05
Total	307,10	1,00	307,10

4.6 Serviços finais

6.1 Limpeza final da ponte

Memória de cálculo / critério	Comprimento adotado para a ponte = 38,00 m.
Quantidade adotada no Rev00	38,00 m

Quadro detalhado em formato de planilha

Comprimento (m)
38,00

4.7 Serviços auxiliares acrescidos para a retomada

7.1 Inspeção técnica, cadastral, geométrica e topográfica

Memória de cálculo / critério	Adotado 1,00 und/verba por corresponder a uma campanha única de recebimento, conferencia geométrica e compatibilização do executado antes do reinício das frentes de obra.
-------------------------------	--



Quantidade adotada no Rev00	1,00 und
-----------------------------	----------

Quadro detalhado em formato de planilha

Quantidade (und)
1,00

7.2 Preparo da superfície de concreto existente

Memória de cálculo / critério	Área de interface = $2 \times (4,40 \times 0,30) + 4 \times (4,00 \times 0,60) = 2,64 + 9,60 = 12,24 \text{ m}^2$. Corresponde as superfícies de ligação entre as fundações já executadas dos encontros e os elementos a complementar.
Quantidade adotada no Rev00	12,24 m ²

Quadro detalhado em formato de planilha

Superfície	Fórmula	Área (m ²)
Topo dos encontros	$2 \times (4,40 \times 0,30)$	2,64
Faces de ligação das abas	$4 \times (4,00 \times 0,60)$	9,60
Total		12,24

7.3 Tratamento de junta/interface com ponte de aderência

Memória de cálculo / critério	Mesma área do item 7.2, pois todo o concreto novo que se liga ao concreto existente deve receber tratamento da interface: 12,24 m ² .
Quantidade adotada no Rev00	12,24 m ²



Quadro detalhado em formato de planilha

Superfície	Fórmula	Área (m²)
Topo dos encontros	$2 \times (4,40 \times 0,30)$	2,64
Faces de ligação das abas	$4 \times (4,00 \times 0,60)$	9,60
Total		12,24

7.4 Tratamento das armaduras de espera existentes

Memória de cálculo / critério	Adotado 1,00 und/verba, por depender de inspeção in loco quanto a extensão efetivamente exposta, estado superficial e necessidade de limpeza/passivação das barras de espera remanescentes.
Quantidade adotada no Rev00	1,00 und

Quadro detalhado em formato de planilha

Quantidade (und)
1,00

7.5 Regularização e preparo dos berços dos aparelhos de apoio

Memória de cálculo / critério	Área unitária de assentamento = $0,20 \times 0,15 = 0,03 \text{ m}^2$. Quantidade total = $12 \times 0,03 = 0,36 \text{ m}^2$.
Quantidade adotada no Rev00	0,36 m²

Quadro detalhado em formato de planilha

Comprimento (m)	Largura (m)	Quantidade	Área total (m²)
0,20	0,15	12,00	0,36



7.6 Controle tecnológico do concreto a executar

Memória de cálculo / critério	A unidade do item na planilha Rev00 e mês. Assim, para fechamento com o orçamento, adotou-se a vigência do controle ao longo do prazo executivo de 120 dias: $120 / 30 = 4,00$ meses.
Quantidade adotada no Rev00	4,00 meses

Quadro detalhado em formato de planilha

Parâmetro	Valor
Prazo executivo adotado	120 dias
Conversão	$120 / 30$
Quantidade do item 7.6	4,00 meses

7.7 Avaliação do concreto já executado

Memória de cálculo / critério	Adotado 1,00 und/verba para campanha única de inspeção visual, análise superficial e eventual apoio instrumental localizado do concreto existente antes da retomada.
Quantidade adotada no Rev00	1,00 und

Quadro detalhado em formato de planilha

Quantidade (und)
1,00



5. OBSERVAÇÕES DE CONSISTÊNCIA

- a) Os itens 2.1 a 2.5 permanecem referenciados nesta memória somente para demonstrar a origem das deduções que levaram seu quantitativo a zero na planilha Rev00.
- b) No item 3.2, observou-se diferença entre o total sintético de aço da memória global e o quadro detalhado da prancha de armação. Para fechamento com a planilha Rev00, adotou-se o quantitativo derivado da prancha de armação específica, por apresentar melhor rastreabilidade dos elementos deduzidos (pilares) e remanescentes.
- c) Os itens 4.1 a 4.3 foram mantidos coerentes com a memória completa original, porém recalculados para refletir somente o remanescente efetivamente orçado.
- d) Os itens 7.1, 7.4 e 7.7 foram lançados em verba/und por dependerem da condição real do executado no momento da retomada. Os itens 7.2, 7.3 e 7.5 foram calculados geometricamente, e o item 7.6 foi compatibilizado com o prazo executivo de 120 dias.

6. CONCLUSÃO

Com os critérios acima, os quantitativos finais desta memória fecham com a planilha "Orçamento - Ponte - Buriti do Meio Rev00", podendo o presente documento ser utilizado como anexo técnico para justificar o orçamento da retomada, a dedução dos serviços já executados e o acréscimo dos serviços complementares necessários a conclusão da ponte.

APÊNDICE COMPLEMENTAR - QUADROS DE TERRAPLENAGEM

Quadros adicionais incluídos nesta versão para reforçar a rastreabilidade dos itens 5.4 a 5.7 do orçamento Rev00.

A.1 Quadro de distribuição de material de jazida e cálculo da DMT

Jazida utilizada	Localização da jazida	Subtrecho	Extensão L (m)	Volume de terraplenagem V (m³)	Volume empolado Ve (m³)	Peso P (t)	Distância fixa d (km)	Subtrecho médio Ls (km)	Momento de transporte Mt (t x km)
J-1	E0 + d	E0+0,00 até E4+0,00	80,00	672,58	773,47	1.237,55	29,50	0,04	36.557,23
J-1	E0 + d	E5+10,00 até E7+5,23	35,23	266,23	306,16	489,86	29,50	0,02	14.460,67
TOTAL				938,81	1.079,63	1.727,41	-	-	51.017,90

$DMT = Mt / P = 51.017,90 / 1.727,41 = 29,53$ km. O item 5.6 da planilha Rev00 foi mantido em 51.017,90 t x km; a composição de preço permanece com DMT referencial de 30,00 km, coerente com o quadro acima.



A.2 Relatório de volumes dos acessos

Acesso	Volume de corte (m³)	Volume de aterro (m³)	Volume total (m³)	Observação de uso na memória
Acesso 01	20,92	672,58	693,50	O aterro compõe os itens 5.5 e 5.7; o corte integra a parcela de 28,15 m³ somada ao volume principal do item 5.4.
Acesso 02	7,23	266,23	273,46	Mesmo critério do acesso 01, totalizando 938,81 m³ de aterro e 28,15 m³ de corte dos acessos.
TOTAL	28,15	938,81	966,96	Base do fechamento dos itens 5.4, 5.5, 5.6 e 5.7 da planilha Rev00.

A.3 Fechamento dos itens de terraplenagem com o orçamento Rev00

Item	Critério de fechamento	Quantidade final do Rev00
5.4	Escavação da bacia de contribuição (18.000,00 m³) + volumes de corte dos acessos (20,92 + 7,23 = 28,15 m³).	18.028,15 m³
5.5	Volume de aterro dos acessos, conforme relatório de volumes e quadro de distribuição de material.	938,81 m³
5.6	Momento de transporte total do quadro de distribuição de material de jazida.	51.017,90 t x km
5.7	Mesmo volume compactado dos aterros dos acessos.	938,81 m³

Nesta versão 2, os quadros sintéticos por item foram mantidos e somados aos quadros globais de terraplenagem, deixando a trilha de cálculo mais explícita para análise técnica, licitação e fiscalização.



ANEXO 12.5 – RELATÓRIO FOTOGRÁFICO





SECRETARIA
DA **INFRAESTRUTURA**
SEINFRA



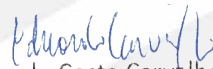
Latitude: -5.606452
Longitude: -42.386752
Elevação: 84.03+3.00 m
Precisão: 3.70 m
Tempo: 03-03-2026 12:06:03



Latitude: -5.606443
Longitude: -42.386754
Elevação: 84.03+3.00 m
Precisão: 4.00 m
Tempo: 03-03-2026 12:06:12

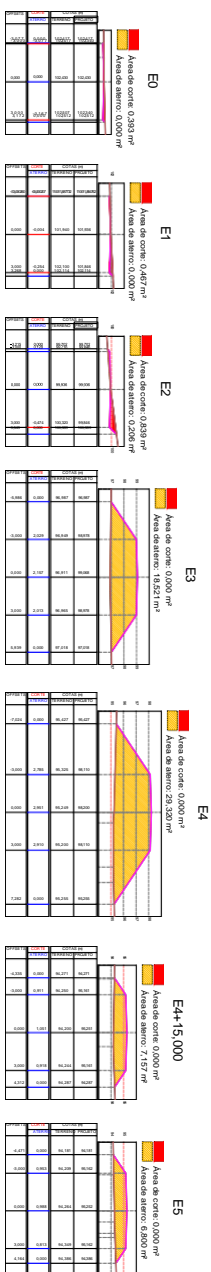
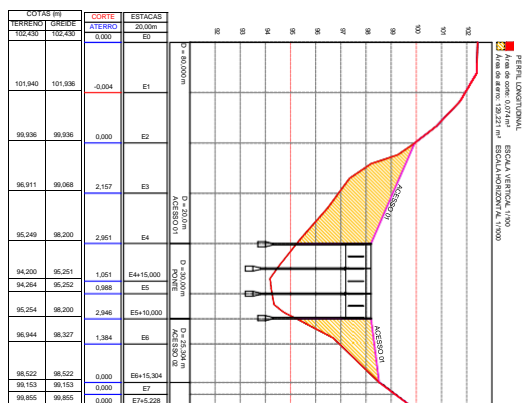
Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: @seinfra.pi

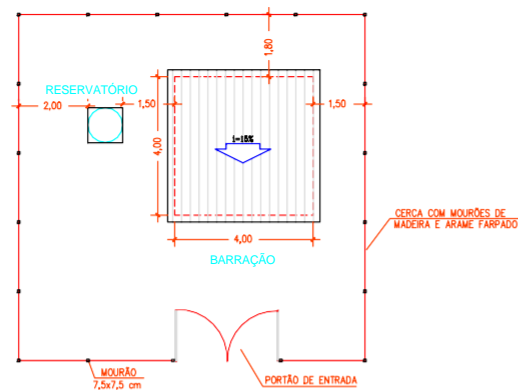
www.pi.gov.br


Eduardo Costa Carvalho
Fiscal SEINFRA-PI - Mat.: 418.048-8
Eng. Civil - CREA RN 1917137540

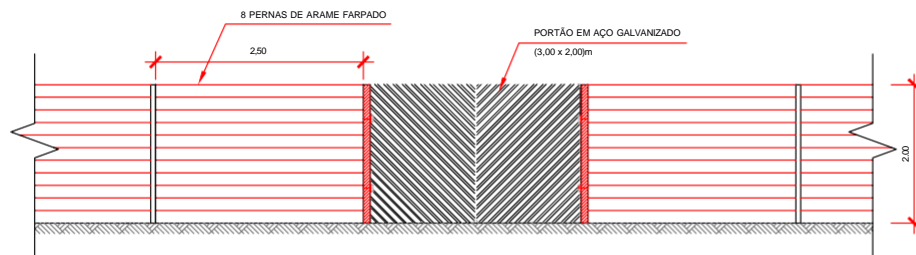


ANEXO 12.6 – DESENHOS

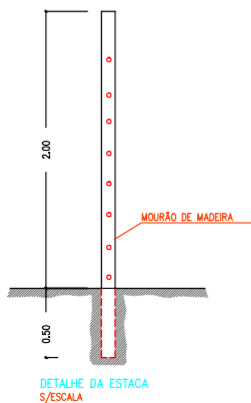




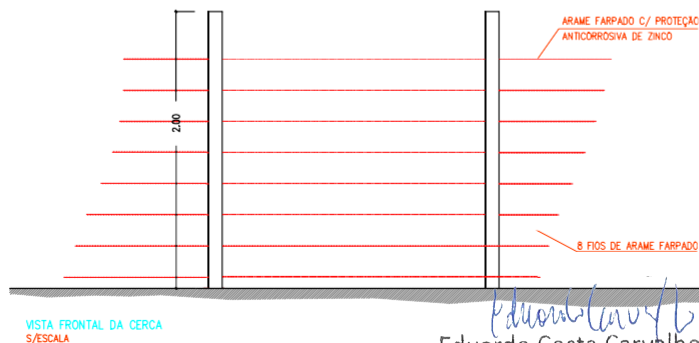
PLANTA BAIXA – CANTEIRO DE OBRAS (BARRAÇÃO E CERCA DE PROTEÇÃO)
ESCALA 1/100



FACHADA CERCA
ESCALA 1/50

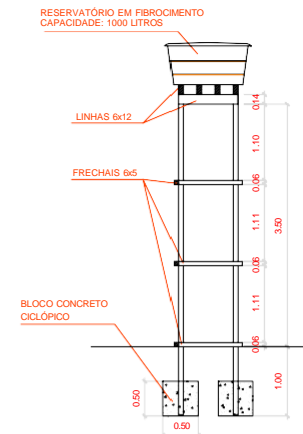


DETALHE DA ESTACA
S/ESCALA



VISTA FRONTAL DA CERCA
S/ESCALA

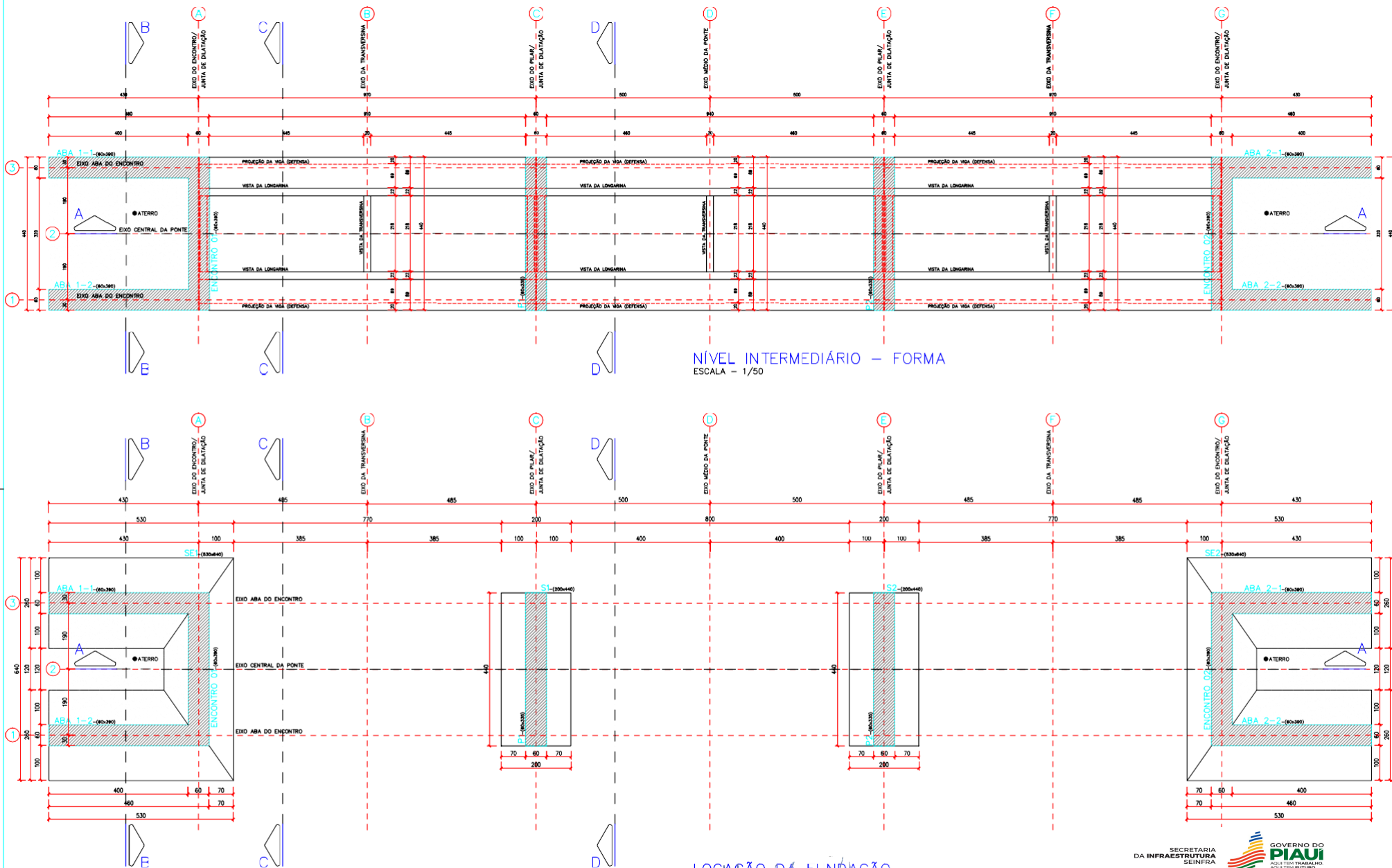
Eduardo Costa Carvalho
Fiscal SEINFRA-PI - Mat.: 418.048-8
Eng. Civil - CREA RN 1917137540



RESERVATÓRIO - VISTA LATERAL
ESC.: 150



CLIENTE: GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ - SEINFRA			
PROJETO: CONSTRUÇÃO DE PONTE		LOCAL: LOC. BURITI DO MEIO	
CONVÊNIO:		ART:	
DESENHO: CANTEIRO DE OBRA DETALHE DA CERCA 10X10M, RESERVATÓRIO 1000 L		ESCALA:	
PROJETISTA:		DESENHADOR CAD:	
DADOS DE CAMPO			
DATA: 2026	REV.: 00	FORMATO: A2	PRANCHETA N.: 01/01



NÍVEL INTERMEDIÁRIO - FORMA
ESCALA = 1/50

LOCAÇÃO DA FUNDAÇÃO
ESCALA = 1/50
Eduardo Costa Carvalho
Fiscal SEINFRA-PI - Mat.: 418.048-8
Eng. Civil - CREA RN 1917137540

- NOTAS GERAIS
- 1 - DIMENSÕES EM CENTÍMETRO.
 - 2 - CONCRETO ESTRUTURAL (NBR 12655/2015)
CONCRETO: C25 MPa
 - 3 - AÇO CA50 (NBR 7480/2008) fyk = 500 MPa
 - 4 - RECOBRIMENTO DAS ARMAÇÕES: 3,5cm



SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA SEINFRA

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ - SEINFRA

CLIENTE: GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ - SEINFRA

PROJETO: CONSTRUÇÃO DE PONTE

LOCAL: BURETI DO MEIO

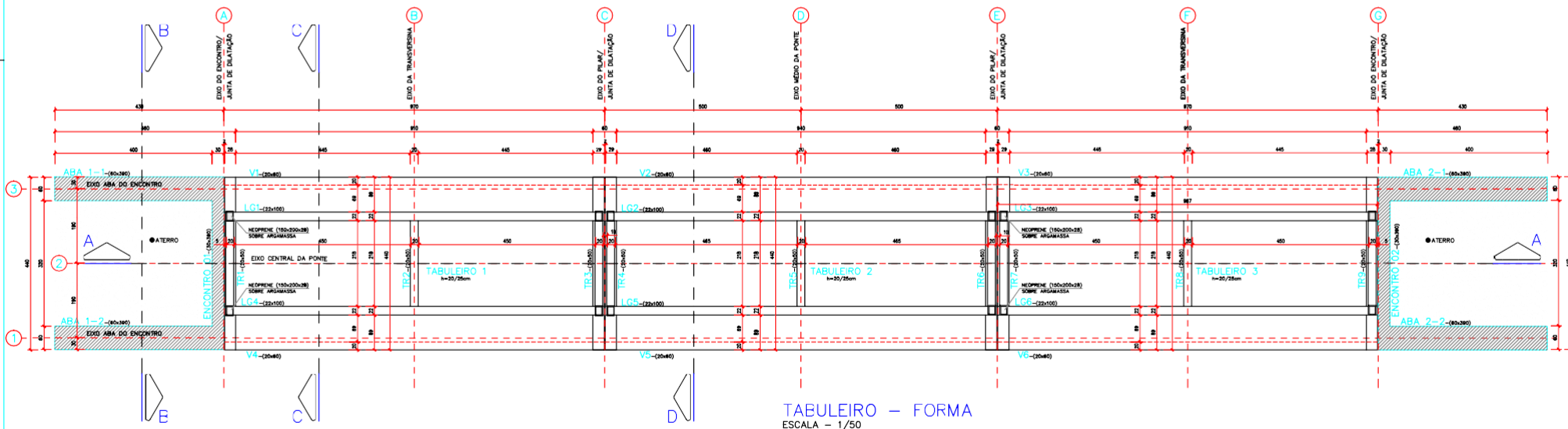
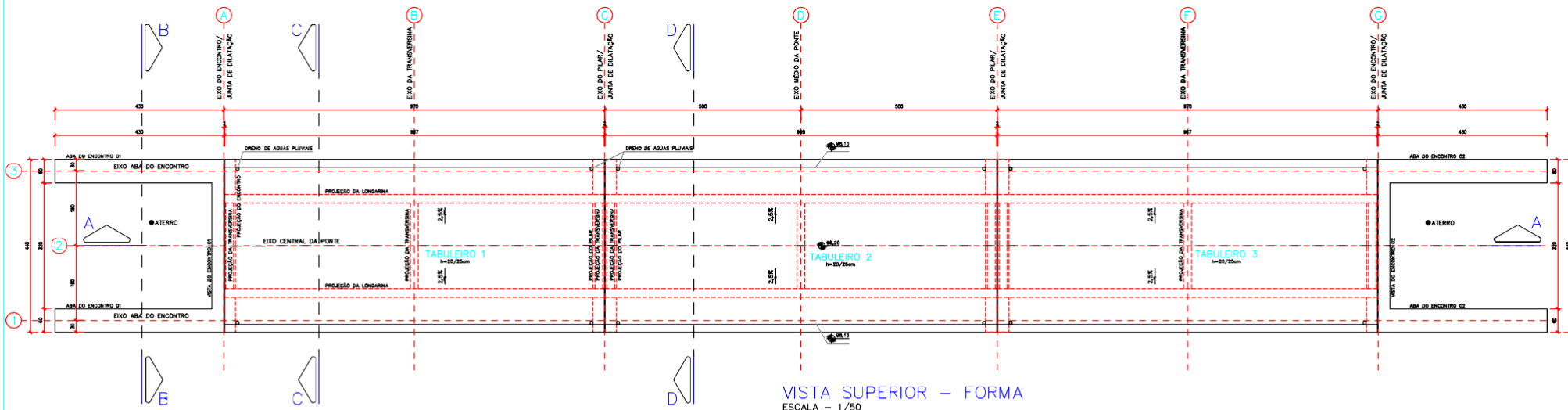
CONTEÚDO: ART

DESENHO: ESCALA

PROJETISTA: LOCAÇÃO E NÍVEL INTERMEDIÁRIO - FORMA

DADOS DE CAMPO: DATA: 2026, HORA: 00

DESENHO/CAD: FORNECIDO: AI, PRIMEIRA VZ: 01/04



- NOTAS GERAIS**
- 1 - DIMENSÕES EM CENTÍMETRO.
 - 2 - CONCRETO ESTRUTURAL (NBR 12655/2015) CONCRETO: C25 MPa
 - 3 - AÇO CA50 (NBR 7480/2008) fyk = 500 MPa
 - 4 - RECOBRIMENTO DAS ARMAÇÕES: 3,5cm

DETALHE NEOPRENE
SEM ESCALA

CHAPA Aço 3mm (4x)
NEOPRENE 5mm(3x)
#COMENTÁRIO 2,5mm

NEOPRENE 150x200x28 (12x)

Eduardo Costa Carvalho
Fiscal SEINFRA-PI - Mat.: 418.048-8
Eng. Civil - CREA RN 1917137540



SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA SEINFRA

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ - SEINFRA

CLIENTE: GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ - SEINFRA

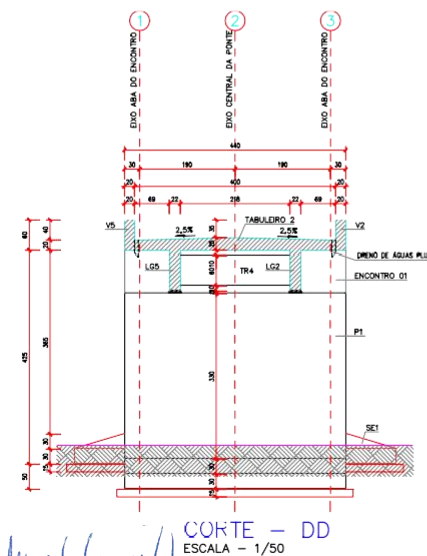
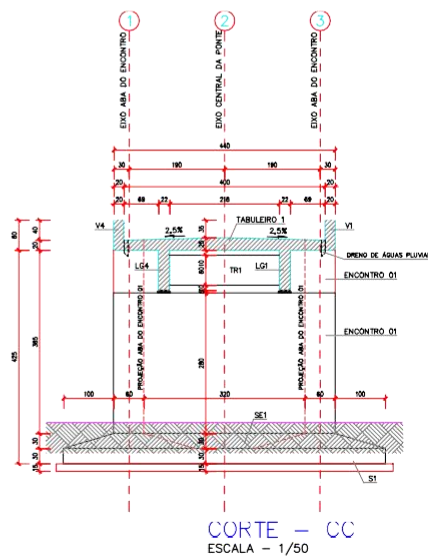
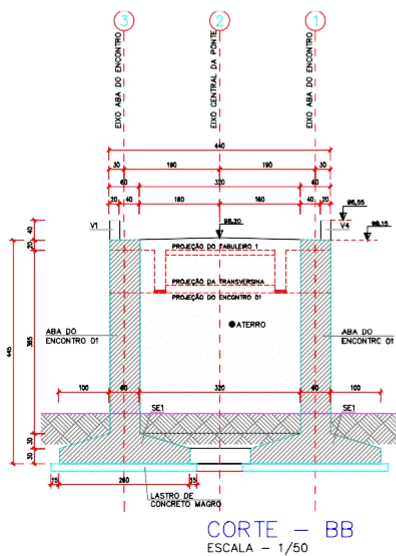
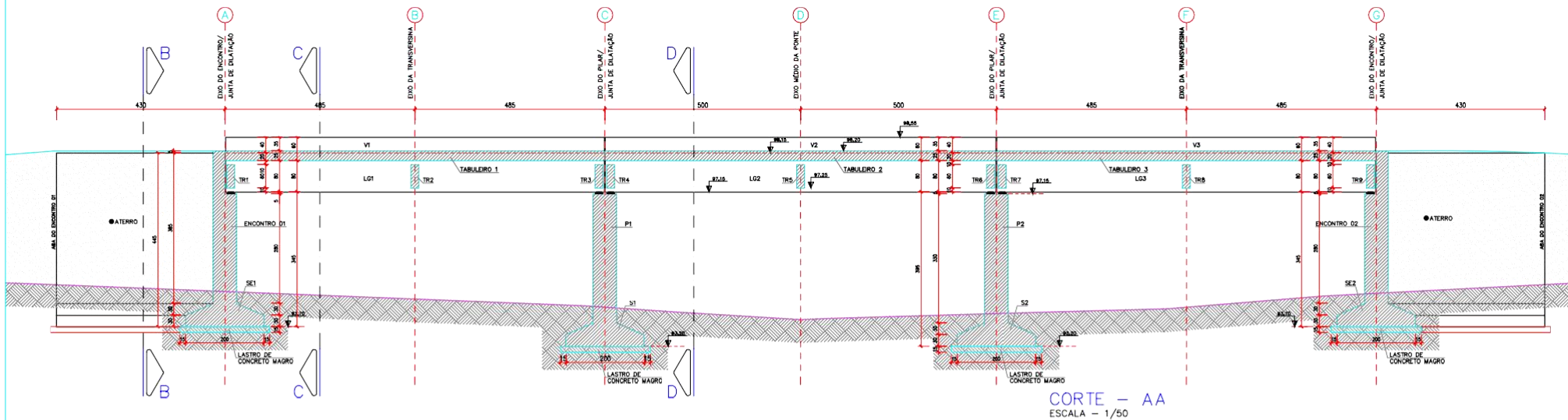
PROJETO: CONSTRUÇÃO DE PONTE LOCAL: BURITI DO MEIO

CONTEÚDO: ART

DESENHO: ESCALA:

PROJETISTA: TABULEIRO E VISTA SUPERIOR - FORMA

DADOS DE CAMPO: DATA: 2026, HRS: 00, FOLHA: 01, PRIMEIRA VZ: 02/04



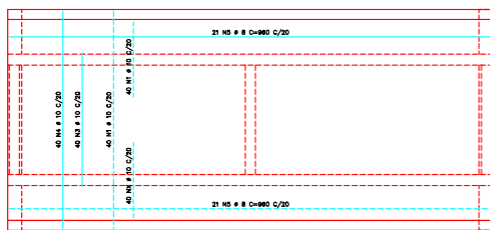
- NOTAS GERAIS**
- 1 - DIMENSÕES EM CENTÍMETRO.
 - 2 - CONCRETO ESTRUTURAL (NBR 12655/2015) CONCRETO: C25 MPa
 - 3 - AÇO CA50 (NBR 7480/2008) fyk = 500 MPa
 - 4 - RECOBRIMENTO DAS ARMAÇÕES: 3,5cm

Eduardo Costa Carvalho
Fiscal SEINFRA-PI - Mat.: 418.048-8
Eng. Civil - CREA RN 1917137540

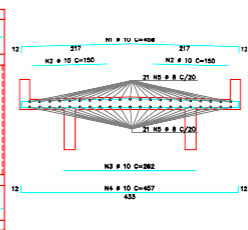


SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA SEINFRA				GOVERNO DO PIAUÍ AQUI TEM TRABALHO. AQUI TEM FUTURO.	
CLIENTE: GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ - SEINFRA					
PROJETO: CONSTRUÇÃO DE PONTE		LOCAL: BURETI DO MEIO			
CONTEÚDO:		AUT:			
DESENHO:		ESCALA:			
PROJETISTA:		DADOS DE CAMPO:		DESENHO/CAV:	
		DATA: 2026		FOLHA: 00	
		FOLHA: 00		PRIMEIRA VZ: 03/04	

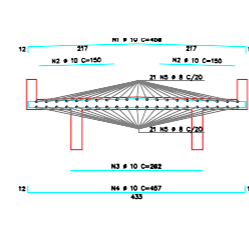
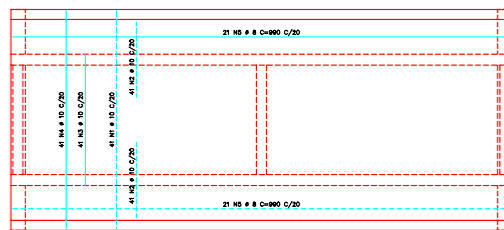
TABLEIROS



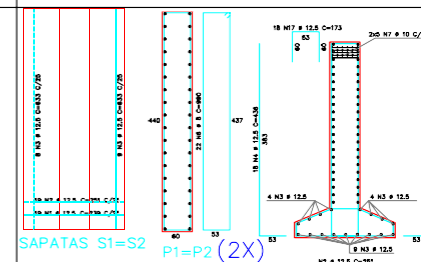
TABLEIROS 1 e 3 - PLANTA (2X)



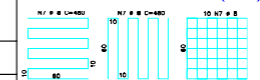
TABLEIRO 2 - PLANTA



PILARES

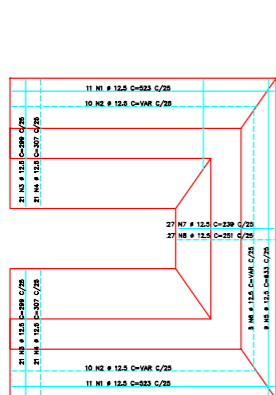


SAPATAS S1=S2 P1=P2 (2X)

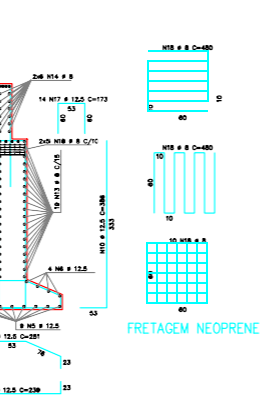
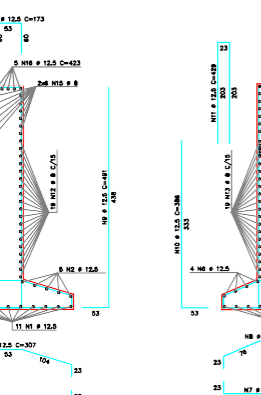
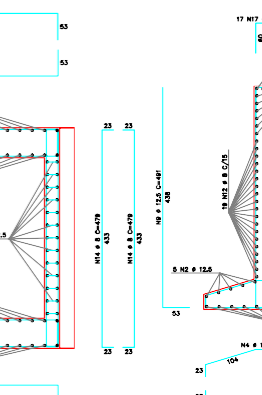
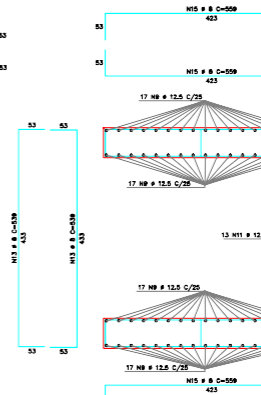
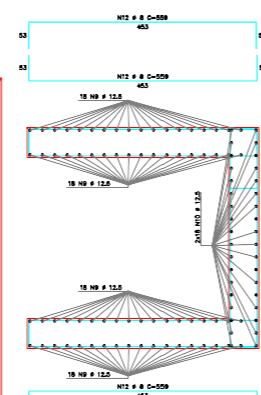


FRETAGEM NEOPRENE

ENCONTROS

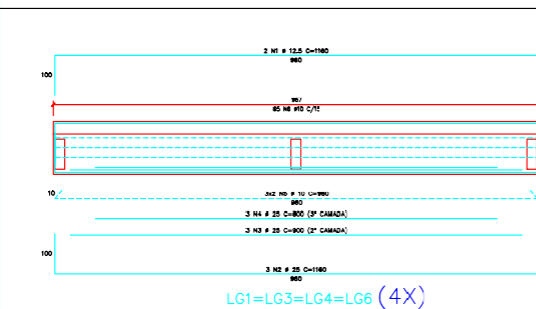


SAPATA DO ENCONTRO (SE)

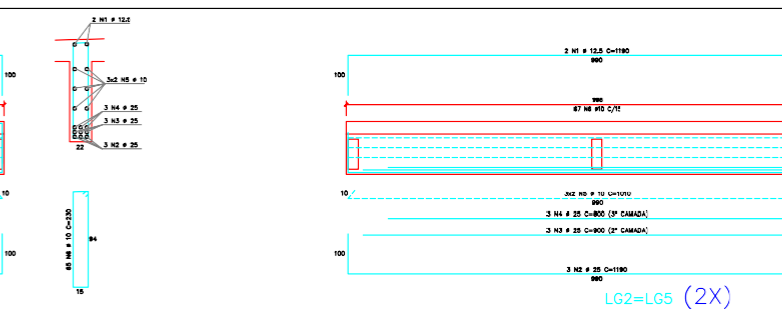


ABA DO ENCONTRO - CORTE (2X) ENCONTRO - CORTE

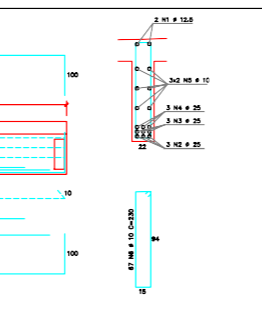
LONGARINAS



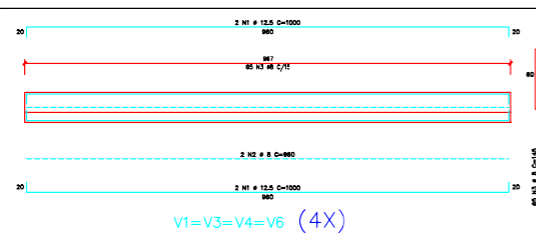
LG1=LG3=LG4=LG6 (4X)



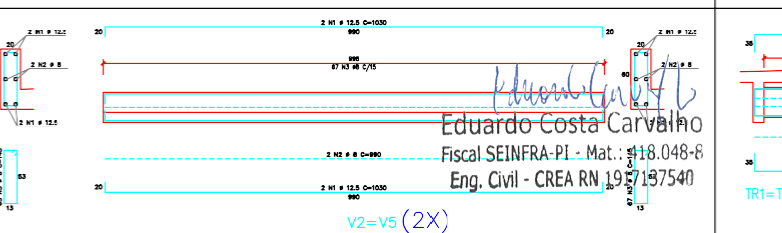
LG2=LG5 (2X)



VIGAS

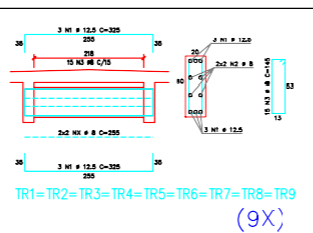


V1=V3=V4=V6 (4X)



V2=V5 (2X)

TRANSVERINAS



TR1=TR2=TR3=TR4=TR5=TR6=TR7=TR8=TR9 (9X)

ACO	POS	BT	QUANT	COMPRIMENTO	LIMIT	TOTAL
(mm)				(mm)	(mm)	(mm)
TABLEIROS 1 e 3 (2X)						
50A	2	10	80	400	32000	
50A	3	10	80	400	32000	
50A	4	10	80	400	32000	
50A	5	10	80	400	32000	
TABLEIRO 2						
50A	2	10	80	400	32000	
50A	3	10	80	400	32000	
50A	4	10	80	400	32000	
50A	5	10	80	400	32000	
LG1=LG3=LG4=LG6 (4X)						
50A	2	12.5	12	1180	14160	
50A	3	12.5	12	1180	14160	
50A	4	12.5	12	1180	14160	
50A	5	12.5	12	1180	14160	
50A	6	10	24	980	23520	
50A	6	10	24	980	23520	
LG2=LG5 (2X)						
50A	2	12.5	4	1180	4720	
50A	3	12.5	4	1180	4720	
50A	4	12.5	4	1180	4720	
50A	5	12.5	4	1180	4720	
50A	6	10	12	980	11760	
50A	6	10	12	980	11760	
V1=V3=V4=V6 (4X)						
50A	2	8	8	980	7840	
50A	3	8	8	980	7840	
50A	4	8	8	980	7840	
50A	5	8	8	980	7840	
V2=V5 (2X)						
50A	2	12.5	8	1180	14160	
50A	3	12.5	8	1180	14160	
50A	4	12.5	8	1180	14160	
50A	5	12.5	8	1180	14160	
50A	6	10	24	980	23520	
50A	6	10	24	980	23520	
TR1=TR2=TR3=TR4=TR5=TR6=TR7=TR8=TR9 (9X)						
50A	1	12.5	38	250	9500	
50A	2	12.5	38	250	9500	
50A	3	12.5	38	250	9500	
50A	4	12.5	38	250	9500	
50A	5	12.5	38	250	9500	
50A	6	12.5	38	250	9500	
50A	7	12.5	38	250	9500	
50A	8	12.5	38	250	9500	
50A	9	12.5	38	250	9500	

RESUMO AÇO CA 50-80			
ACO	BT	COMPR	PESO
(mm)		(mm)	(kg)
50A	8	4248	1.300
50A	10	3240	1.310
50A	12.5	3.709	3.709
50A	25	515	1.260
Peso Total	50A		9.388 kg



SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA SEINFRA

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ - SEINFRA

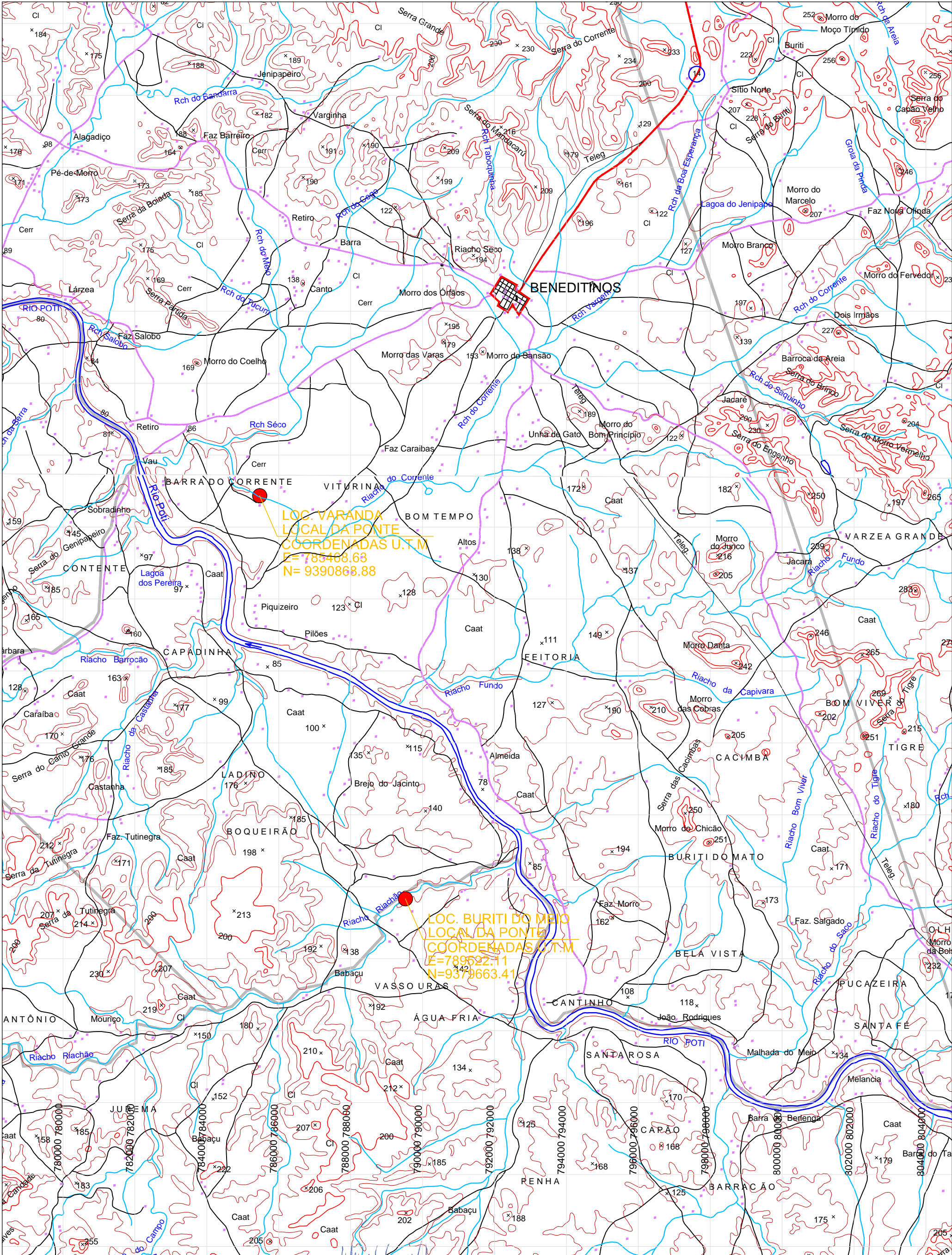
PROJETO: CONSTRUÇÃO DE PONTE LOCAL: BIRITI DO MEIO

CONVENÇÃO: ART

DESCRIÇÃO: ESCALA

PROJETO: DADOS DE CAMPO: DATA: 2026 REV: 50 FOLHA: 31 DE 31

Eduardo Costa Carvalho
Fiscal SEINFRA-PI - Mat.: 118.048-8
Eng. Civil - CREA RN 1957187540



Eduardo Costa Carvalho
Fiscal SEINFRA-PI - Mat.: 418.048-6
Eng. Civil - CREA RN 191713754/1

CLIENTE:				GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ - SEINFRA			
PROJETO:				CONSTRUÇÃO DE PONTE		LOCAL: LOC. VARANDA E LOC. BURITI DO MEIO	
CONVÊNIO:				ART			
DESENHO: DSG DE LOCALIZAÇÃO				ESCALA:			
PROJETISTA:				DADOS DE CAMPO:		DESENHO/CAD: -	
SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA SEINFRA				DATA: 2023		REV.: 00	
				FORMATO: A2		PRANCHA N°: 01/01	

MAIS UMA OBRA DO GOVERNO DO ESTADO

**Execução dos serviços
remanescentes e
complementares para
conclusão da Ponte
Rodoviária na localidade
Buriti do Meio, zona rural do
Município de Beneditinos-PI.**

TD 04-TERRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO ENTRE RIOS

**SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA**



PROCESSO ADM N.º XXXXXXXX
CONTRATO : N.º XXX/XX
FONTE DO RECURSO : XXXXXX
ÓRGÃO EXECUTOR : SEINFRA-PI
EMPRESA CONTRATADA : XXXXXXXXXX CNPJ XXXXXXXX
RESPONSÁVEL TÉCNICO CREA/RGN N.º XXXXXXXX
VALOR DA OBRA : R\$ XXXXXXXXXX





ANEXO 12.7 – RELATÓRIO DE SONDAÇÃO



LAUDO TÉCNICO DE SONDAGEM SPT

NBR-6484/2020

SOLUÇÕES PARA
CONSTRUÇÃO CIVIL


Eduardo Costa Carvalho
Fiscal SEINFRA-PI - Mat.: 418.048-8
Eng. Civil - CREA RN 1917137540

ÍNDICE

1. APRESENTAÇÃO

2. METODOS UTILIZADOS

2.1 EQUIPAMENTOS

3. SONDAGEM À PERCUSSÃO

3.1 DESCRIÇÕES SUMÁRIAS

3.2 NÍVEL DE ÁGUA FREÁTICO

3.3 PROFUNDIDADE DA PERFURAÇÃO

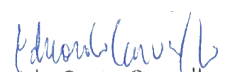
3.4 RESULTADOS

4. ANEXOS

4.1 PERFIL DA SONDAGEM

4.2 FOTOS DAS AMOSTRAS COLETADAS

4.3 PLANTA DE LOCAÇÃO



Eduardo Costa Carvalho
Fiscal SEINFRA-PI - Mat.: 418.048-8
Eng. Civil - CREA RN 1917137540

LAUDO Nº. 133/2023

CLIENTE: R.NEVES ENGENHARIA

OBRA: PONTE

ENDEREÇO: POVOADO BURITI DO MEIO - ZONA RURAL - MUNICÍPIO DE BENEDITINOS-PI

RELATÓRIO TÉCNICO DE SONDAGEM À PERCUSSÃO

Teresina(PI), 11 de setembro de 2023.

Prezado Cliente,

Atendendo solicitação de V.Sa. Estamos apresentando os resultados das sondagens de simples reconhecimento com SPT realizado pela empresa **CSA ENGENHARIA LTDA – ME**, objetivando a análise técnica do solo para construção de PONTE, localizada no POVOADO BURITI DO MEIO - ZONA RURAL - MUNICÍPIO DE BENEDITINOS-PI. Os métodos do ensaio SPT foram conduzidos com base nos procedimentos encontrados na **NBR 6484/2020**.

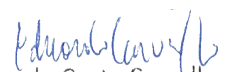
Neste relatório são apresentados os resultados através de seções geológico-geotécnicas, indicando as características do solo perfurado e encontrado nos furos de sondagem em pontos definidos e locados pela **CSA**.

Sem mais para o momento, colocamo-nos ao inteiro dispor para os esclarecimentos que se fizerem necessários e subscrevemo-nos.

Atenciosamente,



Francisco das Chagas Silva Filho
Engenheiro Civil
CREA-PI 39178
RN 1920306080



Eduardo Costa Carvalho
Fiscal SEINFRA-PI - Mat.: 418.048-8
Eng. Civil - CREA RN 1917137540

2. MÉTODOS UTILIZADOS

2.1- EQUIPAMENTOS

“A Sondagem à Percussão foi executada com trado concha de 2,5” e/ou por lavagem, esta, por sua vez, foi protegida por revestimento BW de 2.1/2”. A extração das amostras, associada aos ensaios penetrométricos (SPT), foi feita com amostrador padrão tipo “RAYMONDS” com 2” diâmetro externo e 1.3/8” de diâmetro interno, conforme prescrições das seguintes normas da **ABNT**:

NBR-6484/20: Sondagem de simples reconhecimento com SPT – Método de ensaio;

NBR-7250/01: Identificação de descrição de amostra de solos obtida em sondagens de simples reconhecimento dos solos.

3. EXECUÇÃO DO ENSAIO

3.1- DESCRIÇÕES SUMÁRIAS

Foram executados **03 (três)** furos de sondagem a percussão – SPT. Os índices de penetração foram obtidos pela cravação do amostrador padrão através de quedas sucessivas do martelo padronizado com massa de ferro de 65kg da altura de 0,75m, até se atingir a penetração de 0,45m, anotando-se o número de golpes necessários à cravação de cada 0,15m do referido amostrador padrão, obedecendo a Norma Brasileira – **NBR N° 6484/2020** da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

3.2- NÍVEIS DE ÁGUA (NA)

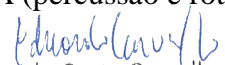
Foi realizada determinação do nível de água conforme o método de ensaio da **ABNT NBR-6484/20**. **N.A ENCONTRADO. Ver perfil em anexo.**

3.3- PROFUNDIDADES DA PERFURAÇÃO

A profundidade da perfuração foi até o impenetrável à SPT.

3.4- RESULTADOS

Nesse relatório final, constará a planta do local da obra com a posição das sondagens e o perfil individual de cada furo, indicando a resistência do solo a cada metro perfurado, indicação de nível d’água, consistência, compacidade e classificação tátil/visual das amostras, a espessura de cada camada atravessada, os índices de resistência à penetração “NSPT”, que será o resultado dos números de golpes para fazer os 30 cm do barrilete amostrador, após uma penetração inicial de 15 cm. Para resultados das camadas mais profundas do solo recomendamos a execução da sondagem MISTA (percussão e rotativa).

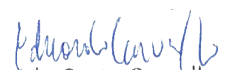

Eduardo Costa Carvalho
Fiscal SEINFRA-PI - Mat.: 418.048-8
Eng. Civil - CREA RN 1917137540

4. ANEXOS

4.1 PERFIL DA SONDAGEM

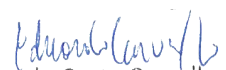
4.2 FOTOS DA EXECUÇÃO E AMOSTRAS COLETADAS

4.3 PLANTA DE LOCAÇÃO



Eduardo Costa Carvalho
Fiscal SEINFRA-PI - Mat.: 418.048-8
Eng. Civil - CREA RN 1917137540

4.1 PERFIL DA SONDAGEM



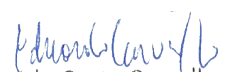
Eduardo Costa Carvalho
Fiscal SEINFRA-PI - Mat.: 418.048-8
Eng. Civil - CREA RN 1917137540

RESP. TÉCNICO: 
Francisco das Chagas Silva Filho
Engenheiro Civil
CREA-PI 39178
RN 1920306080

Francisco das Chagas Silva Filho
Engenheiro Civil
CREA-PI 39178
RN 1920306080

Francisco das Chagas Silva Filho
Engenheiro Civil
CREA-PI 39178
RN 1920306080

4.2 FOTOS DAS AMOSTRAS COLETADAS



Eduardo Costa Carvalho
Fiscal SEINFRA-PI - Mat.: 418.048-8
Eng. Civil - CREA RN 1917137540



AMOSTRAS REPRESENTATIVAS DOS FUROS: SPT 01

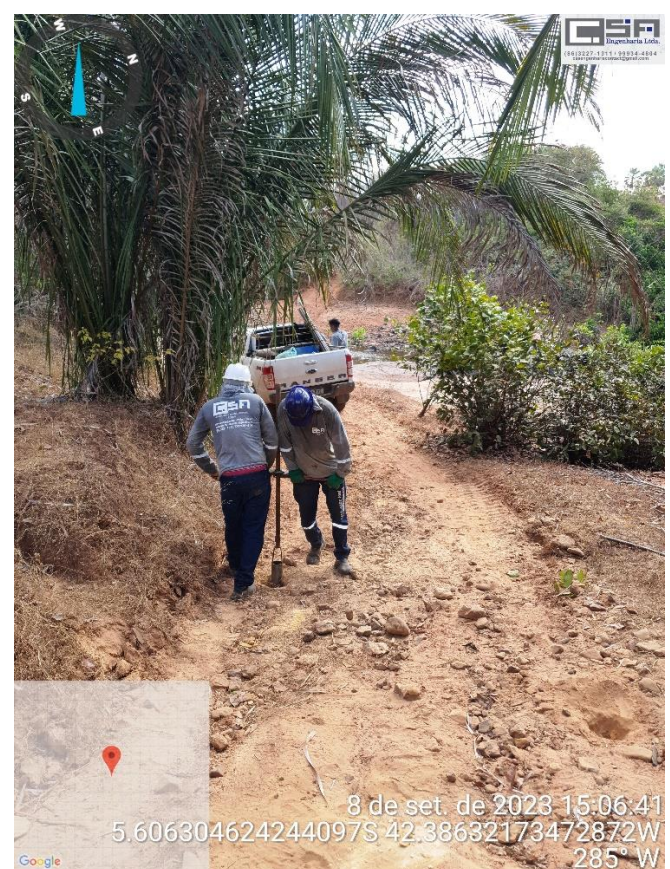
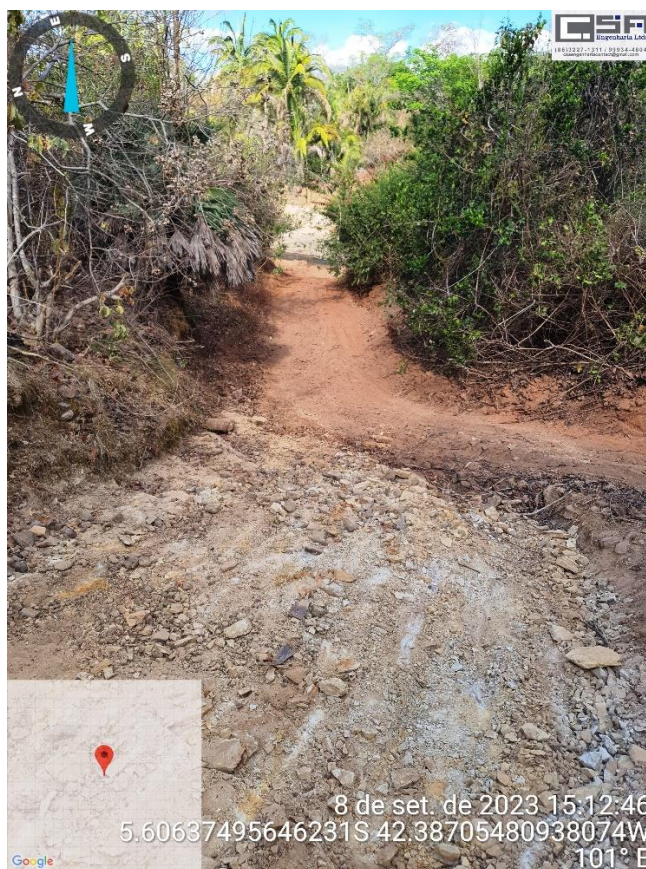
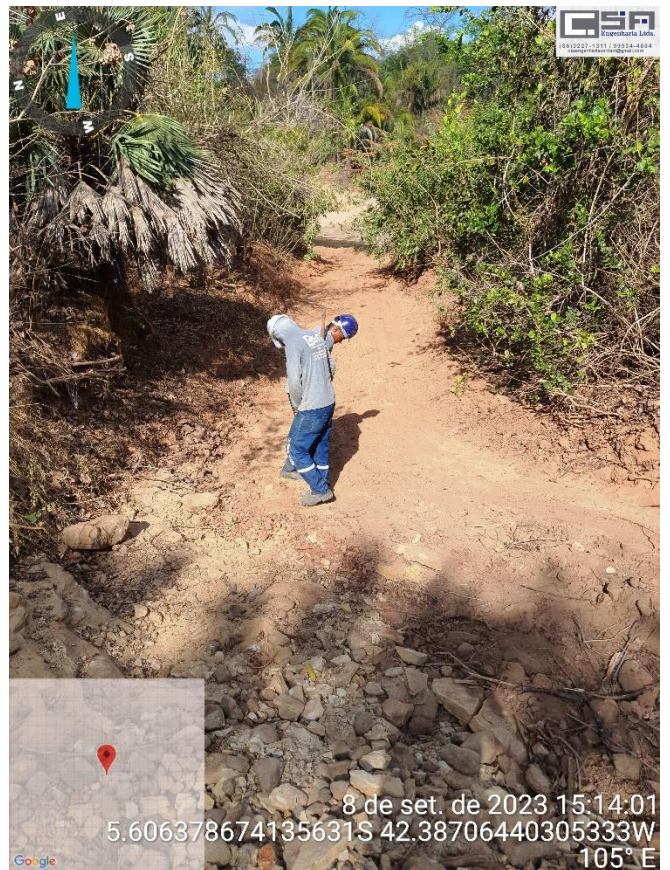
(visualização: esaqurda para direita)



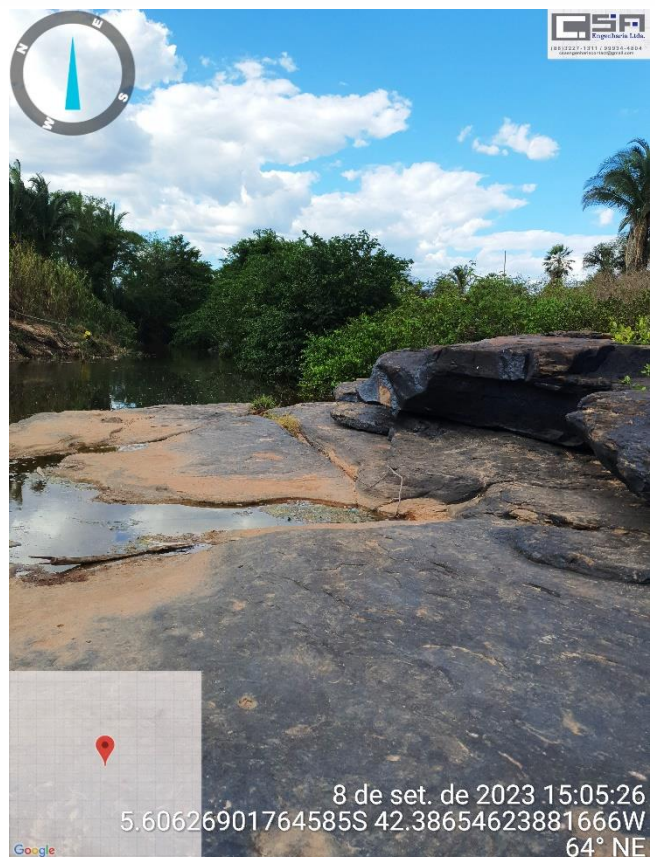
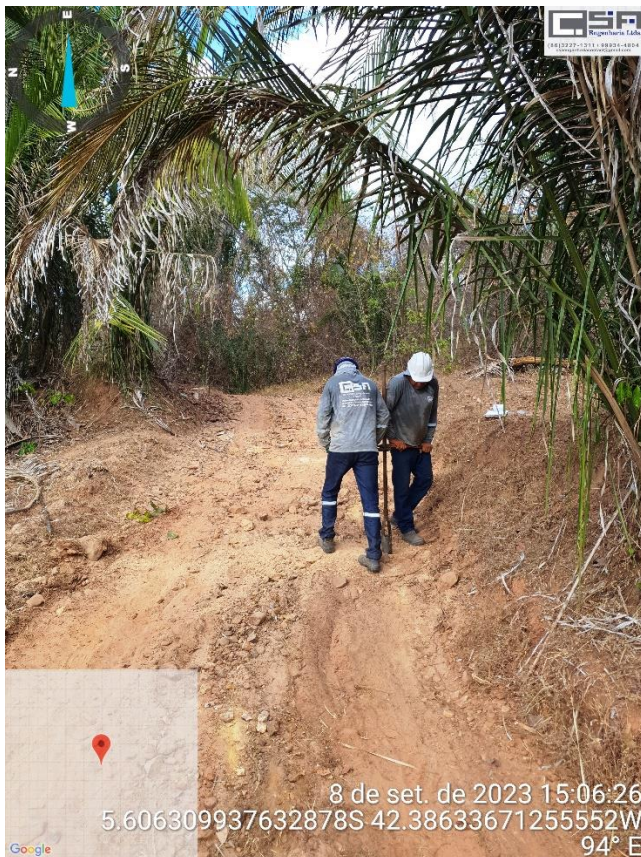
AMOSTRAS REPRESENTATIVAS DOS FUROS: SPT 02

(visualização: esaqurda para direita).

Eduardo Costa Carvalho
Eduardo Costa Carvalho
Fiscal SEINFRA-PI - Mat.: 418.048-8
Eng. Civil - CREA RN 1917137540



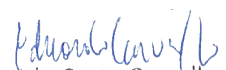
Eduardo Costa Carvalho
Eduardo Costa Carvalho
Fiscal SEINFRA-PI - Mat.: 418.048-8
Eng. Civil - CREA RN 1917137540



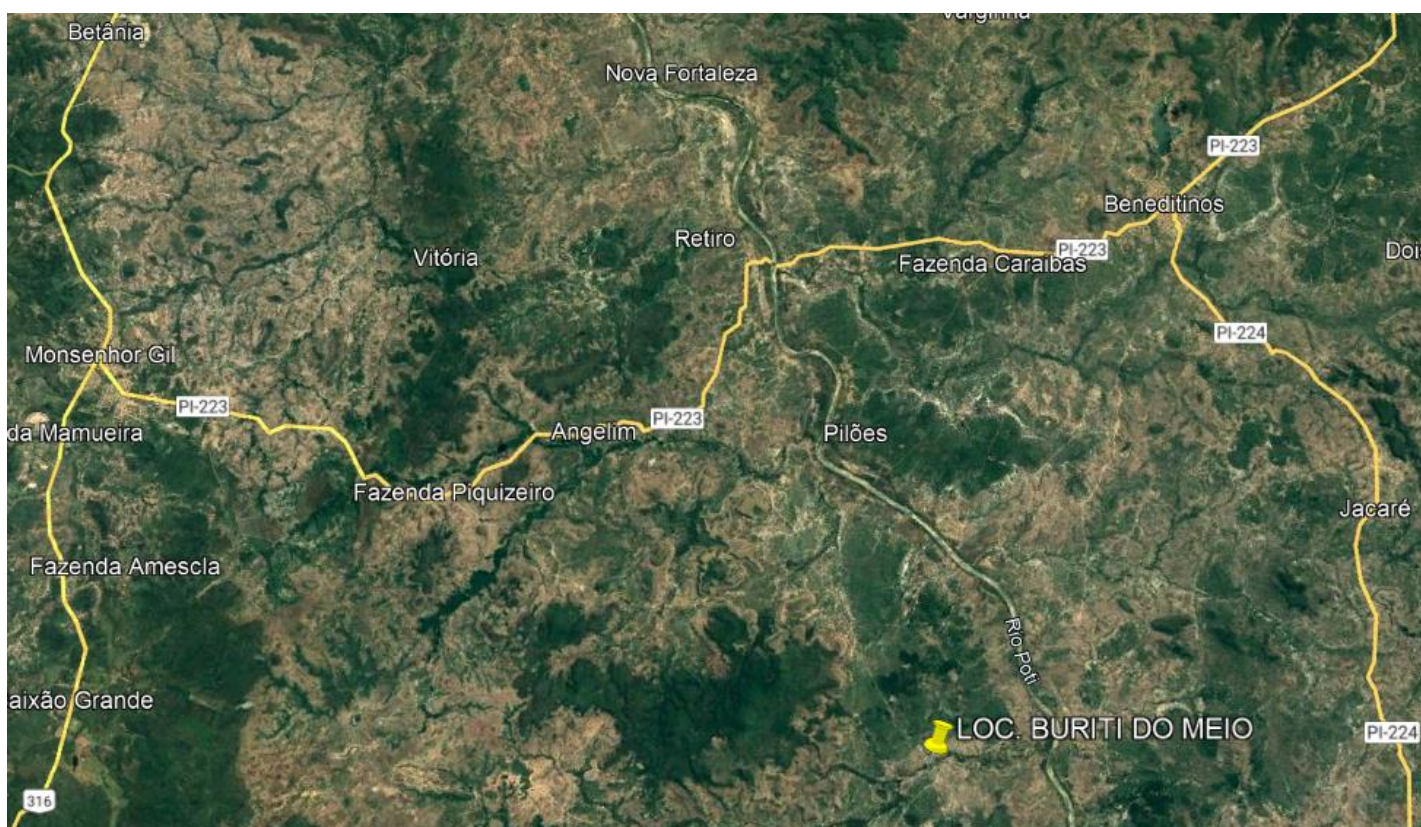
AFLORAMENTO DE ROCHA NO LOCAL.

Eduardo Costa Carvalho
Eduardo Costa Carvalho
Fiscal SEINFRA-PI - Mat.: 418.048-8
Eng. Civil - CREA RN 1917137540

4.3 PLANTA DE LOCAÇÃO

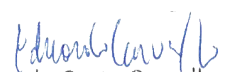


Eduardo Costa Carvalho
Fiscal SEINFRA-PI - Mat.: 418.048-8
Eng. Civil - CREA RN 1917137540



Eduardo Costa Carvalho
Eduardo Costa Carvalho
Fiscal SEINFRA-PI - Mat.: 418.048-8
Eng. Civil - CREA RN 1917137540

PÁGINA EM BRANCO



Eduardo Costa Carvalho
Fiscal SEINFRA-PI - Mat.: 418.048-8
Eng. Civil - CREA RN 1917137540



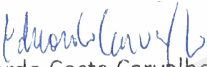
DECLARAÇÃO DOS ITENS DE MAIOR RELEVÂNCIA

Abaixo a relação dos itens relevantes e equipamentos mínimo necessários para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONCLUSÃO DA PONTE RODOVIÁRIA COM EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS REMANESCENTES E COMPLEMENTARES, INCLUINDO SUPERESTRUTURA, ENCONTROS REMANESCENTES, ACESSOS, TRANSPORTES, PROTEÇÃO EM ENROCAMENTO E SERVIÇOS AUXILIARES DE CONTROLE. NA LOCALIDADE BURITI DO MEIO, ZONA RURAL DE BENEDITINOS - PI.**

1. SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE MAIOR RELEVÂNCIA:

Ord.	Item	Referência	Descrição do Serviço	Und	Quantidade	Quantidade solicitada (20%)
1	3.2	COMP. 14	Armação em aço CA-50 - fornecimento, preparo e colocação	kg	8.397,74	1.679,55
2	5.4	COMP. 22	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria - DMT de 50 a 200 m - caminho de serviço em revestimento primário - com escavadeira e caminhão basculante de 14 m³	m³	18.028,15	3.605,63
3	5.9	COMP. 28	Enrocamento de pedra arrumada manualmente - pedra de mão comercial - fornecimento e assentamento	m³	307,10	61,42
4	3.3	COMP. 13	Concreto fck=25 MPa - confecção em betoneira e lançamento manual - areia e brita comerciais (Tabuleiros/Vigas/Longarinas/Transversinas/Pilares/Encontros)	m³	160,76	32,15

Teresina - PI, 17 de abril de 2026.


Eduardo Costa Carvalho
Fiscal SEINFRA-PI - Mat.: 418.048-8
Eng. Civil - CREA RN 1917137540

Eduardo Costa Carvalho
RN 1917137540
Engenheiro Civil
Fiscal SEINFRA-PI



JUSTIFICATIVA QUANTO A EXIGÊNCIAS MÍNIMAS RELATIVAS ÀS INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

Abaixo a relação das exigências mínimas relativas às instalações e equipamentos mínimos necessários para a obra que possui como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONCLUSÃO DA PONTE RODOVIÁRIA COM EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS REMANESCENTES E COMPLEMENTARES, INCLUINDO SUPERESTRUTURA, ENCONTROS REMANESCENTES, ACESSOS, TRANSPORTES, PROTEÇÃO EM ENROCAMENTO E SERVIÇOS AUXILIARES DE CONTROLE. NA LOCALIDADE BURITI DO MEIO, ZONA RURAL DE BENEDITINOS – PI**

EQUIPAMENTOS MÍNIMOS CONFORME NATUREZA DA OBRA E EXIGÊNCIAS MÍNIMAS RELATIVAS ÀS INSTALAÇÕES:

- a) 36397 - BETONEIRA, CAPACIDADE NOMINAL 600 L
- b) E9579 - CAMINHÃO BASCULANTE COM CAPACIDADE DE 10m³
- c) E9592 - CAMINHÃO CARROCERIA COM CAPACIDADE DE 15 t

Teresina - PI, 17 de abril de 2026.

Eduardo Costa Carvalho
Fiscal SEINFRA-PI - Mat.: 418.048-8
Eng. Civil - CREA RN 1917137540

Eduardo Costa Carvalho
RN 1917137540
Engenheiro Civil
Fiscal SEINFRA-PI



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Piauí

CREA-PI

ART de Obra ou Serviço
1920260032105

1. Responsável Técnico

EDUARDO COSTA CARVALHO

Título profissional: **Engenheiro Civil**

Empresa Contratada: **SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA DO ESTADO DO PIAUI**

RNP: **1917137540**

Registro: **32447**

Registro: **0000018517EMP**

2. Dados do Contrato

Contratante: **SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA**

CPF/CNPJ: **06553531000198**

Logradouro: **CENTRO ADMINISTRATIVO**

Nº: **S/N**

Complemento: **BLOCO G, 1 ANDAR**

Bairro: **SAO PEDRO**

Cidade: **TERESINA**

UF: **PI**

CEP: **64018-900**

Contrato: **Sem número**

celebrado em **16/04/2024**

Vinculado à ART:

Valor: R\$ **1,00**

Tipo de Contratante: **PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO**

Ação Institucional:

3. Dados da Obra/Serviço

Logradouro: **BURITI DO MEIO**

Nº: **SN**

Complemento:

Bairro:

Cidade: **Benedictinos**

UF: **PI**

CEP: **64380-000**

Data de Início: **16/04/2026**

Previsão de Término: **17/04/2026**

Coordenadas Geográficas: **-6.776997, -43.030969**

Finalidade: **INFRA-ESTRUTURA**

Código:

Proprietário: **SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA**

CPF/CNPJ: **06553531000198**

4. Atividade Técnica

ELABORAÇÃO

Quantidade

Unidade

ELABORAÇÃO DE ORÇAMENTO DE PONTES

1,0000

unidade

PROJETO DE PONTES

1,0000

unidade

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

ELABORAÇÃO DE ORÇAMENTO E PROJETO PARA CONCLUSÃO DA PONTE RODOVIÁRIA COM EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS REMANESCENTES E COMPLEMENTARES, INCLUINDO SUPERESTRUTURA, ENCONTROS REMANESCENTES, ACESSOS, TRANSPORTES, PROTEÇÃO EM ENROCAMENTO E SERVIÇOS AUXILIARES DE CONTROLE. PELA SECRETARIA ESTADUAL DA INFRAESTRUTURA - SEINFRA; PROJETO BÁSICO REFORMULADO, MEMÓRIA DE CÁLCULO DOS QUANTITATIVOS REMANESCENTES, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA REV00, RELATÓRIO FOTOGRÁFICO DO EXECUTADO E MODELOS DE ETP ENCAMINHADOS PELA CONTRATANTE.

6. Declarações

Acessibilidade: Declaro atendimento às regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

7. Entidade de Classe

Nenhuma

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

TERESINA - PI

17 de Abril de 2026

Local

Data



Documento assinado eletronicamente com
credenciais de login e senha por:
EDUARDO COSTA CARVALHO
RNP: 1917137540
Data: 17/04/26 12:23

EDUARDO COSTA CARVALHO - CPF: 98816373334

VALDINA PIRES DE
SOUSA:226801363
49

Assinado de forma digital
por VALDINA PIRES DE
SOUSA:22680136349
Dados: 2026.04.17
12:31:22 -03'00'

SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA - CPF/CNPJ: 06553531000198

9. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea-PI.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pi.org.br ou www.confea.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.



www.crea-pi.org.br art@crea-pi.org.br
tel: (86)2107-9292

